

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS A. C. SIMÕES
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E LITERATURA

LUCAS SANTOS DE ASSIS

**SEXUALIDADES OUTRAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: O
ESTÍMULO DA CRITICIDADE COMO ENFRENTAMENTO À COLONIALIDADE
DE GÊNERO EM AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA**

MACEIÓ - AL

2024

LUCAS SANTOS DE ASSIS

**SEXUALIDADES OUTRAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: O
ESTÍMULO DA CRITICIDADE COMO ENFRENTAMENTO À COLONIALIDADE
DE GÊNERO EM AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Linguística, na linha de Linguística Aplicada.

Orientadora: Profa. Dra. Flávia Colen Meniconi

MACEIÓ – AL

2024

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Helena Cristina Pimentel do Vale CRB-4/ 661

A848s

Assis, Lucas Santos de.

Sexualidades outras na educação de jovens e adultos : o estímulo da criticidade como enfrentamento à colonialidade de gênero em aulas de língua portuguesa / Lucas Santos de Assis. – 2024.

166 f. : il.

Orientadora: Flávia Colen Meniconi.

Dissertação (mestrado em Letras: Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras e Literatura. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 125-128.

Apêndices: f. 129-166.

1. Colonialidade de gênero. 2. Decolonialidade. 3. Letramento crítico decolonial. 4. Língua portuguesa. 5. Sexualidades outras. I. Título.

CDU: 81'33



Ministério da Educação
Universidade Federal de Alagoas
Faculdade de Letras
Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura

Ata da 478ª Sessão de Defesa de Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas.

Ao oitavo dia do mês de novembro de 2024, foi instalada a 478ª banca de Defesa de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas, às 09 horas, por videoconferência, a que se submeteu a discente **LUCAS SANTOS DE ASSIS** (entrada no programa em 03/2023) da área de concentração em Estudos Linguísticos, da linha de pesquisa em “Linguística Aplicada”, apresentando o trabalho intitulado “SEXUALIDADES OUTRAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: O ESTÍMULO DA CRITICIDADE COMO ENFRENTAMENTO À COLONIALIDADE DE GÊNERO EM AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA”, como requisito parcial para a obtenção do grau de MESTRE, conforme o disposto no regulamento deste Programa, e tendo como Banca Examinadora já referendada pelo Colegiado do Curso os seguintes professores doutores: Profa. Dra. Flávia Colen Meniconi (Orientadora – PPGL/Ufal), Prof. Dr. Fabricio Tetsuya Parreira Ono (UFMS), Profa. Dra. Cátia Veneziano Pitombeira (PPGL/Ufal) e Profa. Dra. Lorena Araújo de Oliveira Borges (PPGL/Ufal), sob a presidência da primeira. Analisando o referido trabalho, a Banca Examinadora atribui o conceito APROVADO. A BANCA AINDA RECOMENDA A PASSAGEM DIRETA DO DISCENTE PARA O DOUTORADO.

Documento assinado digitalmente
gov.br FLAVIA COLEN MENICONI
Data: 12/11/2024 08:10:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
gov.br FABRICIO TETSUYA PARREIRA ONO
Data: 12/11/2024 14:44:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
gov.br CATIA VENEZIANO PITOMBEIRA
Data: 12/11/2024 15:21:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
gov.br LORENA ARAUJO DE OLIVEIRA BORGES
Data: 12/11/2024 18:02:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dedico este trabalho a todas as pessoas que sofrem com as injustiças sociais, a aqueles que choram por não terem o que comer, por não terem uma moradia, por sofrerem com a falta de políticas públicas compromissadas com a equidade social e, acima de tudo, aos que são impedidos de demonstrarem seu amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha orientadora querida, Profa. Dra. Flávia Colen Meniconi, por ter me aceitado como orientando; por ter desenvolvido um papel essencial nesta pesquisa, indicando leituras pertinentes às discussões apresentadas; pelas leituras atentas do texto e, acima de tudo, por ter me orientado com carinho, compreensão e erudição.

Aos meus pais, Rildo e Eliana, por sempre terem me incentivado a prosseguir com os estudos.

À minha vó paterna, Dona Rita, a quem eu recorria nos momentos mais difíceis.

À minha tia, Rose Assis, por ter sido a minha primeira referência na profissão docente.

Ao meu avô paterno (*in memoriam*), Seu Luís, que enxergava a educação como um caminho de transformação social.

Aos meus colegas de orientação, que me acompanharam durante este percurso, trazendo indicações de leituras e contribuindo com opiniões sabias acerca das análises.

À Natália Luczkiewicz e a Andrey Ronald, pelas primeiras leituras da dissertação que me incentivaram a continuar escrevendo nos momentos em que eu não gostava do que via escrito.

Ao Prof. Dr. Fabrício Ono, à Profa. Dra. Lorena Borges e à Profa. Dra. Cátia Pitombeira, por terem aceitado comporem a banca de qualificação e de defesa, contribuindo com observações valiosas.

À Universidade Federal de Alagoas (UFAL), principalmente ao Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura (PPGLL).

À CAPES, pela bolsa concedida.

Por último, mas não menos importante, a todos os participantes desta pesquisa, pois, sem vocês nada seria possível.

“As pessoas aprendem sobre sexualidade ouvindo injúrias com relação a si próprias ou com relação aos outros. Na escola, quer você seja a pessoa que sofre a injúria, é xingada, é humilhada; quer seja a que ouve ou vê alguém ser maltratado dessa forma, é nessa situação da vergonha que descobre o que é a sexualidade. É claro que, dessa forma, isso se transforma em traumas, e tudo é pior pra quem é humilhado e maltratado, mas também não é nada agradável alguém que - mesmo não sendo xingado - descobre que seu colega está sendo humilhado e maltratado por causa disso. É assim que as normas se fazem valer” (Richard Miskolci).

RESUMO

Os povos originários das terras que hoje chamamos de Américas foram/são estigmatizados, marginalizados e assassinados, consequências essas geradas pelo processo de colonização perpetrado pelas nações europeias. Nessa perspectiva, houve uma classificação horizontal e vertical da sociedade, tomando como base os modelos subjetivos humanos das comunidades europeias. Ou seja, a cultura, a religião, a língua, o saber, a fisionomia e os comportamentos humanos passam a adequar-se e a seguirem os moldes do homem cisheterossexual, cristão, caucasiano e eurocentrado. Por mais que a colonização histórica tenha chegado ao seu fim, vivenciamos o que Quijano (1999) nomeia de colonialidade, um processo sociopolítico-cultural regulador das subjetividades e das organizações humanas. A colonialidade está presente nos casos de racismo, de LGBTQIA+fobia, de xenofobia, de machismo, de intolerância religiosa etc., ramificando-se na colonialidade do ser, do saber e do poder. Seguindo essa linha de pensamento, a presente dissertação objetiva estudar como as sexualidades outras, aquelas que divergem da matriz cisheterossexual, são percebidas pelos discentes nas aulas de Língua Portuguesa. Os participantes da pesquisa foram discentes do 4º período da Educação de Jovens e Adultos (EJA), de uma escola da rede estadual de Alagoas, situada no agreste. Nossas discussões aconteceram em quinze aulas temáticas, entre os meses de outubro e dezembro de 2023, mediadas pelas teorias do Letramento Crítico e da Decolonialidade, uma vez que um ensino crítico e reflexivo permite que o alunado compreenda os motivos da existência das injustiças sociais e posicionar-se frente a elas. Como aportes teóricos, segurei nas mãos de Freire (2022), Hoppe (2014), Kleiman (2010), Meniconi e Ifa (2024) e Soares (2008), para as discussões acerca do Letramento Crítico Decolonial; Lugones (2014, 2020) e Butler (2018, 2022), para as considerações sobre sexualidades, gêneros e colonialidade de gênero; Maldonado-Torres (2009), Mignolo (2008, 2020), Quijano (1999, 2009, 2005), Texeira (2021) e Walsh (2013), em minhas ponderações sobre colonialidade de decolonialidade; Bezerra (2023) e Moita-Lopes (2006, 2009), nas discussões sobre Linguística Aplicada Indisciplinar e Linguística Aplicada Transviada. Por ser uma pesquisa-ação (Thiollent, 1986) de cunho interventista, busquei ampliar as concepções dos discentes em relação às sexualidades humanas. Os dados foram gerados por meio do trabalho com quatro gêneros textuais (a entrevista, o artigo de opinião, a campanha e os diários reflexivos) e por meio de minhas interações com os alunos em um grupo específico de *WhatsApp*. As respostas resultantes das entrevistas permitiram interpretar que os discentes, em sua maioria, possuíam um senso moralista religioso acerca das sexualidades, baseando-se na binaridade de gêneros. Os artigos de opinião também fizeram o mesmo indicativo, mas foi possível perceber que houve um certo direcionamento da percepção dos discentes acerca da existência de múltiplas sexualidades. As campanhas e as conversas via *WhatsApp* evidenciaram que os alunos passaram a perceber que pessoas de sexualidades outras merecem respeito e direitos equânimes. Entretanto, saliento que as visões moralistas, religiosas e biologicistas sobre as sexualidades trouxeram bastantes desafios para o desenvolvimento desta pesquisa-ação, mostrando-se resistentes às mudanças de percepções até o final da investigação.

Palavras-chave: colonialidade de gênero; decolonialidade; letramento crítico decolonial; língua portuguesa; sexualidades outras.

RESUMEN

Los pueblos originarios de las tierras que hoy llamamos América fueron/son estigmatizados, marginados y asesinados, consecuencias generadas por el proceso de colonización perpetrado por las naciones europeas. Desde esta perspectiva, hubo una clasificación horizontal y vertical de la sociedad, basada en los modelos subjetivos humanos de las comunidades europeas. O sea, la cultura, la religión, la lengua, el conocimiento, la fisonomía y el comportamiento humano comienzan a adaptarse y seguir los moldes del hombre cisheterosexual, cristiano, caucásico y eurocéntrico. Si bien la colonización histórica ha llegado a su fin, experimentamos lo que Quijano (1999) llama colonialidad, un proceso sociopolítico-cultural que regula las subjetividades y organizaciones humanas. La colonialidad está presente en casos de racismo, LGBTQIA+fobia, xenofobia, machismo, intolerancia religiosa, etc., ramificándose en la colonialidad del ser, el conocimiento y el poder. Siguiendo esta línea de pensamiento, esta disertación tiene como objetivo estudiar cómo otras sexualidades, aquellas que divergen de la matriz cisheterosexual, son percibidas por los estudiantes en las clases de lengua portuguesa. Los participantes de la investigación fueron estudiantes del 4º período de Educación de Jóvenes y Adultos (EJA), de una escuela de la red estatal de Alagoas. Nuestras discusiones se desarrollaron en quince clases temáticas, entre los meses de octubre y diciembre de 2023, mediadas por las teorías de Literacidad Crítica y Decolonialidad, una vez que la enseñanza crítica y reflexiva permite a los estudiantes comprender las razones de la existencia de las injusticias sociales y posicionarse frente a ellas. Como aportes teóricos, tomé de la mano a Freire (2022), Hoppe (2014), Kleiman (2010), Meniconi y Ifa (2024) y Soares (2008), para discusiones sobre Literacidad Crítica Decolonial; Lugones (2014, 2020) y Butler (2018, 2022), por consideraciones sobre sexualidades, géneros y colonialidad de género; Maldonado-Torres (2009), Mignolo (2008, 2020), Quijano (1999, 2009, 2005), Texeira (2021) y Walsh (2013), en mis consideraciones sobre la colonialidad de la decolonialidad; Bezerra (2023) y Moita-Lopes (2006, 2009), en las discusiones sobre Lingüística Aplicada Indisciplinaria y Lingüística Aplicada Transviada. Al tratarse de una investigación acción (Thiollent, 1986) de carácter intervencionista, busqué ampliar las concepciones de los estudiantes en relación a las sexualidades humanas. La generaron datos a través del trabajo con tres géneros textuales (la entrevista, el artículo de opinión, la campaña y los diarios reflexivos) y a través de mis interacciones con los estudiantes en un grupo específico de WhatsApp. Las respuestas resultantes de las entrevistas permitieron interpretar que la mayoría de los estudiantes tenía un sentido moralista religioso sobre las sexualidades, basado en el binario de géneros. Los artículos de opinión también hicieron la misma indicación, pero se pudo notar que hubo cierta dirección en la percepción de los estudiantes sobre la existencia de sexualidades múltiples. Las campañas y conversaciones vía WhatsApp demostraron que los estudiantes comenzaron a darse cuenta de que las personas de diferentes sexualidades merecen respeto e igualdad de derechos. Sin embargo, destaco que las visiones moralistas, religiosas y biologicistas sobre las sexualidades trajeron muchos desafíos para el desarrollo de esta investigación-acción, mostrándose resistentes a cambios en las percepciones hasta el final de la investigación.

Palabras clave: colonialidad de género; decolonialidad; literacidad crítica decolonial; lengua portuguesa; sexualidades otras.

ABSTRACT

The native peoples of the lands we now call the Americas were/are stigmatized, marginalized and murdered, these being consequences generated by the colonization process perpetrated by European nations. In this perspective, there was a horizontal and vertical classification of society, taking as a basis the subjective human models of European communities. In other words, culture, religion, language, knowledge, physiognomy and human behaviors begin to adapt to and follow the molds of the cisheterosexual, Christian, Caucasian and Eurocentric man. Even though historical colonization has come to an end, we are experiencing what Quijano (1999) calls coloniality, a sociopolitical-cultural process that regulates subjectivities and human organizations. Coloniality is present in cases of racism, LGBTQIA+phobia, xenophobia, machismo, religious intolerance, etc., branching out into the coloniality of the being, of knowledge and power. Following this line of reasoning, this dissertation aims to study how other sexualities, those that diverge from the cisheterosexual matrix, are perceived by students in Portuguese Language classes. The research participants were students in the 4th period of Youth and Adult Education (EJA), from a school in the state network of Alagoas. Our discussions took place in fifteen thematic classes, between the months of October and December 2023, mediated by the theories of Critical Literacy and Decoloniality, since critical and reflective teaching allows students to understand the reasons for the existence of social injustices and position themselves in the face of them. As theoretical contributions, I sought support in the ideas of Freire (2022), Hoppe (2014), Kleiman (2010), Meniconi and Ifa (2024) and Soares (2008), for the discussions about Decolonial Critical Literacy; Lugones (2014, 2020) and Butler (2018, 2022), for the considerations on sexualities, genders and gender coloniality; Maldonado-Torres (2009), Mignolo (2008, 2020), Quijano (1999, 2009, 2005), Texeira (2021) and Walsh (2013), in my considerations on the coloniality of decoloniality; Bezerra (2023) and Moita-Lopes (2006, 2009), in the discussions on Indisciplinary Applied Linguistics and Transviated Applied Linguistics. As it is action research (Thiollent, 1986) of an interventionist nature, I sought to expand the students' conceptions in relation to human sexualities. The data was generated through work with three textual genres (the interview, the opinion piece, the campaign and reflective diaries) and through my interactions with the students in a specific *WhatsApp* group. The responses resulting from the interviews allowed us to interpret that the majority of students had a religious moralistic sense about sexualities, based on the gender binary. The opinion pieces also made the same indication, but it was possible to perceive that there was a certain direction in the students' perception regarding the existence of multiple sexualities. The campaigns and conversations through *WhatsApp* showed that students began to realize that people of other sexualities deserve respect and equal rights. However, I would like to point out that moralistic, religious and biological views on sexuality brought many challenges to the development of this action research, proving themselves to be resistant to changes in perceptions until the end of the investigation.

Keywords: gender coloniality; decoloniality; decolonial critical literacy; portuguese language; other sexualities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do município de Quebrangulo em Alagoas	12
Figura 2 - Notícia sobre o assassinato de Dandara.....	16
Figura 3 - Notícia do assassinato de Caio.....	17
Figura 4 - Reportagem sobre trabalho análogo à escravidão	44
Figura 5 - Notícia sobre a polêmica do documentário Cleópatra, da Netflix.....	52
Figura 6 - Notícia sobre homoafetividade em mamíferos	68
Figura 7 - Notícia sobre o assassinato de Ana Caroline	72
Figura 8 - Notícia sobre os ataques transfóbicos recebidos por Thammy Miranda	75
Figura 9 - Notícia sobre a major Lumen Müller.....	87
Figura 10 - Notícia sobre homem trans demitido	93
Figura 11 - Notícia sobre mulher trans alagoana assassinada	97
Figura 12 - Notícia sobre adoção de irmãos por um casal homoafetivo	99
Figura 13 - Campanha produzida pelo grupo 01	104
Figura 14 - Notícia sobre o suicídio de Lucas	105
Figura 15 - Campanha produzida pelo grupo 02	106
Figura 16 - Campanha produzida pelo grupo 03	108

SUMÁRIO

1. UM POUCO DO MEU EU	12
2. UM TRILHAR DECOLONIAL EM LINGUÍSTICA APLICADA ATRAVESSADO PELA LINGUAGEM	22
2.1 Um caminho interventivo.....	26
2.2 Dos participantes da pesquisa: a Educação de Jovens e Adultos (EJA)	29
2.3 O caminho interventivo em detalhes.....	33
3. UM OLHAR À SOCIEDADE: A COLONIALIDADE DO PODER, DO SER E DO SABER.....	41
3.2 A colonialidade de gênero: és tu um transviado?	47
3.2 Desconfiguração de um sistema opressor: a sala de aula como um espaço de criticidade e formação de agentes transformadores.....	55
4. AMAR SEM FRONTEIRAS	64
4.1 Preciso falar sobre sexualidade! O que penso?	65
5. NOSSO GRITO EM CAMPANHA	92
5.1 Ame sem preconceito!	92
6. DERRADEIRAS PALAVRAS PARA CONTINUAR	115
REFERÊNCIAS	121
APÊNDICE I – DETALHAMENTO DAS AULAS TEMÁTICAS	126
APÊNDICE II – OS ARTIGOS DE OPINIÃO DOS DISCENTES	134
APÊNDICE III – PARECER DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA.....	147
APÊNDICE IV – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE)	156
APÊNDICE V – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE VOZ E/OU IMAGEM	159
APÊNDICE VI – ENTREVISTA DO ALUNO COLABORADOR	161

1. UM POUCO DO MEU EU

“A única verdade é que vivo. Sinceramente, eu vivo. Quem sou? Bem, isso já é demais”.

– Clarice Lispector, *Perto do coração selvagem*

Nunca achei uma tarefa fácil escrever sobre mim. Aliás, não sei se alguém acha uma tarefa fácil escrever sobre si mesmo. Escrever sobre nossas vivências demanda um retroceder positivo, com o intuito de notar nuances da minha vida que eu não percebia à época. Regressar a tempos felizes, momentos de tristeza e de solidão também. Acima de tudo, nos leva a refletirmos sobre quem somos, o que fomos e o que podemos nos tornar. Isso, é um pouco da vida! E como Clarice Lispector disse: “Sinceramente, eu vivo”.

Minha vida começou em uma madrugada chuvosa, às 5h do dia 20 de maio, do ano 2000, eu dava meus primeiros choros no hospital municipal de Quebrangulo – AL e, aqui estou eu, um menino que decidiram chamar de Lucas, sem motivo aparente, apenas porque gostaram do nome. Nasci em uma família majoritariamente de agricultores que, desde muito tempo, tiraram da terra e da criação de gado o sustento da família.

Figura 1 - Localização do município de Quebrangulo, em Alagoas



Fonte: [https://www.familysearch.org/pt/wiki/Quebrangulo, Alagoas, Brasil - Genealogia](https://www.familysearch.org/pt/wiki/Quebrangulo,_Alagoas,_Brasil_-_Genealogia). Acesso: 20 de ago. 2024.

Aos três meses de idade passei a viver com meus avós paternos, Dona Rita e Seu Luiz. Vô, como carinhosamente o chamava, partiu no ano de 2013, em um acidente de carro ocasionado por um infarto que ele teve enquanto dirigia. Estive presente em seus últimos minutos de vida e levo pelo corpo as marcas desse doloroso dia. Quase segui o mesmo caminho que ele, mas a vida tinha outros planos para mim. Ainda moro com minha vó e meu irmão, o segundo depois de mim.

Fizemos da zona rural nosso local de conforto. Mesmo após passar alguns anos morando na cidade de Quebrangulo, o ar fresco e puro do mato sempre nos chamou. Vamos à cidade apenas para passar alguns dias, principalmente em datas comemorativas. Mas, a pequena casa do Sítio Impueiras sempre é o local de reunir os filhos, os netos, os primos e os irmãos.

Comecei a estudar aos 3 anos de idade, cursei os anos iniciais do Ensino Fundamental na zona rural, em uma pequena escola da rede municipal, vizinha a minha casa. Já os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio, foram na cidade, também em escolas públicas, municipal e estadual, respectivamente. Nesse período, sempre me ensinaram que os estudos era o único caminho para uma pessoa da classe média baixa *conseguir algo na vida*.

Prestei meu primeiro Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em 2016 e consegui a tão sonhada aprovação em uma universidade pública pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU) de 2017. Inicialmente, minha escolha foi para o Curso de Graduação em Geografia, mas, após repensar algumas questões com minha família e tendo em pauta a aprovação do novo Ensino Médio, decidi migrar para o curso de Letras/Português da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), no *campus* III, em Palmeira dos Índios. Posteriormente, vieram duas aprovações pelo Programa Universidade Para Todos (ProUni), uma no Curso de Ciências Contábeis e outra no Curso de Engenharia Ambiental. Todavia, o amor que eu nutria pela literatura me prendeu ao Curso de Letras.

De 2017 a 2021 a UNEAL foi minha segunda casa. Dediquei meus esforços para pesquisas na área da literatura, pois eu gostava muito de investigar obras que tratavam de pessoas situadas às margens da sociedade como os negros, os indígenas, a comunidade LGBTQIA+, os profissionais do sexo e aquelas narrativas que tratavam de governos autoritários¹. Direcionei meu projeto de pesquisa para a homoafetividade² masculina, tema do meu trabalho de conclusão de curso. Até aí, não tinha consciência que, de certo modo, já

¹ MELO NETO, M. M. ; MACENA, A. M. B. ; SILVA, C. E. M. ; ASSIS, L. ; MASCARO, J. D. . A representação da infidelidade na literatura canônica e na canção popular Brasileira. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, p. 76868-76895, 2021.

ASSIS, L.; MELO NETO, M. M. . **A Homoafetividade na Literatura Brasileira**. In: Moisés Monteiro de Melo de Neto. (Org.). Casos de homoafetividade na história e na literatura: amor, erotismo e violência. Recife: Libertas, 2022, v. , p. 89-164.

ASSIS, L.. **Violência/Crime: a população LGBTQIA+ na atualidade**. In: Moisés Monteiro de Melo de Neto. (Org.). Casos de homoafetividade na história e na literatura: amor, erotismo e violência. Recife: Libertas, 2022, v. , p. 183-190.

ASSIS, L.; MELO NETO, M. M. . **O UNIVERSO DOS MARGINALIZADOS NA PEÇA BLUE JEANS**. In: III Semana Científica do Agreste Pernambucano, 2021, Garanhuns, PE.. Anais da III Semana Científica do Agreste Pernambucano, 2021. v. 3. p. 1170-1173.

² Tomo a expressão homoafetividade para remeter às relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo, pois, vejo no uso dos termos homossexualismo/homossexual uma estereotipação dos sujeitos, retrocedendo ao sentido pejorativo dessas palavras incrementadas no século XIX, rodeadas de conceitos patológico e desvios cognitivos e comportamentais da natureza humana (Costa, 1992; Lopes, 2002).

trabalhava com as temáticas decoloniais, teoria que só passei a estudar e me aprofundar no mestrado.

Com a colação de grau no início de 2022, abateu-se sobre mim um sentimento de inutilidade, pois não tinha mais um fazer, um compromisso fixo com as atribuições da vida acadêmica. Pensar em ficar somente em casa me entediava. Até que fui convocado, por meio de um processo seletivo, para ser professor de Língua Portuguesa da Secretaria de Educação de Quebrangulo/AL durante o ano de 2022. Consecutivamente, consigo ser aprovado na pós-graduação (*lato sensu*) em Linguagem e Práticas Sociais do Instituto Federal de Alagoas (IFAL), *campus* Arapiraca.

Em agosto de 2022 sai o edital para mestrado e doutorado do Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas (PPGLL/UFAL). Tinha tentado no ano anterior, na linha de literatura, mas não consegui a aprovação. Para 2022, decidi fazer algo diferente, com os novos conhecimentos adquiridos na especialização em Linguagem e Práticas Sociais do IFAL e por incentivos de uma grande colega e amiga, Natália Luczkiewicz, resolvi tentar na linha de Linguística Aplicada.

Ainda na especialização, por meio das leituras presentes nas referências da grande curricular e de alguns textos indicados por Natália, tomei conhecimento sobre a decolonialidade e acabei percebendo que esta teoria não divergia muito daquilo que eu vinha trabalhando na área da Literatura, ou seja, questões de pessoas marginalizadas na sociedade. Construí o projeto, passei na análise, na arguição oral e no dia 15 de fevereiro de 2023 sai o resultado e a tão sonhada aprovação. Como orientadora, a Profa. Dra. Flávia Colen Meniconi, a quem agradeço pelos múltiplos ensinamentos.

Um dos fatores que me impulsionaram a buscar o mestrado foi perceber que no meu período de docência, entre 2021 e 2022, muitos dos meus colegas de trabalho entendiam o ensino de línguas/linguagens como algo voltado exclusivamente para o uso da gramática. Vi que o ensino de Língua Portuguesa estava ocorrendo de forma descontextualizada com a realidade dos discentes e da escola, os textos e os livros didáticos não possuíam vínculo com o contexto social em que eram aplicados. Não levantavam diálogos sobre as situações ao nosso entorno como o desmatamento, a fome, a miséria, os preconceitos ou as desigualdades sociais, e isso ecoava em minha mente. Afinal, estamos aqui para propiciar a formação de pessoas críticas conscientes de si e do próximo ou apenas para passar um conhecimento com o intuito de prepará-las para o mercado de trabalho como um mero produto?

O mestrado me proporcionou desenvolver a consciência do motivo pelo qual o método tradicional de ensino era prestigiado por alguns profissionais da educação. Revelou-me o

porquê dos livros didáticos, em sua maioria, não colocarem em pauta questões emergentes e, acima de tudo, me mostrou os construtos sociais que me colocam como um sujeito marginalizado na sociedade por ser um homem gay. Não só apenas sobre esse ponto de marginalização da homoafetividade, mas outras questões que também realocam pessoas às situações de marginalização e silenciamento social como pessoas negras, os indígenas, a comunidade LGBTQIA+, as mulheres, as pessoas surdas entre tantos outros que são apagados e silenciados socialmente em decorrência da matriz cisheterossexual, caucasiana e eurocentrada que está impregnada em nossa sociedade.

Até agora já teci um breve panorama da minha vida acadêmica e pessoal. Mas, quem é Lucas em seu íntimo? Quem é esse eu que vos fala?

Posso dizer que sou professor de Língua Portuguesa, tenho 24 anos, sou branco, me identifico como um homem cis, sou Quebrangulense, Alagoano e Nordestino. Amo o Carnaval e as festividades juninas. Adoro um bom livro de ficção científica ou de fantasia. Mas, acima disso tudo, uma característica em específico me demarca, sou uma pessoa homoafetiva, sinto atração pelo mesmo sexo, ou seja, outros homens.

Não lembro especificamente de quando me identifiquei como um homem homoafetivo, mas, desde os 9 anos de idade eu sentia uma espécie de atração por outros meninos e só foi se intensificando cada vez mais. Beije o primeiro menino aos 16 anos e minha primeira relação sexual aconteceu nas vésperas do meu aniversário de 17 anos.

Me reconhecer como um homem gay foi um processo doloroso, me sentia deslocado no mundo, pensava em suicídio, me isolava no meu quarto com meus livros, esquecia das pessoas lá fora. Assumir-se para a família foi ainda pior, ver a cara de ódio, de nojo e de desprezo que alguns parentes mantiveram por diversos dias ainda é algo bem triste. Mas, com o tempo, aprenderam a me respeitar e hoje ocupo um *lugar de valor na família*³. Penso comigo mesmo e vejo que foi um percurso que os demais homens gays da família e amigos também passaram. Naquela época, eu não tinha noção do que eles vivenciavam, do que eles sentiam ou do que eles eram, hoje consigo compreender. Vocês foram guerreiros!

Como muitos homens gays, se não todos, sofri com o forte preconceito da sociedade. Os primeiros casos aconteceram na escola durante os anos finais do Ensino Fundamental, em que eu era chamado de *bichinha* e/ou *viadinho* constantemente. Agradeço por não ter evoluído para formas mais violentas, como a agressão corporal. Todavia, as palavras também nos machucam de forma profunda. Houve momentos em que eu pensava sobre o motivo de estar

³ O lugar de valor aqui é entendido como aquele momento em que minhas opiniões passaram a ser consideradas em âmbito familiar, e quando deixei de ser um mal exemplo a ser seguido.

sendo tratado daquela forma por outros colegas, momentos em que eu me sentia inferior, um ser abjeto. Sempre tive um bom círculo de amigos, amigos que me davam forças para continuar mesmo nos dias mais difíceis, em que ir à escola era uma tortura.

Cresci vendo no noticiário os inúmeros casos de agressões físicas contra pessoas da comunidade LGBTQIA+, muitos não resistiam e morriam. Hoje, sinto medo de andar sozinho pelas ruas, especialmente à noite, fico com receio de ser agredido da mesma forma brutal que muitos já foram, a exemplo de Dandara, uma mulher trans espancada e assassinada a tiros no Ceará, em 2017⁴. O caso de Dandara não é algo isolado, recentemente, no dia 15 de dezembro de 2023, Caio Siqueira, um homem trans, é assassinado a tiros em um mercadinho, no bairro Ouro Preto, em Maceió⁵. Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), o Brasil é o país que mais mata transexuais no mundo⁶.

Figura 2 - Notícia sobre o assassinato de Dandara



Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2017/03/10/artigo-dandara-foi-espancada-ate-a-morte-em-plena-luz-do-dia-e-seus-assassinos-riam>.

⁴ Artigo: Dandara foi espancada até a morte em plena luz do dia e seus assassinos riam. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/03/10/artigo-dandara-foi-espancada-ate-a-morte-em-plena-luz-do-dia-e-seus-assassinos-riam>. Acesso em 03 de jan. de 2024.

⁵ Homem trans é assassinado a tiros em mercadinho no Ouro Preto, em Maceió. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2023/12/14/homem-trans-e-assassinado-a-tiros-em-mercadinho-no-ouro-preto-em-maceio.ghtml>. Acesso em 03 de jan. de 2024.

⁶ Brasil é o país que mais mata transexuais no mundo. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2023-01/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-transexuais-no-mundo>. Acesso em 03 de jan. de 2024.

Figura 3 - Notícia do assassinato de Caio



Fonte: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2023/12/14/homem-trans-e-assassinado-a-tiros-em-mercadinho-no-ouro-preto-em-maceio.ghml>.

Esses casos deixam transparecer as raízes do sistema colonizador que resistem em nossa sociedade, ou seja, a hegemonização da imagem do homem patriarcal, caucasiano, cristão, cisheterossexual e eurocentrado. Demonstra o apagamento e o silenciamento de subjetividades humanas divergentes dessa imagem hegemonizada, algo existente nos países que foram colonizados pelas nações europeias.

Para Quijano (1999), o colonialismo adquiriu novas formas na sociedade, vivenciamos aquilo que ele chama de colonialidade, um sistema de poder mundial que é erguido por meio “de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjectivos, da existência social cotidiana e da escala societal” (Quijano, 2009, p. 73).

Foi por meio da colonização das terras que compõem a atual América que um novo sistema de poder foi implantado e disseminado para o restante do mundo (Quijano, 2009). Este sistema tinha por objetivo explorar ao máximo os recursos naturais das terras americanas e africanas, além de aproveitar-se da mão de obra gratuita proporcionada pela escravização de seus povos originários. Com esse movimento duplo de exploração, há uma marginalização e subalternização das culturas, dos saberes, das religiões e das histórias dos seus povos originários.

Mesmo com o fim do colonialismo histórico (Quijano, 2009), os costumes trazidos pelos grupos colonizadores, infligidos às comunidades originárias, continuam a ditar nossas formas de beleza, de vestir-se, de construir saberes, de portar-se em público e influenciam em nossas organizações de governo. Nessa percepção, pessoas que se identificavam com sexualidades outras, que destoavam da matriz cisheterossexual, foram demonizadas e perseguidas arduamente por longos séculos, e ainda são (Trevisan, 2018; Silva, 2019).

O sujeito precisava (e ainda precisa) seguir a matriz dos valores coloniais, identificar-se como cisheterossexual e aproximar-se ao máximo da imagem e dos costumes do sujeito eurocentrado, caucasiano, cisheterossexual e cristão. Isso me faz perceber que a colonialidade exerce poder sobre as minhas formas de pensar e de comportar-se em público. Nascido com um corpo ontologicamente classificado como masculino, preciso renegar os trejeitos considerados femininos, mas, ao me assumir como um sujeito homoafetivo, minha sexualidade me realoca a um lugar de marginalização, estigmatização e subalternização social.

Lugones (2014; 2020) afirma que as assimetrias de poder entre homem e mulher são demarcadas por meio do que ela alinha de colonialidade de gênero, que corresponde aos papéis de gêneros que foram infligidos nas comunidades originárias, uma vez que, muitas não possuíam um senso binário homem X mulher estabelecido. A mulher é realocada ao lugar de sujeito passivo e obediente ao parente homem mais próximo, e destina ao homem o papel de chefe e provedor da família, o único com voz ativa na sociedade.

Por meio da colonialidade de gênero a matriz cisheterossexual estabelece-se na sociedade, os comportamentos sexuais passam a seguir um caráter reprodutivo com base nos preceitos religiosos e da questão binária homem x mulher, atuando conforme os deveres reprodutivos da espécie. Assim, a comunidade LGTQIA+, em que os preceitos biológicos estabelecidos de reprodução não entram vigor, é vista como *sexualidades não desejadas por Deus* (Bataille, 2017), recaindo sobre essas pessoas uma carga pejorativa histórica.

Ao aprofundar as discussões acerca das correntes decoloniais, especialmente nas aulas e nos textos indicados pela minha orientadora Profa. Dra. Flávia Colen Meniconi, pelo Prof. Dr. Sérgio Ifa e pela Profa. Dra. Lorena Borges, desenvolvi um senso crítico acerca das imposições coloniais que persistem em nossa comunidade, ramificadas nas diversas facetas da colonialidade (Quijano, 1999) e na colonialidade de gênero (Lugones, 2020;2014). Em minha percepção, como profissional da educação, me veio a necessidade de adotar uma postura decolonial, de ressignificar os alicerces pelos quais a sociedade ocidental foi erguida.

A corrente decolonial busca resgatar a imagem e os princípios dos povos que foram inferiorizados durante as imposições árduas da colonização europeia na América e na África,

representa “um enfrentamento crítico contra toda e qualquer forma de exclusão que tenha origem na situação colonial e nas suas consequências históricas” (Mota-Neto, 2016, p. 44).

Ao adentrar uma sala de aula, deparo-me com contextos diversos, espelhados pela subjetividade de cada discente, um espaço de expressão das múltiplas culturas e valores ideológicos presentes na sociedade. Percebo que as manifestações acerca da sexualidade são frequentes no espaço escolar, onde, muitas vezes, o não entendimento da pluralidade da sexualidade pode acarretar situações constrangedoras e/ou violentas para alguns ou para todo o grupo envolvido no processo de ensino e aprendizagem. Dessa forma, o contexto escolar é marcado por valores religiosos, pelas marcas culturais e pelos preconceitos de seus compartes.

Na modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos (EJA), caracterizada pela frequência de discentes com idade mais avançada e majoritariamente pais que trabalham durante o dia para sustentar suas famílias, noto que esses alunos compartilham concepções marcadas pelos dispositivos da colonialidade, especialmente no trato com as sexualidades. Já que, temáticas emergentes como as de sexualidades e de gêneros eram/são consideradas tabus e não são discutidas em algumas famílias.

Eu, como um professor em formação e aluno engajado na linha de Linguística Aplicada, repenso sobre o meu papel na sociedade, autoavaliando-me e direcionando minhas perspectivas para situações sociais diversas, principalmente as situações que envolvem a igualdade/equidade social, com o compromisso de formar cidadãos críticos e conscientes do seu dever com a cidadania. Assim, resgato as causas de grupos marginalizados socialmente, com o objetivo de observar e enxergar o mundo a partir do ponto de vista das subjetividades e vidas humanas que sofrem diariamente com o racismo, com a LGBTQIA+fobia, com o machismo, com intolerância religiosa, com a xenofobia, com a gordofobia etc.

Nesta perspectiva, minha dissertação tem o objetivo geral de analisar o desenvolvimento do Letramento Crítico dos discentes de uma turma da Educação de Jovens e Adultos (EJA), do Ensino Médio, de uma escola pública do agreste alagoano, em relação à concepção de sexualidade e o trato com àquelas que fogem ao padrão cisheterossexual, a fim de contribuir para o exercício da reflexividade.

Mediante o objetivo geral apresentado, tento responder as seguintes questões: I – Quais os conhecimentos de mundo que os alunos apresentaram em relação ao tema proposto?; II – Em que medida os enunciados, veiculados em diversos meios de comunicação, tematizados por questões de sexualidade podem exercer influência na concepção dos alunos sobre o tema trabalhado?; III – De que forma as práticas decoloniais e uma prática docente voltada para o estímulo da criticidade do alunado podem contribuir para uma resignificação da concepção de

sexualidade?; e IV – Quais foram os impactos da pesquisa na vida dos participantes da pesquisa?

Fiz uso da pesquisa-ação como caminho metodológico, tendo em vista que esse estilo de pesquisa tem por objetivo possibilitar a transformação social do meio em que está sendo trabalhado (Thiollent, 1986). Pois, ao escolher levar a temática das sexualidades para a sala de aula, eu pretendia ampliar e estimular a reflexão acerca das concepções que os alunos possuíam em relação as sexualidades divergentes da matriz cisheterossexual. Uma vez que, em sua maioria, a modalidade de ensino do EJA contempla pessoas com idade mais avançada e que possuem uma concepção engessada ao ser discutida a temática da sexualidade. Nesse viés, a pesquisa-ação teve o compromisso de realizar uma ação que colocou em pauta a sexualidade, o refletir dos alunos sobre a temática e a conscientização da existência de pessoas que sofrem e são impedidas de existirem em decorrência da não conformidade de suas sexualidades com o padrão cisheterossexual.

Esta dissertação está estruturada em mais quatro seções, além desta seção introdutória. Na primeira seção, intitulada *Um trilhar decolonial em Linguística Aplicada*, debato sobre as perspectivas teóricas da Linguística Aplicada Indisciplinar e Transviada; apresento os caminhos metodológicos e os instrumentos de geração de dados adotados para a pesquisa; discuto como foi o contato com a instituição de ensino escolhida para a pesquisa e traço um perfil dos participantes.

Na seção dois, nomeada *Um olhar à sociedade: a colonialidade do poder, do ser e do saber*, discorro sobre a teoria basilar desta dissertação, a decolonialidade, partindo das discussões de estudiosos e estudiosas como Lugones, Quijano, Maldonado-Torres, Mignolo entre outros. Esta seção divide-se em dois tópicos, no tópico 2.1. *A colonialidade de gênero: és tu um desviado?*, em que debato sobre as consequências da colonialidade de gênero em nossa sociedade e como a matriz cisheterossexual opera como um dispositivo de permanência dos valores coloniais, apoiando-me em estudiosos e estudiosas como Butler, Bezerra, Lugones entre outros. Já no tópico 2.2. *Desconfiguração de um sistema opressor: a sala de aula como um espaço de criticidade e formação de agentes transformadores*, trago uma discussão acerca de como uma pedagogia voltada pra o estímulo da criticidade em sala de aula pode atuar como um mecanismo eficaz em mostrar ao discente os diversos cenários acerca de determinada temática social, ampliando as possibilidades de interpretação sobre determinado tema, estimulando o aluno a assumir uma postura crítica perante a situação discutida.

Nas seções três e quatro, intituladas *Amar sem fronteiras* e *Nosso grito em campanha*, respectivamente, analiso e discuto os dados gerados pelos participantes da pesquisa. Estas

seções encontram divididas em tópicos. E na quinta e última seção, *Derradeiras palavras para continuar*, retomo algumas discussões apresentadas no corpo do trabalho, discuto sobre o processo de escrita e debate como pretendo levar adiante as teorias apresentadas nesta dissertação.

Na seção seguinte, discuto sobre Linguística Aplicada Indisciplinar e Linguística Aplicada Transviada e apresento o percurso metodológico adotado para esta pesquisa.

2. UM TRILHAR DECOLONIAL EM LINGUÍSTICA APLICADA ATRAVERSADO PELA LINGUAGEM

A primeira vez que ouvi o nome Linguística Aplicada foi no ano de 2019, na disciplina *Linguística Aplicada e Ensino de Língua Portuguesa*, na graduação em Letras/Português da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), no qual eu era aluno regular. Até então, a Linguística Aplicada, doravante LA, me foi apresentada como uma aplicação em sala de aula das teorias estudadas anteriormente nas disciplinas de Linguística como o estruturalismo e o gerativismo (Moita-Lopes, 2006; 2009).

Lembro claramente quando o professor da disciplina disse que a Linguística Aplicada, apesar de possuir o nome *linguística*, não era uma disciplina exclusiva de linguística, pois estava mais voltada ao ensino, ao âmbito da sala de aula, mais como uma disciplina da área pedagógica. Vejo que o docente compartilhava de um senso um tanto positivista acerca da LA, uma vez que não a considerava como uma disciplina específica da área de linguística por não possuir uma teoria e um método de análise próprios e específicos, ou seja, uma teoria basilar única aplicável a qualquer contexto.

Na segunda vez em que a LA se fez presente em minha vida foi no curso de especialização em Linguagem e Práticas Sociais, do Instituto Federal de Alagoas (IFAL), no ano de 2022. Dessa vez, a LA me foi mostrada com uma disciplina da área de linguística, considerando “a linguagem como constitutiva da vida institucional” (Moita-Lopes, 2009, p. 18) dos sujeitos, indo além dos contextos das salas de aula e da aplicação de teorias, direcionando seus estudos para os usos e problemáticas da linguagem nas mais diversas áreas e práticas sociais.

Moita-Lopes (2009), no capítulo intitulado *Da aplicação de Linguística à Linguística Aplicada Indisciplinar*, presente no livro *Linguística aplicada: um caminho com diferentes acessos*, apresenta-nos um breve percurso da LA ao longo da história. Primeiramente, ele tece a ideia, desenvolvida durante a Segunda Guerra Mundial e predominante até hoje, da LA como aplicação das teorias linguísticas no ensino de línguas e que, na década de 1960, também passou a englobar questões de tradução.

O trabalho de Widdowson, no final dos anos 1970, marca o que Moita-Lopes (2009) chama de *primeira virada* da LA. É nesse momento que Widdowson desenvolve e propõe especificidades próprias da LA, “uma restrição da LA a contextos educacionais e a necessidade de uma teoria linguística para a LA que não seja dependente de uma teoria linguística” (Moita-Lopes, 2009, p. 15).

Mesmo que as ideias de Widdowson tenham contribuído com propostas para construir uma LA com campo de investigação próprio, ou seja, o ensino de língua, este ensino era predominante centrado na Língua Inglesa. Destarte, chama a tenção o fato de abranger teorias que não advinham somente das linguísticas hegemônicas (estruturalismo, gerativismo), mas que também captassem conhecimentos de outras áreas como a Sociologia e da Psicologia Cognitiva (Moita-Lopes, 2009).

A compreensão subjacente é que nenhuma área do conhecimento pode dar conta da teorização necessária para compreender os processos envolvidos nas ações de ensinar/aprender línguas em sala de aula devido a sua complexidade. Aqui o pensamento de Widdowson proporciona um avanço: a um só tempo nos livramos da relação unidirecional e aplicacionista entre teoria linguística e ensino de línguas e abrimos as portas para outras áreas do conhecimento de forma a se operar de modo interdisciplinar (Moita-Lopes, 2009, p. 16).

A *segunda virada* (Moita-Lopes, 2009) da LA ocorre quando os contextos escolares de línguas estrangeiras deixam de ser os palcos principais de investigações da LA. Outros espaços entram em cena, principalmente as mídias e os ambientes de ensino e aprendizagem de língua materna, guiados pelos letramentos e pelos multiletramentos (Moita-Lopes, 2009). Nesse fio da meada, fica evidente a interdisciplinaridade da LA, que busca e transita entre os conhecimentos de outras áreas do saber.

É iniciado por Moita-Lopes (2006), e apoiado nas últimas décadas por uma grande gama de pesquisadores, um movimento de alcunhar a LA como área *indisciplinar*, ou seja, que não está restrita a um conhecimento específico, nem tem o propósito de constituir-se e delimitar-se como uma disciplina. Atribui-se esse caráter indisciplinar da LA na “necessidade de não se constituir como disciplina, mas como uma área mestiça e nômade, e principalmente porque deseja pensar de forma diferente, para além de paradigmas consagrados” (Moita-Lopes, 2009, p. 19).

Enxergo que a busca por *pensar de forma diferente* me atravessa enquanto homem gay, pois minha existência põe em colapso os paradigmas sociais hegemônicos da cisheterossexualidade, baseados no senso de binaridade que exclui outras possibilidades de existências humanas. Ao propor uma pesquisa tematizada por questões de gêneros e sexualidades, reafirmo a minha existência e das demais pessoas LGBTQIA+, possibilitando a reflexão das relações humanas por meios de novos paradigmas, não aqueles que já foram hegemônicos academicamente.

Advogo em prol da necessidade de buscarmos novos caminhos que guiem as visões interpretativas acerca das relações humanas, partindo de abordagens que englobam as diversas problematizações sociais e suas imbricações na comunidade. Assim, se faz essencial a transcendência dos campos teóricos que se hegemonizaram ao longo do tempo, permitindo que a LA dialogue com inúmeras epistemologias, que se situe e atravesse as fronteiras que as delimitam.

Ao discutir sobre sexualidades e gêneros em LA indisciplinar, resgato a necessidade de desconstruir toda uma rede de discursos reguladores dos corpos humanos. Problemático o que é considerado como o *padrão*, objetivando a busca por *caminhos outros* que expliquem e atendam às necessidades do mundo atual, um mundo cada vez mais diversificado. Nesse sentido, ao debatermos sobre um determinado tema social da atualidade, esmiuçaremos suas múltiplas facetas, trazendo à tona problematizações sociais, culturais, históricas, a intenção do pesquisador em se debruçar sobre tal assunto e suas causas e/ou consequências para a sociedade.

Para tal situação, evidentemente, irei me inteirar de campos que englobam teorias feministas, decoloniais, de sexualidades e de gêneros, queers, antirracistas e outras epistemes, estabelecendo a relação da LA com diversas áreas de conhecimento, possibilitando o seu caráter indisciplinar. Estabeleço, assim, os laços desta pesquisa com a LA, pois foi preciso me inteirar de teorias diversas para sua realização, na tentativa de romper com os padrões hegemonizados de poder (Quijano, 1999) e de saber (Mignolo, 2021) que ditam nossas formas de ser (Maldonado-Torres, 2008). Em outras palavras, interessam-me discussões e estudos voltados aos marginalizados na sociedade, e que pretendem interpretar o mundo por meio da ótica dos considerados inferiores.

Como esta pesquisa está voltada para os tratos com as sexualidades em âmbito educacional, especialmente as sexualidades que destoam da cisheterossexualidade, precisei trilhar por *caminhos outros*. Por ser uma temática polêmica de ser trabalhada, principalmente nesses últimos anos em que vimos o pipocar de diversos grupos de extrema-direita no mundo todo, me foi necessário repensar metodologias de ensino com cuidado, para que não recaísse sobre mim a percepção de estar doutrinando uma *ideologia de gênero*⁷ em sala de aula.

Entendo trilhar *caminhos outros em sala de aula* como ir em busca de novas metodologias de ensino e aprendizagem que destoam daquelas que se hegemonizadas ao longo

⁷ Ideologia de gênero é um termo utilizado por grupos que assumem uma posição de conservadores da estrutura familiar cisheterossexual. Assim, as discussões pautadas por sexualidades divergentes dos comportamentos cisheteronormativos, especialmente em âmbito escolar, foram taxadas de estarem incentivando as pessoas a manterem relações que não aquelas permissíveis pela matriz cisheterossexual. Desse modo, tais discussões não deveriam ser levantadas.

dos séculos, comumente conhecidas como o *método tradicional* de ensino e aprendizagem. No método tradicional, o discente era considerado como mero receptáculo, em que o docente, único detentor do saber, depositava o conhecimento, concepção essa que Freire (2022) denominou de *educação bancária*. A educação não era vista como o processo dialógico de troca de saberes entre docente e discente, mas o sujeito docente “será sempre o que sabe, enquanto os educandos serão sempre os que não sabem. A rigidez destas posições nega a educação e o conhecimento como processos de busca (Freire, 2022, p. 81).

Ao trilhar *caminhos outros* em sala de aula, proponho metodologias de ensino e aprendizagem capazes de estabelecerem relações dialógicas entre o eu professor/pesquisador e os alunos colaboradores. E, acima de tudo, trazer ao âmbito educacional discussões acerca de grupos marginalizados na sociedade como os povos indígenas, os afrodescendentes, a comunidade LGBTQIA+, as mulheres, as classes menos abastardas da sociedade etc. Discussões que resgatem os saberes e as práticas socioculturais dos povos originários da América e de África, possibilitando o ampliar de novas visões de mundo guiadas pelas vivências dos que foram menosprezados, inferiorizados e subalternizados em decorrência do processo de colonização. Nesta direção, compartilho do posicionamento defendido por Bezerra (2023), o qual ele chama de *Linguística Aplicada Transviada* ao invés de *Linguística Queer*. Pois, em suas palavras:

no contexto estadunidense do final dos anos 1980, e início dos anos 1990, quando o termo *queer*, originalmente utilizado para discriminar, oprimir e xingar sujeitos/as que não conformavam com as normas de gêneros e sexualidades, foi então reapropriado pelos movimentos sociais [...] Nesse sentido, falo de *transviado* com base em nossa história. No Brasil, por exemplo, o termo transviado ultrapassa a nomeação de indivíduos em desconformidade com normas hegemônicas de gênero e sexualidade (Bezerra, 2023, p. 54, grifos do autor).

Dessa maneira, percebo que dialogar com a Linguística Aplicada Transviada significa fomentar discussões e pesquisas tematizadas pelos contextos das pessoas marginalizadas na sociedade, marcadas pela interseccionalidade de raça, gêneros e sexualidades. Além de refletir como construções sociais hegemônicas induzem determinadas pessoas à posição de subalternidade. Realizada nas aulas de Língua Portuguesa, esta pesquisa associa-se à Linguística Aplicada Transviada por tratar de sexualidades outras, ou seja, as que divergem da cisheterossexualidade e são estigmatizadas e patologizadas por sua divergência com a matriz imposta pelos processos colonizadores.

Como a referida pesquisa tem o objetivo de analisar o desenvolvimento da criticidade do alunos nas aulas de Língua Portuguesa, em uma turma da EJA, mediado pelas teorias decoloniais, o trabalho com a linguagem se fez essencial. Assim, corroboro neste estudo com a ideias de interligação entre a língua/linguagem e os sujeitos que as produzem, assim como as suas histórias de vida (Brait, 2012). Desse modo, é através dos nossos atos enunciativos (Bakhtin, 2006), em relação aos enunciados do outro, que revelamos o local do qual falamos, evidenciando nossas práticas e valores culturais e, finalmente, manifestando nossas posições ideológicas. Já que “a experiência discursiva individual de qualquer pessoa se forma e se desenvolve em uma interação constante e contínua com os enunciados individuais dos outros” (Bakhtin, 2006, p. 54).

Nessa perspectiva, as interpretações e análises realizadas nas seções quatro e cinco partem das produções dos alunos, tomando-as como enunciados concretos, uma vez que o enunciado “encontra-se em constante estado responsivo não somente porque foi projetado para a compreensão ativa de um auditório previsto ou esperado, mas também porque implica do falante uma reação a outros interlocutores” (Stella; Brait, 2021, p. 162).

No próximo tópico apresento e discuto o caminho metodológico adotado por mim, a pesquisa-ação. Bem como, os instrumentos de geração de dados escolhidos. Além disso, busco ainda demonstrar como a pesquisa-ação relaciona-se com a temática pesquisada.

2.1 Um caminho interventivo

As pesquisas, em geral, possuem o objetivo de investigar novos fenômenos ou aprofundar o conhecimento acerca de algo já conhecido, fazendo o levantamento de teorias para a investigação em questão. Assim, cabe ao pesquisador escolher, cuidadosamente, qual metodologia é mais aderente a atingir seus objetivos pretendidos.

Este estudo seguiu os postulados teóricos da pesquisa de abordagem qualitativa, tendo como material empírico o texto, investigando as informações em processo (Flick, 2009), visto que trabalho com as produções textuais de discentes produzidas por meio das perspectivas do letramento crítico e da decolonialidade. Na pesquisa qualitativa “há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 70). A pesquisa qualitativa nos permite interpretar variadas situações sociais, levando em conta seu aspecto qualitativo descritivo e interpretativista. Em relação ao tipo de pesquisa, se

enquadra no estudo de campo, pois irá aprofundar-se em situações de determinado local (Marconi; Lakatos, 2002), ou seja, uma turma do 4º período da EJA/Ensino Médio.

Além de gerar dados, a pesquisa objetiva intervir na realidade trabalhada, repensando/reconstruindo concepções acerca de temas de um grupo marginalizado, a comunidade LGBTQIA+. Desse modo, configura-se como uma pesquisa-ação, pois pretende desenvolver uma “estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo” (Thiollent, 1986, p. 15).

Por eu ter trabalhado a questão das sexualidades e dos gêneros na sociedade e das políticas públicas em prol da comunidade LGBTQIA+, vejo que a pesquisa-ação foi um caminho investigativo apropriado a ser seguido, uma vez que a “pesquisa-ação é vista como forma de engajamento sócio-político a serviço da causa das classes populares” (Thiollent, 1986, p. 14), objetivando a resolução parcial ou total de determinada problemática. Assim, mobilizei um grupo de pessoas, uma turma do 4º período da Educação de Jovens e Adultos do Ensino Médio⁸, a refletirem sobre as imposições sociais e políticas que atingem e marginalizam a comunidade LGBTQIA+, tomando consciência das consequências negativas, geradas por essa marginalização, que afetam vidas humanas de forma extrema, levando a casos de violência e de morte.

A interação entre o professor-pesquisador e os alunos participantes foi fundamental no processo de desenvolvimento desta pesquisa-ação, pois é por meio de diálogos que chegamos as “informações geradas pela mobilização coletiva em torno de ações concretas que não seriam alcançáveis nas circunstâncias da observação passiva” (Thiollent, 1986, p. 24). Desse modo, os debates feitos nas aulas temáticas configuram-se como o principal meio de interação entre o professor-pesquisador e os participantes da pesquisa. Tendo em vista que, por meio das discussões realizadas em sala de aula sobre casos de violências e discursos de ódio destinados a pessoas LGBTQIA+, chegamos a um consenso a respeito de vidas humanas que sofrem, que possuem seus corpos violentados e matados em decorrência desses discursos.

Ainda nas palavras de Thiollent:

À luz do que precede, a pesquisa-ação não é considerada como metodologia. Trata-se de um método, ou de uma estratégia, de pesquisa agregando vários métodos ou técnicas de pesquisa social, com os quais se estabelece uma

⁸ O EJA do Ensino Médio da escola participante da pesquisa encontra-se dividido em quatro períodos, sendo o quarto a última etapa.

estrutura coletiva, participativa e ativa ao nível da captação de informação (Thiollent, 1986, p. 25).

Por meio das afirmações de Thiollent, percebo que a pesquisa-ação não é uma metodologia rígida, mas consiste em um caminho que deve ser adaptado mediante o contexto a ser trabalhado. Assim, os instrumentos de geração de dados, escolhidos por mim, tinham por objetivo incentivar a coletividade e a participação da turma, fator essencial para a pesquisa como um todo. Dados gerados que me permitiram perceber as mudanças ocorridas durante a pesquisa, verificando aquilo que se manteve, que se alterou ou foi aperfeiçoado. Pois, toda pesquisa-ação vai (des)construir algo dentro do seu meio investigativo.

Escolhi os seguintes instrumentos de geração de dados: I – entrevista pré-elaborada, por meio de questionário; II – diários reflexivos dos alunos e do professor-pesquisador, escritos após cada aula temática; III – produções escritas pelos discentes (artigo de opinião e campanhas) e IV – conversas trocadas via *WhatsApp* entre o professor-pesquisador e os alunos em um grupo da turma. As análises das respostas da entrevista foram trianguladas com os artigos de opinião e com os diários reflexivos dos participantes e os meus (apresentadas na seção quatro). Já as análises das conversas do *WhatsApp* são trianguladas com campanhas e com os diários reflexivos dos discentes (apresentadas na seção cinco). A presente triangulação foi seguida tendo como base a ordem em que os instrumentos de geração de dados foram trabalhados: primeiramente a entrevista, seguida pelo artigo de opinião e os diários reflexivos; em seguida as conversas via *WhatsApp*, sucedida pelas campanhas e pelos últimos diários.

Tematizada pela pluralidade sexual, a referida pesquisa mostrou-se pertinente ao se enquadrar como uma pesquisa-ação. Já que trabalhei e analisei as opiniões dos discentes que surgiram após debatermos sobre textos e/ou comentários propagados nas redes de comunicação que associavam uma sexualidade divergente da heteronormativa desvios mentais, anomalias, patologias etc.

Entendo que a pluralidade sexual, como um fator social, necessita de uma ação para sua desmistificação de fatores desviante ou normativos. Mesmo que seja um tema amplo em uma sociedade diversa, comentários acerca da sexualidade humana influenciam na concepção das pessoas de diferentes grupos sociais. Assim, há a necessidade de um respaldo acionista acerca dessa temática, em especial no âmbito educacional, em que a pesquisa-ação se insere para (re)construir as percepções e ampliar os horizontes interpretativista acerca da pluralidade sexual por meio de fatores interacionistas no grupo investigado.

No tópico a seguir, discorro sobre a instituição de ensino que acolheu minha pesquisa, faço um breve panorama sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e teço considerações sobre o seu público, ou seja, os participantes da pesquisa.

2.2 Dos participantes da pesquisa: a Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Os participantes da pesquisa foram os alunos da turma do 4 Período da Educação de Jovens e Adultos (EJA), de uma escola pública do agreste alagoano, vinculada à Secretaria de Educação de Alagoas (SEDUC - AL). A instituição de ensino oferece tanto o EJA como o Ensino Médio Regular.

Escolhi desenvolver a pesquisa em âmbito educacional pelo fato de eu, enquanto aluno do Ensino Médio Regular, durante os anos 2014 a 2016, ter sofrido com ataques homofóbicos por parte de outros alunos, com apelidos como *bichinha* e *viadinho*. Bem como, não ter visto nenhum tipo de metodologia em sala de aula que debatesse acerca da pluralidade sexual, algo que era bastante discutido de forma irregular pelos discentes.

Eu percebia que temáticas que tocassem o cerne da sexualidade eram ignoradas, a exemplo de obras literárias como *O Cortiço*, de Aluísio de Azevedo e *Bom-Crioulo*, de Adolfo Caminha, ambos escritores do Naturalismo Brasileiro que tiveram/têm suas obras menosprezadas por discutirem a sexualidade. Confesso que só tomei conhecimento das mesmas obras e de seus respectivos autores ao adentrar o curso de Letras-Português, na Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL).

Assim, julgo necessária discussões sobre as sexualidades no âmbito educacional. Pois, é um cenário em que situações conflituosas podem acontecer devido ao não entendimento da diversidade sexual encontrada em um contexto pluricultural como o Brasil. Bem como, pôr em exercício uma metodologia que possibilite ampliar o horizonte e a criticidades dos discente. E, como desenvolvi oficinas baseadas na temática da sexualidade, enxergo na escrita de gêneros textuais diversos um caminho significativo para o estímulo da criticidade na educação. Como aponta Kleiman (2010, p. 377);

Mais do que tentar transformar a instituição, parece necessário sugerir práticas e atividades que de fato visem ao desenvolvimento do letramento do aluno, entendido como o conjunto de práticas sociais nas quais a escrita tem um papel relevante no processo de interpretação e compreensão dos textos orais ou escritos circulantes na vida social. O elemento-chave é a escrita para a vida social (Kleiman, 2010, p. 377).

Perante as palavras de Kleiman (2010) acima, a transformação social parte da escrita e da interpretação de diversos textos, entendidos como instrumentos de estímulo à criticidade por apresentarem ao alunado a possibilidade de registro de suas marcas culturais, em que sua voz adentra um cenário culturalmente diverso e, desse modo, passam a refletirem sobre o papel social desempenhado por cada um. Desse modo, a leitura e a escrita desempenharam papel essencial nesta pesquisa, uma vez que partimos da interpretação de textos e falas para pensar sobre as sexualidades outras.

Os discentes matriculado na escola são oriundos da zona urbana e da zona rural do município. De acordo com o IDEB (2019), apenas 23% dos alunos estão com o nível de estudo aceitável em Língua Portuguesa. No que tange ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a média geral desses alunos é de 453 pontos de 1000, sem levar em consideração a nota da redação. Em 2021, os dados da prova SAEB classificaram os alunos como proficientes em Língua Portuguesa e Matemática, com média 4,27 de 10 pontos.

Segundo os dados divulgados na página da escola no site *QEdu*, o Nível Socioeconômico (NSE) dos estudantes pode ser considerado baixo, já que a maioria dos pais/responsáveis dos alunos, além de não possuírem o 5º ano do Ensino Fundamental completo, é provida de eletrodomésticos básicos, como uma geladeira, uma televisão e um fogão.

A turma participante era composta por cerca de 40 alunos matriculados, a maioria dos alunos provinham da zona rural do município, com idade entre 18 e 50 anos, grande parte já possuía filhos e trabalhavam durante o dia. As aulas eram ministradas durante as noites de sexta-feira, durante os meses de outubro e dezembro, totalizando um total de 15 aulas temáticas.

Saliento que, mesmo com um alto índice de alunos na sala, a metade faltava. Eu nunca consegui um dia de aula em que mais de 20 alunos estivessem presentes. Conforme as justificativas eram apresentadas à professora efetiva e a mim, tanto em sala de aula como por mensagens enviadas no grupo de *WhatsApp* da turma, eles alegavam cansaço por trabalharem durante o dia e não conseguiam disposição para frequentarem as aulas durante a noite, pois precisavam descansar para trabalhar no dia seguinte.

Estas peculiaridades são marcas da EJA em âmbito nacional. Por ser uma modalidade de ensino voltada para as pessoas que não tiveram a oportunidade e/ou não conseguiram concluir a Educação Básica no tempo considerado apropriado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação N. 9.394/96 (LDB N. 9.394/96), que afirma o seguinte no inciso 1 do artigo 38:

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos (Brasil, 1996).

Os únicos a possuírem o direito de ingressar na EJA são aqueles que não conseguiram concluir o Ensino Fundamental até os 15 anos de idade, e os que não concluíram o Ensino Médio até os 18 anos. Um dos fatores que impossibilitam que o alunado conclua os estudos no tempo determinado pela LDB N. 9.394/96 (Santos; Silva 2020) (Freire; Carneiro 2016), é a necessidade do jovem e/ou adulto trabalhar durante o dia para conseguir o próprio sustento e/ou da família.

Nesta direção, o alunado da EJA confronta-se com a oposição estudar ou trabalhar que, em algum momento de sua vida, irá realocá-lo novamente a necessidade de concluir os estudos. Ou seja, para atender as constantes demandas de aperfeiçoamento profissional exigidas pelo mercado de trabalho capitalista, esse jovem que abdicou dos estudos, provavelmente, será obrigado a retornar às instituições de ensino em busca de formação profissional para seguir trabalhando.

Por meio do trabalho, o homem produz valores de uso ao apropriar-se dos elementos da natureza de forma intencional e planejada. No entanto, o trabalho nas sociedades baseadas na propriedade privada e na divisão em classes sociais antagônicas, como é a nossa sociedade capitalista, também é fonte de exploração, desigualdade e entranhamento (Freire; Carneiro, 2016, p. 36).

Segundo Karl Marx (2004), nas sociedades capitalistas prevalecem em exercício os princípios da *mais valia*. Ou seja, o trabalhador é remunerado com um salário não correspondente ao seu tempo de trabalho total. Há o direcionamento do valor não repassado ao trabalhador para os lucros da empresa/instituição.

Por receber uma pequena quantia que, em muitos casos, não é o suficiente para garantir o seu próprio sustento e do restante da família, esse aluno trabalhador busca outras fontes de remuneração. Dessa forma, os seus estudos são comprometidos por não conseguir tempo para dedicar-se com exclusividade aos estudos, resultado das consequências de um mercado de trabalho capitalista baseado na exploração humana para conseguir cada vez mais lucro, como discute Cavalcanti (2019, p. 40 – 41):

Foi o surgimento do capitalismo e do modelo burguês de sociedade o responsável por uma inédita transformação na exploração do trabalho humano, conferindo-lhe doravante uma finalidade própria, um objetivo notável: o intuito lucrativo. Assim, a força de trabalho é abstraída do trabalhador, colocada à venda no mercado como um produto e, portanto, adaptada em prol do capital.

Podemos notar que não é um sistema totalmente diferente do senso de escravização, apenas uma adaptação consistindo na troca dos serviços por um salário que não garante a alteração da classe social a qual a pessoa está situada. Nos transportando ao senso de colonialidade defendido por Quijano (2009), apenas o fim do colonialismo histórico que não anula de fato os resquícios desse sistema de poder colonizador capitalista sustentado na exploração humana.

Perante essas considerações, o alunado da EJA é caracterizado por pessoas que retornam às instituições de ensino após um longo período afastadas, e tentam conciliar os estudos com o trabalho e questões familiares. Assim, justifico que os altos índices de evasão e faltas que percebi na referida turma justificam-se por esses meios.

Para as discussões apresentadas na seção de análises selecionei as produções dos 12 discentes mais participativos da turma. Embora a turma fosse composta por 40 alunos, 28 não adentraram a pesquisa. Pois, não produziram todos os gêneros textuais propostos (entrevista, artigo de opinião, diário reflexivo e a campanha). Desse modo, eu não teria como perceber o nível de intervenção proporcionado pela pesquisa.

Essas produções foram geradas durante as 15 aulas temáticas que ministrei na turma. Nesse percurso, tive apoio da professora efetiva de Língua Portuguesa da turma, mesmo que ela não tivesse participando com exclusividade da pesquisa, apenas opinou sobre quais gêneros textuais deveriam ser trabalhados na turma e considerou as produções dos discentes como métodos avaliativos. A docente esteve presente em todas as aulas, mas não participava das discussões, ficava sentada e em silêncio em um lugar da sala até o momento em que eu me retirava da turma. Saliento que o comportamento da professora foi decisão dela, pois ela achou melhor não intervir durante as aulas.

A seguir, faço um detalhamento acerca dessas 15 aulas temáticas, relatando as atividades desenvolvidas e os materiais utilizados como: textos, imagens, vídeos, documentários etc.

2.3 O caminho interventivo em detalhes

Nesta pesquisa, os discentes não participaram do planeamento das aulas, pois a gestão da escola pedia que o planeamento estivesse pronto antes do início dos trabalhos em sala de aula, uma vez que me foi disposto um curto período de desenvolvimento das aulas temáticas, apenas 15 aulas. Desse modo, procurei estabelecer relações interativas com os discentes a fim de que eles exercessem papel de protagonistas das pesquisa nos momentos de discussões e produção.

Como forma de estimular a participação ativa dos envolvidos na pesquisa propus o debate sobre alguns enunciados, produzidos por personalidades públicas, que associavam uma sexualidade diferente da cisheterossexualidade como algo pejorativo, doentio e desviante da *natureza humana*. E como esses enunciados provocavam discriminação, crimes de ódio e preconceito contra a comunidade LGBTQIA+. Além, de trazer noticiais de violência e assassinato contra esta comunidade, bem como exemplos de pessoas que se engajam em políticas públicas e se assumem como pessoas LGBTQIA+ para os debates durante as aulas temáticas. Os enunciados, os textos e as notícias escolhidos para as discussões são mencionados a seguir no detalhamento das aulas, bem como as suas fontes.

Apresento agora um detalhamento do que aconteceu em cada aula temática. Saliento que cada aula teve duração de 1h e que eram ministradas duas aulas por semana, sempre as noites de sexta-feira. Escolhi trabalhar com aulas temáticas, por perceber que abordar questões específicas da comunidade LGBTQIA+ em cada aula facilitaria o desenvolvimento da pesquisa, uma vez que eu tinha uma quantidade limitada de aulas com a turma.

- **Aula temática 01 – *Início das atividades: estabelecendo um diálogo com os participantes* (20 de Outubro de 2023)**

A primeira aula aconteceu também no primeiro contato com a turma. Apresentei-me aos alunos e discuti sobre a temática da pesquisa e seu propósito. Em seguida, indaguei se alguém sentia algum desconforto sobre comentar acerca das sexualidades e não obtive nenhuma resposta negativa. Assim, entreguei os Termos de Consentimento Livre Esclarecido (TCLEs) e os documentos de Autorização de Uso de Imagem e Vídeo para assinatura.

Após isso, expliquei como aconteceriam as aulas e quais seriam os instrumentos de geração de dados utilizados na pesquisa. E comentei um pouco sobre os gêneros textuais a serem trabalhados com eles, o artigo de opinião, as campanhas e os diários reflexivos.

- **Aula temática 02 – *O que entendo por sexualidade?*, (20 de Outubro de 2023)**

Na segunda aula foi feita a aplicação da entrevista escrita pré-elaborada. Entreguei o material impresso aos discentes e li as questões com eles em voz alta. Logo em seguida, cada um realizou uma leitura silenciosa e respondeu as questões pedidas. Também foi nesta aula que criei um grupo no WhatsApp com a turma para discussões além do espaço da sala de aula.

- **Aula temática 03 – *Debatendo sobre o tabu da sexualidade*, (25 de Outubro de 2023)**

Esta aula, intitulada *Debatendo sobre o tabu da sexualidade*, direcionei para a leitura analítica e discussão de dois artigos de opinião, colhidos na internet, que debatiam sobre sexualidade.

O primeiro artigo, intitulado *Sexualidade na adolescência: um tabu na sociedade*⁹, discutia a questão de os pais de adolescentes não falarem com seus filhos acerca da sexualidade, como evitar doenças sexualmente transmissíveis ou como fazer o uso adequado de métodos contraceptivos. Já no segundo artigo de opinião, intitulado *Homossexualidade é doença?*¹⁰, fora debatido sobre a homossexualidade é como algumas pessoas a enxergavam como uma doença, um desvio da natureza humana.

Entreguei os textos impressos em papel A4 e pedi que eles realizassem, primeiramente, uma leitura silenciosa. Após a leitura silenciosa, fiz uma leitura em voz alta e os discentes foram acompanhando. Em seguida, pedi para que elas/elas fizessem um círculo na sala para que pudéssemos debater sobre os textos. As discussões giraram em torno dos seguintes questionamentos:

1. Qual o assunto dos artigos de opinião?
2. Você acha que esse é um tema importante na nossa sociedade? Por quê?
3. Nos textos lidos, os autores mostram a opinião deles sobre o tema?
4. Os autores utilizam dados de pesquisas para defender as opiniões deles?

⁹ Artigo de opinião – *Sexualidade na adolescência: um tabu na sociedade*. Disponível em: <https://almanaqueplural.wordpress.com/2018/02/08/artigo-de-opinioao-sexualidade-na-adolescencia-um-tabu-na-sociedade/>. Acesso em 23 de out. de 2023.

¹⁰ Artigo de opinião – *Homossexualidade é doença?*. Disponível em: <https://almanaqueplural.wordpress.com/2018/02/07/artigo-de-opinioao-homossexualidade-e-doenca/>. Acesso em 23 de out. de 2023.

5. Como os dados das pesquisas mostrado nos textos ajudam na defesa da opinião dos autores?

Grande parte dos alunos mostraram suas opiniões. Outros, por algumas vezes, mostravam-se acanhados em discutir sobre a temática. Mas, ao longo das aulas foram sentindo-se confortáveis para debater. Os dois artigos foram bem debatidos, muitos alunos e alunas que já eram pais e mães mostraram sobre como era ao debater sobre sexualidade com seus filhos e filhas ou que ainda falavam pouco sobre o assunto com sua família.

Sobre o artigo a respeito da homossexualidade, muitos discentes comentaram sobre como pessoas gays e lésbicas sofriam com agressões e o forte preconceito da sociedade, especialmente de familiares. Mostraram bastante interesse quando a autora do texto argumentou sobre os casos de homoafetividade mantidos pelo Imperador Alexandre, O Grande, momento em que muitos alunos discutiram que não sabiam que a questão da homoafetividade era debatida desde períodos remotos da história.

- **Aula temática 04 – *O artigo de opinião em linhas*, (25 de Outubro de 2023)**

Depois de lermos e debatermos sobre os dois artigos de opinião na aula anterior, passei a explicar sobre as características específicas do gênero textual artigo de opinião. Fiz o uso de slides, elaborados por mim, para a explicação do conteúdo e, à medida que eu ia explicando, os alunos e alunas iam fazendo anotações e tirando algumas dúvidas.

Utilizei os artigos de opiniões discutidos na aula anterior para explicar aos discentes sobre cada parte que compõe o artigo de opinião (introdução, desenvolvimento e conclusão) para que eles/elas pudessem compreender o que era discutido em cada parte e como as autoras dos textos utilizaram informações para sustentarem suas opiniões e convencerem o leitor dos seus pontos de vista.

- **Aula temática 05 – *Preconceito, morte e violência: estigmatização da comunidade LGBTQIA+*, (01 de Novembro de 2023)**

Nesta quinta aula temática, levei para os alunos e alunas três vídeos de pessoas públicas (um pastor, um deputado estadual e um deputado federal) que associavam sexualidades divergentes da cisheterossexualidade a doenças, desvio da natureza humana e atentado aos bons costumes da comunidade.

O primeiro vídeo era do Pastor André Valadão¹¹, em que ele faz alusão, em cerimônias religiosas na Igreja Batista da Lagoinha, nos Estados Unidos, à morte de pessoas da comunidade LGBTQIA+ ao passar uma mensagem que os fies deveriam matar pessoas LGBTQIA+ e que *Deus odeia o orgulho*.

O segundo vídeo foi de uma série de comentários transfóbicos feitos pelo deputado estadual Rodrigo Amorim (PTB)¹², o mesmo que quebrou a placa de Mariele Franco, em uma sessão da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), no dia 17 de maio de 2022. Os comentários eram direcionados à vereadora trans Benny Briolly, do PSOL do Rio de Janeiro, em que Rodrigo a chama de “aberração” e “belzebu”.

O terceiro vídeo correspondia a uma sessão que discutia o casamento homoafetivo no Câmara dos Deputados¹³, em Brasília, no dia 19 de setembro de 2023, em que estava em pauta o Projeto de Lei 5167/07 que tinha por objetivo tornar ilegal o casamento entre pessoas do mesmo sexo. No vídeo é mostrada falas e caráter transfóbico e de associação da homoafetividade a anormalidade feitas pelo Deputado Pastor Major Isidoro (AVANTE/BA).

Após exibir os vídeos com auxílio de uma tv disponível na sala da turma, partimos para as discussões. Para mediar as discussões seguimos algumas questões problematizadoras, que foram:

1. O que vocês acham dessas falas?
2. Você se identifica com alguma delas? Tem uma opinião parecida?
3. Na opinião de vocês, essas falas estão carregadas de ódio?
4. Elas influenciam pessoas a odiarem outras? Por quê?
5. Vocês acham que o que eles falam sobre a sexualidade das pessoas é algo correto?
6. Se alguém falasse com você dessa forma, você se sentira bem?

Foram discussões bem acaloradas. Muitos discentes comentaram sobre os vídeos e seus produtores, especialmente no vídeo do Pastor André Valadão, em que alguns discentes falaram

¹¹ Justiça determina retirada de vídeos com discurso homofóbico de André Valadão. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/justica-determina-retirada-de-videos-com-discurso-homofobico-de-andre-valadao/>. Acesso em 17 de Out. de 2023.

¹² Vídeo: vereadora é alvo de ofensas transfóbicas de deputado bolsonarista em sessão da Alerj. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2022/05/6404021-video-vereadora-e-alvo-de-ofensas-transfobicas-de-deputado-bolsonarista-em-sessao-na-alerj.html>. Acesso em 02 de out. de 2023.

¹³ Deputado é transfóbico com Érika Hilton e causa tumulto em sessão que discute casamento homoafetivo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WSSSAyVAmHM>. Acesso em 17 de Out. de 2023.

que é bastante comum pessoas religiosas terem preconceitos contra pessoas da comunidade LGBTQIA+.

Notamos como os posicionamentos feitos por figuras públicas podem influenciar nas concepções das pessoas. E como esses posicionamentos constroem toda uma imagem acerca de sexualidades divergentes da cisheterossexualidade que retrocedem e perpetuam padrões hegemonizados durante o período de colonização, manifestados como a colonialidade do poder, do ser e do saber e da colonialidade de gênero.

- **Aula temática 06 – *Preciso falar sobre sexualidade! O que penso?*, (01 de Novembro de 2023)**

Na sexta aula temática os discentes produziram os artigos de opinião de forma individual. Pedi que sentassem separados e que fizessem silêncio. Para facilitar a produção, propus que relembassem dos vídeos e dos debates feitos em sala sobre os mesmos e sobre os artigos de opinião da aula temática 03.

O artigo produzido pelos alunos e alunas devia discorrer sobre as sexualidades em âmbito nacional, como eles enxergavam que as sexualidades distintas da cisheterossexualidade eram tratadas na sociedade e pelas políticas públicas. Após terminarem, foram me entregando os textos.

- **Aula temática 07 – *A dor da discriminação em palavras I*, (08 de Novembro de 2023)**

Depois de ter lido cada texto e feito algumas observações sobre escrita e pontuação, destinei a sétima aula para a reescrita dos textos dos alunos. Assim, entreguei cada um dos textos e retomei algumas características do gênero artigo de opinião e sobre as temáticas acerca da sexualidade feitas durante as aulas. Em seguida, pedi que observassem as anotações feitas por mim no corpo dos escritos para que pudessem rescrever os textos.

- **Aula temática 08 – *A dor da discriminação em palavras II*, (01 de Novembro de 2023)**

Logo após a reescrita dos textos, foi feita uma socialização. Solicitei que cada um lesse seu texto para os colegas. Após a leitura de cada um dos textos era aberto um momento para que alguém, caso desejasse, comentasse sobre a produção do colega.

• **Aula temática 09 – *Sobre(vivências)*, (22 de Novembro de 2023)**

Finalizado os artigos de opinião, demos início as discussões que nos levariam a produção do próximo gênero textual, a campanha. Assim, nesta nona aula temática, exibi o documentário *Sobre vivências*¹⁴, que traz relatos de pessoas da comunidade LGBTQIA+. No documentário encontramos histórias de vidas marcadas pelo preconceito, pela violência e pela não aceitação de seus familiares por ser assumirem pessoas LGBTQIA+, mostrando o medo, a tristeza e insegurança que muitas dessas pessoas sentiram e ainda sentem.

São histórias de pessoas que encontraram no automutilamento, no uso de drogas e álcool em excesso e nas várias tentativas de suicídio uma forma de escapar das imposições de uma sociedade preconceituosa. A meu ver, levar o documentário para a turma contribuiu para mostrar a eles que muitas vidas sofrem e são perdidas, constantemente, em decorrência dos casos de preconceito e bullying que começam na escola e no ceio familiar.

• **Aula temática 10 – *Me sensibilizar em relação ao próximo*, (22 de Novembro de 2023)**

Depois de exibir o documentário *Sobre vivências*, iniciamos um pequeno debate acerca das histórias de vidas que nos foram apresentadas. Para direcionar nossas discussões, incitei a participação da turma por meio das perguntas:

1. Qual relato mais te chamou atenção? Por quê?
2. Essas pessoas sofreram algum tipo de trauma? Qual?
3. Na opinião de vocês, isso acontece muito na atualidade? Você já presenciou algo do tipo?
4. Ao refletir sobre nossas ações, você já cometeu alguma ofensa contra uma pessoa LGBTQIA+?

Em seguida, mostrei um vídeo da Deputada Érika Hilton. A fala da deputada ocorreu durante o certame sobre o Projeto de Lei que tornava o casamento homoafetivo ilegal. Os alunos ponderaram que a deputada falava muito bem, com uma boa dicção. Ao resgatar algumas memórias no meu diário reflexivo desta aula, lembro que indaguei o que eles achavam de

¹⁴

Sobre Vivências - Documentário LGBT. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3HpfRWEYVqM>. Acesso em 17 de out. de 2023.

pessoas da comunidade LGBTQIA+ exercendo papel de representação política, e em resposta disseram que essas pessoas precisam de um espaço político para lutarem por seus direitos e representarem suas comunidades.

Após esse vídeo, passei para o slide que mostrava um casal homoafetivo com seus dois filhos. No momento que foram indagados sobre o que pensavam de uma família composta por duas pessoas do mesmo sexo, surgiu uma certa controvérsia, três alunos disseram que não era uma família, que havia alguma coisa de errado, pois sempre, desde os tempos antigos, família é aquela composta por pai, mãe e filhos. Já as alunas Barbara e Lia (nomes fictícios) disseram que família é aquela em que as pessoas estão rodeadas de amor e vivem em harmonia.

- **Aula temática 11 – *A campanha que grita*, (6 de Dezembro de 2023)**

No dia 6 de dezembro de 2023, ministrei três aulas na turma. Pois, a professora efetiva de Língua Portuguesa queria que o gênero campanha fosse contemplado como uma atividade especial a ser trabalhada na turma, uma vez que contemplava o uso de imagens, colagem, pintura e escrita, ou seja, uma atividade mais dinâmica.

Desse modo, na primeira aula, intitulada *A campanha que grita*, apresentei aos alunos e alunas, por meio de slides preparados por mim, as especificidades do gênero campanha, onde circulam, quais suas funções sociais e como produzir uma. Após essas explicações, analisamos e debatemos três amostras de campanhas tematizadas por questões de sexualidades produzidas por meio de cartaz.

- **Aulas temáticas 12 e 13 – *O meu grito em cartaz*, (06 de Dezembro de 2023)**

Após as discussões da aula anterior, partimos para a produção das campanhas dos alunos. Os orientei a não plagiarem campanhas encontradas na internet. Para facilitar as produções, levei cartolina, tinta, marcadores, régua, cola, lápis, caneta, borracha e algumas imagens impressas que eles poderiam recortar e fazer colagens em suas produções.

Como seria uma produção que demandaria tempo, por exigir um processo criativo com desenhos e colagens, disponibilizei duas aulas para a atividade. Durante o processo fui auxiliando os alunos, com dicas como posicionar melhor as imagens no cartaz e como escrever algumas palavras de forma correta. Meu intuito inicial era que ao menos cinco campanhas fossem produzidas em grupo, mas, por ter sido escolhida como a atividade especial da turma

para o encerramento do período, o regimento da escola permitia apenas três grupos por turma. Assim, produzimos três campanhas.

- **Aulas temáticas 14 e 15 – *Socializando minhas produções*, (13 de Dezembro de 2023)**

Depois de feitas as campanhas, pensamos em um momento de socialização entre a turma. Sendo assim, realizamos um pequeno seminário em que cada grupo apresentou sua campanha aos demais e falaram sobre qual eram seus intuitos ao produzir a campanha em questão.

Neste momento me despedi da turma, após a finalização das apresentações dos alunos. Falei sobre o prazer de ter ficado com eles/elas durante essas quinze aulas temáticas, e como foi produtivo suscitar as discussões e as produções realizadas neste período. Para mim, foi um momento ímpar no mestrado, o momento em que pus em prática as teorias vistas em sala de aula.

Foi o momento em que percebi que, por meio de uma pedagogia que toma como base as vivências das pessoas situadas às margens da sociedade, podemos refletir sobre as causas que realocaram essas pessoas a posição de subalternização e de inferioridade. E como podemos contribuir para que os casos de racismo, de LGBTQIA+fobia, de misoginia, de preconceito religioso, de xenofobia e de outros casos que violentam vidas humanas outras possam ser combatidos.

Na próxima seção, discuto acerca dos conceitos de colonialidade do poder, do ser e do saber, mostrando como a decolonialidade é dos meios de subversão a tais preceitos fortemente enraizados na sociedade. Debato como a Colonialidade de Gênero é um mecanismo colonial que realoca sexualidades outras à posição de marginalidade social. E, por último, discorro acerca do Letramento Crítico Decolonial na sala de aula de Língua Portuguesa.

3. UM OLHAR À SOCIEDADE: A COLONIALIDADE DO PODER, DO SER E DO SABER

“Os aventureiros entrarão e sairão como quem entra no mar e não se molha. Línguas nossas? Aprenderão apenas sons. Nomes? Invocarão alguns. Crenças? Profanarão todas as nossas. Nós aprendemos tudo: árabe, português, francês, inglês, norueguês, russo, alemão e tantas outras desconhecidas. E continuaremos escravos. Faremos guerras uns contra os outros. Matar-nos-emos. Elegeremos presidentes. Golpearemos presidentes. Mataremos presidentes. Ergueremos bandeiras. Mudaremos bandeiras, hinos e símbolos. E continuaremos escravos”.

- Paulina Chiziane, *O alegre canto da perdiz*.

Começo esta seção com a epígrafe acima por ver na escrita de Paulina Chiziane (2018) um movimento de (re)existência da cultura de diásporas africanas, e por demonstrar as imposições sofridas pelos povos nativos de África. Por meio de uma escrita de visibilidade, a autora denuncia a opressão e a exploração exercida pelos grupos colonizadores, algo que transpassa continentes e povos. Conheci esta autora durante a graduação, na disciplina de *Literatura Africana em Língua Portuguesa*. De repente, vi-me apaixonado por sua prosa e pela sua forma singular de relacionar o continente Africano com uma mãe que cuida dos filhos, trazendo o ar místico dessas terras e de seus povos nativos. Nascida em Moçambique, Chiziane busca resgatar a voz da mulher negra africana subalternizada pelos longos e árduos anos de exploração colonizadora, além de mostrar como as marcas desse período influenciam a constituição cultural dos povos africanos.

A citação epigrafada refere-se aos povos colonizadores como *aventureiros*, fazendo uma analogia à percepção, comumente compartilhada, de pessoas que se propõem a desbravar novos horizontes. Entrementes, a autora aponta como o contato desses aventureiros abalou os costumes e as crenças das populações nativas do continente africano, especialmente no trecho “profanarão nossas crenças”, em que as religiosidades africanas e os costumes desses povos “eram consideradas manifestações de magia ou feitiçaria, e passíveis de punição pelo código canônico e perseguidas pela igreja e pelas autoridades” (Fernandes, 2017, p. 119) colonizadoras.

Esse contato criou fatores que se enraizaram fortemente na consciência coletiva dos nativos, acarretando consequências irreversíveis para as suas práticas culturais. Mesmo com a conquista da independência, esses *países ex-colônias* compartilham de mazelas sociais decorrentes da imposição das estruturas colonizadoras como o racismo, a LGBTfobia, a misoginia e a intolerância religiosa. As classificações sociais (Quijano, 2009) criadas pelos

colonizadores ficaram extremamente firmadas, predominando uma divisão vertical e horizontal da sociedade por meio de um senso binário: negro X branco; mulher X homem; cisheterossexual X sujeito homoafetivo.

Mesmo os povos nativos se reiterando dos valores difundidos pelos grupos colonizadores, nunca eram/são vistos como iguais, sempre eram/são relegados ao lugar de desprezo, de inferiorização, de não-humano. Como mostra Paulina Chiziane, na epígrafe inicial desta seção, ao discorrer sobre a aquisição dos nativos das línguas dos colonizadores, que, mesmo assim, continuam como escravos, além de suscitarem guerras internas entre os povos originários de tais terras. A autora desenvolve a percepção da permanência desses padrões colonizadores, citando a mudança de líderes políticos e símbolos nacionais, pois não alteram a visão do colonizado como escravo, como o outro (Kilomba, 2019), o diferente (Silva; Hall; Woodward, 2017).

Nascido homem branco, percebo que compartilho de uma identidade hegemonizada, estabelecida como a padrão no mundo, a imagem dos grupos colonizadores, dos considerados humanos, desenvolvidos intelectualmente, modernos e civilizados. Entretanto, ao levar em consideração a minha sexualidade, relacionando-me com pessoas do mesmo sexo, vejo que sou marginalizado por esse mesmo grupo hegemonizado com o qual compartilho semelhanças. Somente as relações cisheterossexuais ocupam um lugar de privilégio e de existência nesse grupo, relegando práticas homoafetivas e formas outras de manifestação sexual à estigmatização, demonizando-as, associando-as a patologias e a *desvios da natureza humana*.

Tais fatores são frutos de uma classificação social, mediada pelo senso de binaridade, promovida pelo grupo colonizador aos povos originários das terras colonizadas. Resultante da necessidade de distinguir os povos nativos dos povos caucasianos advindos da Europa, para que a exploração das terras e a força de mão de obra, por meio da escravização, fossem possibilitadas. Destituir diversos povos de seus costumes, culturas e saberes, considerando-os como não humanos, simples animais, torna a exploração extrema viável, já que os flagelos não são direcionados a um semelhante da classe que se identifica como a culta e civilizada, ou seja, a considerada humana.

Facilmente, deparamo-nos com dois termos que se associam entre si e podem criar certas dúvidas em suas definições: *colonialismo* e *colonialidade*. Compreendo o momento de exploração dos recursos naturais e de escravização dos povos originários, os negros em África e os indígenas nas Américas, como *colonialismo* (Quijano, 2009). E tomo *colonialidade* como a permanência dos padrões impostos pelas nações colonizadoras, a exemplo da classificação de raças, sendo “um fenômeno integral e global que permeia todos e cada um dos aspectos e

situações da existência social, enquanto a distribuição das hierarquias, lugares e papéis sociais é racializada e geograficamente diferenciada” (Veronelli, 2021, p. 84). Ou seja, a atribuição de papéis sociais distintos aos povos com base nas hierarquias: aos não-europeus, a base da pirâmide hierárquica, o trabalho escravo e mão de obra barata; e aos europeus brancos, o topo da pirâmide, o trabalho remunerado e a concentração do capital nos países colonizadores.

Alicerce potente da colonialidade, a classificação da sociedade em raças, pessoas de cor *versus* pessoas brancas, se firma como uma concepção abstrata, criada com o princípio primordial de *exploração do homem pelo homem*. Tal ideia retrata os conceitos básicos do capitalismo, o lucro acima de tudo. Vejo a categorização da sociedade como algo abstrato, um movimento baseado em idealizações forjadas pelas classes hegemônicas, através de conceitos de inferiorização de práticas culturais e sociais em detrimento da supremacia de outras, com o intuito de controlar o trabalho e, conseqüentemente, a articulação do poder (Quijano, 2009).

Quijano (1999) pondera sobre um fator que engendra a colonialidade como um todo: a colonialidade do poder. Outros estudiosos também discorrem sobre outras colonialidades que convergem com a colonialidade de Quijano. Maldonado-Torres (2009), que tece considerações acerca da colonialidade do ser; e Mignolo (2008; 2020; 2021), que discorre sobre a colonialidade do saber.

A padronização de uma fisionomia baseada na imagem do homem eurocêntrico branco e cisheterossexual demanda o apagamento/silenciamento de formas outras de subjetividades humanas. Propaga a imagem de um ideal humano, amplamente sentido na atualidade, em que a busca pelo *corpo perfeito*, pelo *cabelo perfeito* é algo constante. Seja nas propagandas de venda de cosméticos até as vestimentas, ainda há a permanência de um *querer igualar-se* as características físicas que foram hegemônicas na sociedade. A este processo, chamamos de *colonialidade do ser* (Maldonado-Torres, 2009).

No mês de Abril de 2022, vejo no canal online de notícias da *Rede Globo*, o *G1*, uma reportagem intitulada *Resgatada de trabalho análogo a escravidão na BA chora ao tocar em mão de repórter: ‘Receio de pegar na sua mão branca’*¹⁵. Na reportagem, tomamos conhecimento da história Madalena Santiago da Silva, uma mulher negra, escravizada durante 54 anos dos seus 62 anos de vida. Em um dos momentos, Madalena diz que tem receio de pegar nas mãos brancas da repórter. Ao ser indagada pela repórter do que ela tem medo, Madalena

¹⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/04/28/resgatada-apos-trabalho-analogo-a-escravidao-na-ba-se-assusta-apos-tocar-em-mao-de-reporter-receio-de-pegar-na-sua-mao-branca.ghtml>. Acesso: 24 de abr. de 2023.

diz o seguinte: “Porque ver a sua mão branca. Eu pego e boto a minha em cima da sua e acho feio isso”.

Figura 4 - Reportagem sobre trabalho análogo à escravidão

Resgatada de trabalho análogo à escravidão na BA chora ao tocar em mão de repórter: 'Receio de pegar na sua mão branca'

Doméstica que trabalhou 54 anos sem receber salários, emocionada, desabafou com jornalista.

Por g1 BA e TV Bahia

28/04/2022 18h10 · Atualizado há 2 anos



Resgatada após trabalho análogo à escravidão na BA se assusta ao tocar em mão de repórter

Fonte: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/04/28/resgatada-apos-trabalho-analogo-a-escravidao-na-ba-se-assusta-apos-tocar-em-mao-de-reporter-receio-de-pegar-na-sua-mao-branca.ghtml>.

São acontecimentos como este que a colonialidade do ser é desmascarada, em que algumas pessoas se reconhecem como inferiores a outras. No caso da reportagem citada, Madalena, uma mulher negra, se via como subalternizada em relação à repórter, uma mulher branca. Vejo o quão forte são as cicatrizes deixadas pelo processo de colonização e como “a colonialidade do Ser refere-se ao processo pelo qual o senso comum e a tradição são marcadas por dinâmicas de poder de caráter preferencial: discriminam pessoas e tomam por alvo determinadas comunidades” (Maldonado-Torres, 2009, p. 363).

Nesse cenário, os comportamentos sexuais distintos daqueles hegemônicos dentro da sociedade patriarcal caucasiana e eurocentrada foram demonizados e patologizados. O *ser* somente seria reconhecido como um humano ao adequar-se aos comportamentos sexuais e aos papéis de gêneros disseminados pelos grupos colonizadores.

Inferiorizar um povo consiste, em um de vários aspectos, contestar os conhecimentos/saberes compartilhados pelos indivíduos como forma de renegar a essas pessoas capacidade cognitiva, reflexiva e lógica. Logo, se não possuem tais capacidades, são aculturadas, sem arte, sem cultura, sem linguagem, apenas seres que balbuciam. Assim, os

grupos colonizadores, considerados cultos e dotado de sabedorias, detêm os únicos saberes/conhecimentos capazes de interpretar e expressarem o mundo e suas peculiaridades.

Esse panorama de supremacia do conhecimento do colonizador e apagamento dos saberes dos povos nativos consiste na *colonialidade do saber*, intrinsecamente associada ao conceito de “diferença colonial e geopolítica do conhecimento”, concebido por Mignolo (2020). Nas palavras de Mignolo (2020 p. 190): “A expansão do capitalismo ocidental implicou a expansão da epistemologia ocidental em todas as suas ramificações, desde a razão instrumental que advém do capitalismo e da revolução industrial, até às teorias do estado, e à crítica tanto do capitalismo como do estado”.

O conhecimento passa a ser eurocentrado, advindo das perceptivas burguesas de produção de conhecimento da Europa Ocidental, vindo a se espalhar hegemonicamente pelo mundo todo, tendo as colônias americanas como seu marco central. Elevando-se e estigmatizando formas outras de produzir saberes/conhecimentos.

Forma exemplar de situar a presença da colonialidade do saber na sociedade atual é a falta de disciplinas escolares/acadêmicas e de materiais didáticos que contemplem discussões sobre sexualidades nas aulas, algo que faz parte da nossa essência cultural e histórica. Trabalho interessante que debate sobre a falta de discussões acerca de gêneros e sexualidades na sala de aula é a monografia de Jefferson Texeira (2021), orientada pelo Prof. Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho, da Universidade Federal de Alagoas. Outro fator que corrobora com a colonialidade do saber é que mesmo nas universidades, as padronizações de produzir trabalhos e correntes teóricas utilizadas ainda são fortemente enraizadas perante a luz de pensadores do norte global (Estados Unidos e Europa), sobrepujando as epistemologias produzidas no sul global.

Até aqui teci configurações da forte presença colonial na atualidade. Apontei como influenciam nas formas construtivas de subjetividades (colonialidade do ser); e como regulamentam intensamente os âmbitos acadêmicos (colonialidade do saber) que, por sua vez, deviam firmarem-se como os principais territórios de combate as narrativas hegemonizadas, ressignificando conceitos epistemológicos padronizados historicamente e promotor de movimentos conscientizadores do exercer da voz ativa de todos.

Embricando-se a essas duas colonialidades há a *colonialidade do poder* (Quijano, 1999; 2005; 2009), conceituada como a formadora das demais colonialidades, responsável por estruturar todo um sistema marcado pela interseccionalidade entre identidade, sexualidade, gênero, raça e cultura. Conforme afirmam Maia e Melo (2020, p. 232):

a colonialidade do poder trata-se da constituição de um poder mundial capitalista, moderno/colonial e eurocentrado a partir da criação da ideia de raça, que foi biologicamente imaginada para naturalizar os colonizados como inferiores aos colonizadores. Partindo desse pressuposto instaurou-se um domínio do colonizador sobre os colonizados que persiste vigente mesmo após a descolonização.

O processo de colonização demandou a implantação de uma rede ontológica de dominação sobre o *outro*. Esse *outro* sendo distinguido por meio da visão classificatória da branquitude, em que “a branquitude é construída como ponto de referência a partir do qual todas/os as/os ‘Outras/as’ raciais ‘diferem’. Nesse sentido, não se é ‘diferente’, torna-se ‘diferente’ por meio do processo de discriminação” (Kilomba, 2019, p. 75, grifos da autora).

Segundo Quijano (2009), a distribuição do trabalho partiu das posições que as raças detinham, a escravização das pessoas de cor e a concentração de trabalho remunerado aos brancos europeus possibilitaram à nação colonizadora ditar não somente normas econômicas, como também de cunho de sexualidade, gênero, família, conhecimento e governo.

Os momentos em que sofri discriminação foram marcantes em minha vida. Ao relembrá-los, percebo que me tornei o *diferente* por divergir da maioria hegemônica da sociedade, ou seja, as pessoas que se assumem como cisheterossexual. Essa diferença era marcada e revelada incessantemente pelas agressões verbais, como se o meu ser fosse merecedor desse tratamento por ser um *outro* e não um *igual*. Assim, a colonialidade dita nossas formas subjetivas de ser, de se comportar em público e de pensar.

Perante tais considerações, considero que colonialidade do ser, saber e poder convergem entre si, uma existe em decorrência das outras, e, juntas, formam um sistema de meios exploratórios e classificatórios embasados na supremacia de povos hegemonzados ao longo da história que insiste em perdurar até os dias atuais.

O tópico a seguir é destinado as minhas considerações sobre a Colonialidade de Gêneros, debatida por María Lugones, e debate como Judith Butler entende sexualidade e gênero a partir de uma premissa performativa da linguagem.

3.2 A colonialidade de gênero: és tu um transviado?

“Nolite te bastards carborundorum”.

Margaret Atwood, *The Handmaid`s Tale*.

Em diversos contextos culturais nativos da América e de África a figura feminina era valorizada, exercendo direitos autônomos políticos, econômicos, religiosos e familiares. A mulher era equiparável em nível de igualdade com os atributos destinados à figura masculina. De forma divergente a essa visão, a sociedade ocidental europeia caucasiana compartilhava de valores distintos relegados a sua parcela populacional feminina, considerando-as como *ser passivo*, obediente ao sujeito masculino mais próximo (marido e/ou pai), sem voz ativa nas relações sociais.

Considero o ano de 2017 como um marco para mim. É nesse ano que, após a aprovação, por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU), no Curso de Letras/Português, da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), tomo conhecimento das correntes de estudos feministas. Também me recordo do reboiço causado pelo lançamento do primeiro episódio da série *The Handmaid`s Tale*, baseada no romance distópico da canadense Margaret Atwood, por trazer cenas de estupro coletivo e violência contra mulheres.

A obra aborda em sua narrativa a perda cabal dos direitos das mulheres, da comunidade LGBTQIA+, da pluralidade religiosa, entre tantas outras questões sociais, após um grupo teocrático tomar o poder governamental dos Estados Unidos da América. Mesmo sendo uma obra fictícia, passei a perceber como os direitos conquistados por grupos inferiorizados, socialmente e historicamente, podem facilmente ser anulados.

Esse movimento retrógrado me fez refletir o quanto os valores machistas, misóginos, racistas e LGBTQIA+fóbicos estão fortemente enraizados em nossa sociedade. Mesmo com as grandes lutas pela conquista de direitos igualitários e da equidade social, o retroceder é algo possível e presente na atualidade, especialmente se pararmos de trazer em debate temáticas de grupos historicamente marginalizados na sociedade.

Nos últimos anos, presenciamos o ressurgir de inúmeros grupos imersos em valores opressores, fascistas, nazistas e autocráticos (Boito-Júnior, 2021). Esses grupos, por sua vez, baseiam-se no mesmo senso classificatório social iniciado na colonização. Classificam e estigmatizam corpos humanos em decorrência da matriz cisheterossexual caucasiana e eurocentrada, medindo vidas humanas que são dignas de viverem ou não, configurando-se

como uma necrobiopolítica (Bezerra; Souza, 2023). Nesse cenário, muitas pessoas não vivem em sociedade, mas tentam sobreviver.

Antes do nosso nascimento, os nossos corpos são classificados. No momento em que a imagem de um ultrassom é espelhada em uma tela, há um movimento de determinação acerca daquela pessoa que está sendo gestada. Uma determinação que o coloca em um lugar estabelecido na e pela sociedade, a fim de que siga os papéis reguladores do seu sexo e gênero.

Se a imagem nos mostrar um corpo com um pênis, recai sobre esse feto uma carga social que, automaticamente, o remete e o classifica como *menino*, *homem*, *macho*. Ligeiramente, há um movimento, por parte dos sujeitos próximos desse novo ser em gestação, em adequar as vestimentas, os brinquedos e demais utensílios de uso para remeter às atividades e às cores consideradas másculas. O quarto logo é pintado de azul, suas vestimentas seguem a mesma palheta de cores, o pai determina seu time de futebol favorito e o chama de o *garanhão das meninas*. Afinal, um novo *homem* está em formação, com comportamentos específicos a serem seguidos.

Nos corpos em que uma vagina é localizada, há o mesmo movimento social de determinação e adequação. Todo um mundo rosa é idealizado para receber essa nova *mulher*. Bonecas estampam prateleiras em paredes pintadas de rosa; vestidos cor de rosa são pendurados em seu guarda-roupa; e cozinhas de plásticos serão seus brinquedos por muitos anos. Afinal de contas, uma mãe e dona de casa está sendo gestada.

Essa categorização dos corpos segue uma base hegemonizada na sociedade, a matriz cisheterossexual (Silva, 2019), que estabelece a binaridade homem X mulher como reguladora do sexo e do gênero. Tais preceitos justificam-se por meio de um senso ontológico que toma a reprodução como fundamento e propósito divino da humanidade (Santos-Filho, 2012). Baseio-me nas ponderações de Butler (2019; 2022) e Lugones (2014; 2020) para afirmar que essa classificação opera a favor de dispositivos de hegemonização da cisheterossexualidade, estigmatizando e marginalizando corpos que rompem com essa regulação binária.

Butler (2019) se apropria e reformula o conceito de *enunciados performativos* (Austin, 1962) para dizer que *o sexo e o gênero são performativos*, ou seja, constroem-se por meio de estilos corporais, de atos culturais e discursivos. Nas palavras da autora, o gênero constitui-se como “a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (Butler, 2022, p. 69).

Seria através de atos discursivos que, ao descrever uma menina e/ou um menino no momento do ultrassom, estaríamos lhe conferindo o *status* de ser masculino ou feminino, não apenas descrevendo o corpo, mas o concretizando por meio da repetição de crenças e de estilos reguladores do corpo humano, ditando seus comportamentos sociais.

No momento de meu nascimento fui classificado como menino/homem. Ao exclamarem, no dia 20 de maio do ano 2000, que eu era um menino, fui forçado a performar atos sociais considerados masculinos. Meu meio social passou a esperar de mim uma cisheterossexualidade forçada, em que se casar com uma pessoa do sexo oposto e construir uma família seriam meus objetivos primordiais. Com o decorrer dos anos, passei a perceber como os rótulos designados a mim não me atendiam.

O futebol nunca me encantou, não sentia atrações pelo sexo oposto e, principalmente por ter passado grande parte da minha infância e adolescência na zona rural. De forma similar, as atividades consideradas masculinas como participar de cavalgas e/ou cavalhadas não me despertavam interesse. Assim, a sociedade ao meu entorno notou que eu não correspondia às performances sociais esperadas ao meu gênero.

Hoje, após um período de amadurecimento pessoal, de autoidentificação e de reconhecimento social me reconheço como uma pessoa *Queer* ou *Transviada* (Bezerra, 2023), pois ultrapasso os limites sociais regulados para mim. Logo, recai sobre mim uma marginalização social histórica. Sou reconhecido como o *Outro*, aquele que carrega uma carga identitária pejorativa em decorrência da hegemonização identitária do homem caucasiano, cisheterossexual e eurocentrado.

Utilizo a expressão *transviado* seguindo os preceitos da Linguística Aplicada Transviada (Bezerra, 2023), discutida na segunda seção desta dissertação, para referir-se às pessoas que divergem dos preceitos da matriz cisheterossexual como a comunidade LGBTQIA+, os indígenas, os negros, as mulheres etc. Ou seja, pessoas que são posicionadas a um local de marginalização, subalternização em decorrência do *desvio* que suas formas de existir provocam nos valores que se hegemonizaram historicamente na sociedade, por meio do aniquilamento em larga escala de vidas e do apagamento de práticas socioculturais diversas.

Como argumenta Sarah Salih: “as diferenças sexuais e de gênero são performativamente instauradas pelo discurso e no discurso, poderia ser possível designar ou conferir a identidade com base num conjunto alternativo de atributos discursivamente constituídos” (Salih, 2015, p. 124). Ou seja, nossos corpos passam a performarem os comportamentos e práticas pré-estabelecidas discursivamente para a fisionomia biológica, tendo como base a matriz da cisheterossexualidade. O corpo assume essa materialidade discursiva regulada pelo senso

binário da cisheterossexualidade, passando a performar socialmente os papéis de gênero socialmente instituídos e aceitos a um dos gêneros.

Percebo a questão da *estilização repetida* como um conjunto de significados sociais que regulam os corpos. E, ao regularem, passam a legitimar esses corpos, os reconhecendo e os impulsionando a assumirem determinada estilização apropriada, ou seja, papéis de gêneros específicos. Essa repetição histórica de atos performativos ou papéis de gêneros específicos não encontra sua concretude plena, pois os gêneros passam a serem múltiplos, encontram formas outras de manifestações corporais que não as difundidas pela matriz da cisheterossexualidade.

Nas palavras de Butler (2018, p. 11, grifos da autora):

Essa repetição é ao mesmo tempo uma reatuação e uma reexperimentação de um conjunto de significados socialmente estabelecidos; é a forma cotidiana e ritualizada de sua legitimação. Quando essa concepção de performance social é aplicada ao gênero, fica claro que ainda que existam corpos individuais atuando essas significações ao se tornarem estilizados em modos generificados, essa ‘ação’ é de imediato também pública. Há dimensões temporárias e coletivas nessas ações, e sua natureza pública não é sem consequência: assim, efetua-se a performance com o objetivo estratégico de manter o gênero em uma estrutura binária. Compreendida em termos pedagógicos, a performance torna explícitas as leis sociais.

Lugones desenvolve o conceito *colonialidade do gênero* partindo da afirmação que a definição de colonialidade do poder postulada por Quijano (1999; 2005; 2009) não atendem ao eixo de distinção gendrada entre homens e mulheres. Lugones busca apreender uma conceituação teórica capaz de abarcar as relações de poder existentes entre o senso binário homem X mulher, bem como as imposições de papéis de gênero do grupo colonizador que acabaram ecoando nos povos originários da América e de África.

Os estudos de Lugones partem das discussões propiciadas pelas pesquisas de Allen (1992) e Oyěwùmí (2017), a primeira discorrendo sobre as etnias indígenas americanas e segunda sobre a comunidade Yoruba. Nas duas pesquisas é revelada a relação de poder entre homens e mulheres, em ambas as comunidades, que predominava antes da imposição do sistema colonial, centrando na figura feminina práticas de autonomia social como autoridade religiosa e liderança maior na comunidade, assumindo o caráter de comunidades matriarcais. O contato com o grupo colonizador desestrutura esse sistema matriarcal, impondo o direcionamento de autoridade maior ao ser masculino, sendo impensável uma mulher como líder maior de uma comunidade. Instituinto a binaridade homem X mulher e designando os papéis sociais cabíveis ao exercício de cada um.

É importante também pensarmos aqui na categorização racial, na ideia de inferiorização das pessoas de cor (indígenas e africanos). Pois, além do quesito racial, o estabelecimento de uma ordem gendrada suscita a questão de um parâmetro categórico do que era se constituir como uma mulher e/ou um homem de cor, ou seja, como são enxergados um homem e uma mulher de cor em oposição a um homem e uma mulher brancos, e quais suas práticas sociais exercidas e atribuídas por esse sistema colonial.

O homem, na perspectiva colonial eurocêntrica, é aquele sujeito caucasiano, exclusivamente dotado de um pênis e cisheterossexual. Obviamente, indígenas e africanos compartilham de um mesmo traço biológico (possuir um pênis) e podendo se relacionar sexualmente somente com o sexo oposto para se enquadrarem na descrição de homem. Entretanto, mesmo que possam-se constituir como homens, os fatores fenotípicos que determinam sua raça são os mesmos que os designam como não humanos. Logo, não são detentores dos mesmos direitos compartilhados pelos homens brancos europeus, passando a ser escravizados e subordinados aos caprichos do povo colonizador.

Com as mulheres ocorre o mesmo. Há uma enorme brecha entre mulheres brancas e mulheres de cor, aspecto responsável na atualidade por pensarmos em feminismo de mulheres brancas e de mulheres de cor, pois em cada uma dessas lutas os debates são fomentados por meio das implicações causadas pela distinção racial. Enquanto as brancas burguesas serviam seus maridos brancos, em uma premissa de honra entre marido e esposa, concebendo seus filhos, cuidando da casa e recebendo a proteção do esposo, por serem consideradas frágeis; as mulheres de cor escravizadas, consideradas fortes e violentas, eram sexualizadas e objetificadas como seres cabíveis a saciar os desejos sexuais violentos dos homens brancos e a trabalhar forçadamente na colheita ou em afazeres domésticos não relegados às brancas (Lugones, 2020).

Nesta linha de raciocínio, chamo atenção para os estudos guiados pela interseccionalidade, procurando

capturar as consequências da interação entre duas ou mais formas de subordinação: sexismo, racismo, patriarcado. Essa noção de interação entre formas de subordinação possibilitaria superar a noção de superposição de opressões. Por exemplo, a ideia de que uma mulher negra é duplamente oprimida (Piscitelli, 2012, p. 199-202).

Com a expansão dos sistemas coloniais eurocêtricos, reverberando pelo mundo todo, tendo a América como ponto inicial (Quijano, 2009), destituir mulheres de cor do poder se tornou algo recorrente. Mesmo aquelas que atuaram em fatos históricos e exerceram poder autoritário em épocas anteriores ao processo de colonização, das quais podemos mencionar

Cleópatra. Como conhecido, Cleópatra foi a última rainha/faraó da antiga civilização egípcia, antes de se tornar território romano. Nas múltiplas interpretações cinematográficas e retratações em livros de História, a monarca é mostrada como branca, gerando um debate acirrado entre estudiosos sobre sua etnia após traçarem suas raízes ancestrais.

Podemos depreender deste caso que por se tratar de uma líder africana, retratá-la como negra não deveria ser algo conturbado. Recentemente, a plataforma de *streamings* Netflix lançou uma série documental sobre Cleópatra, encenada por uma atriz negra, ressuscitando o debate racista em que mostrá-la como negra é algo historicamente incorreto¹⁶.

Figura 5 - Notícia sobre a polêmica do documentário Cleópatra, da Netflix



Fonte: <https://veja.abril.com.br/coluna/tela-plana/a-polemica-em-torno-de-documentario-da-netflix-com-cleopatra-negra>.

Em outra plataforma, a HBO, Cleópatra é encenada por uma atriz branca, sendo retratada como viciada em drogas, bebidas e corrupta, e não foram travadas revoltas por tal caracterização. Ou seja, atribuir autoridade máxima a uma mulher negra ainda é impensável, alicerçando as colonialidades de gênero (Lugones, 2014; 2020) e do ser (Maldonado-Torres, 2009) na atualidade, partindo da constituição de um ser superior a um corpo branco de traços europeus.

¹⁶ A polêmica em torno de documentário da Netflix com Cleópatra negra. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/tela-plana/a-polemica-em-torno-de-documentario-da-netflix-com-cleopatra-negra>. Acesso em 09 de Abr. de 2024.

Retomando a questão das comunidades indígenas americanas, Lugones argumenta que Horswell (2005) usa a expressão *terceiro gênero*, que necessariamente não implica na existência de

três gêneros, e sim que se trata, mais especificamente, de uma forma de se desprender a bipolaridade do sexo e do gênero. O “terceiro” é emblemático para outras possíveis combinações para além do dimorfismo. O termo berdache é usado, por vezes, como “terceiro gênero”. Horswell conta que o berdache homem foi registrado em quase 150 sociedades da América do Norte e a berdache mulher, na metade desse mesmo número (Lugones, 2020, p. 69, grifos da autora).

O estudioso também argumenta sobre a prática da sodomia, incluindo a ritual, em diversas sociedades nativas das Américas.

À luz dos dados de Lugones (2020), podemos tecer que a imposição de papéis de gênero não somente distinguiu os papéis sociais entre homens e mulheres, mas pecaminizou relações sexuais divergentes da matriz cisheterossexual, mesmo as que eram caracterizadas como atos religiosos.

Estudos pertinentes para tal discussão sobre a homoafetividade em povos originários são os escritos de Trevisan (2018), contidos no livro *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. A obra faz um percurso importante dos principais atos e pessoas que se destacaram por sua forma de transgredir com a matriz cisheterossexual no território brasileiro, desde o seu estado de colônia de Portugal até os dias atuais, causando *pane no sistema* colonial.

As escrituras de Trevisan (2018) nos permitem depreender que atos sexuais distintos da prática cisheterossexual no Brasil eram praticados desde muito antes do homem branco português/europeu pisar os pés aqui pela primeira vez, sendo amplamente aceitos por diversas etnias indígenas. Na época, a Igreja Católica conceituava práticas homoafetivas, tanto entre homens como entre mulheres, como *pecado nefando*, um dos piores pecados cometidos pelo ser humano, punindo severamente a pessoa apontada e/ou acusada de ter cometido tal pecado com castração, amputação, açoite, exílio, entre outros métodos, dos quais o mais extremo era a morte na fogueira.

Como forma de concretizar seus postulados, o autor nos traz uma série de relatos escritos por religiosos que se comprometeram a explorar as terras brasileiras e converter os seus habitantes nativos ao cristianismo, a exemplo de Pero Magalhães de Gândavo que, no ano de 1576, relatou as práticas homoafetivas exercidas pelas mulheres indígenas da tribo Tupinambá

(Trevisan, 2018). No meio religioso, as práticas homoafetivas como ritos também eram utilizadas pelos indígenas das terras brasileiras, conforme

o escandalizado Von Martius contava que entre os xamãs brasileiros ‘a magia se transmite por sensualidade, e predominará por muito tempo ainda nos povos selvagens, enquanto não se tornarem castos’. Para tanto, ‘o velho pajé escolhe um rapaz com o qual fica algum tempo em lugar solitário’, e o que deveria funcionar ‘como iniciação nos segredos da feitiçaria serve apenas para entregar sexualmente o aluno a seu mestre’ (Trevisan, 2018, p. 57, grifos do autor).

Nessa perspectiva, a colonização degenerou toda uma rede pluricultural, convertendo os costumes dos povos indígenas em infames, bestiais e pagãos, visando a supremacia dos costumes eurocêtricos por meio do apagamento/silenciamento das práticas sociais exercidas pelas comunidades indígenas. Os induzindo a firmarem a distinção de gêneros entre seus componentes, designando atribuições sociais mediante os fatores biológicos de reprodução, nítido na pesquisa do alemão Avé-Lallement que

Em 1859, ao viajar pelo Nordeste brasileiro, [...] tentava uma explicação ao escrever que, entre os índios Botocudo, não havia homens e mulheres mas homens-mulheres e mulheres-homens, pois sua própria constituição física não variava muito de um sexo para o outro — ao contrário do sistema patriarcal-ocidental, responsável pelos padrões de força no homem e de fragilidade na mulher (Trevisan, 2018, p. 56).

Lugones (2014; 2020) e Trevisan (2018) tecem um panorama teórico e histórico que nos permite repensar sobre como tais concepções de gêneros e suas designações baseadas no físico e no sistema reprodutivo dos corpos se hegemonizaram em nossa sociedade, partindo da inferiorização e estigmatização de práticas culturais existentes há muito tempo antes da invasão europeia das novas terras que constituiriam a atual América, de sul a norte.

Por meio deste percurso histórico-teórico podemos chegar à conclusão de que os corpos, as sexualidades e os gêneros dissidentes da lógica cisheteronormativa sofrem com um agenciamento, por parte de grupos que se autointitulam conservadores, tornando-os vítimas de atentados violentos capazes de extinguirem a vida, ou seja, são entendidos como corpos matáveis. Nesse panorama, chamo atenção para o conceito de *necrobiopolítica* (Bezerra; Souza, 2023) que possibilita refletirmos sobre a questão dos *poderes institucionais* reguladores do “cálculo sobre quais vidas são dignas de proteção e quais não são passíveis de *pranteamento coletivo*” (Bezerra, 2023, p. 128, grifo do autor).

Assim, retomo a epígrafe deste tópico *Nolite te bastards carborundorum*, usada no romance *The Handmaid's Tale*, traduzida como: *Não permita que os bastardos reduzam você a cinzas*. Como na obra em questão, utilizo a expressão, que não tem origem total do Latim, para remeter a uma piada interna criada por Margaret Atwood, ao aludir a um momento de empoderamento da personagem principal, que toma a frase como um mantra em não desistir de sua luta pela sobrevivência em um ambiente autoritário que toma os papéis de gênero como fator primordial de sua política. Um sistema que considera a figura masculina cisheterossexual como a única detentora de direitos plenos de cidadania e voz ativa, a mulher como a mecanismo único de reprodução e as sexualidades outras como um desvio da natureza humana, condenadas ao aniquilamento.

Em linhas gerais, não desistamos de nossas lutas por insistências e atos falhos daqueles que se situam nas posições de poder. A luta é o ontem, o hoje e o amanhã. Não há fim, mas sim um processo, para que não regridamos, mas para que busquemos firmar os direitos já conquistados e aperfeiçoá-los, atendendo todas as subjetividades humanas.

A seguir, trago uma discussão sobre como uma educação voltada para o estímulo da criticidade em sala de aula pode ser um mecanismo de enfrentamento às mazelas sociais. E como a perspectiva dialógica da linguagem auxilia nesse processo, ao considerar as subjetividades humanas.

3.2 Desconfiguração de um sistema opressor: a sala de aula como um espaço de criticidade e formação de agentes transformadores

“Pane no sistema, alguém me desconfigurou”.

Pitty, *Admirável chip novo*.

Os valores ocidentais derivam da hegemonização das concepções e práticas culturais eurocentradas. Com a inferiorização de costumes e crenças dos povos originários, tanto de África como os da América, percebo que a comunidade ocidental segue um sistema homogêneo de valor binário sem refletir sobre como tais percepções hegemonizaram-se no inconsciente coletivo da sociedade. Dessa maneira, propor uma reestruturação e/ou uma nova leitura de toda essa rede de concepções, compartilhada pela parcela majoritária da população, é algo extremamente desafiador.

Pensar em atos decoloniais é burlar as padronizações existentes, pensarmos nos motivos pelo qual seguimos tais ideologias e nos indagarmos as causas de aquilo ser considerado o

errado e isso o *certo* a ser seguido. Como Pitty canta na epígrafe deste tópico, é suscitar uma *pane no sistema*, encontrar meios de desconfigurar uma padronização social imposta a todos os seres humanos, como se fossemos seres passíveis de uma adaptação societal em comum.

Os estudos decoloniais objetivam resgatar saberes e formas de ser apagadas/silenciadas pela colonialidade. Este conceito, *decolonialidade*, é proposto por estudiosos e estudiosas que compõem o grupo *Modernidade/Colonialidade*, defendendo o giro decolonial, uma “perspectiva marcada pelo enfrentamento das racionalidades eurocêtricas, construídas nas Américas” (Bezerra, 2019, p. 902), com a intenção de refletir sobre o atual sistema em vigor nas nações colonizadas por países europeus. Além de perceber como as relações sociais e as formas de governo estruturam-se por meio da fundamentação capitalista de exploração, humana e da natureza, propagada na colonização.

Catherine Walsh (2013) chama a atenção para o uso do termo *decolonial*, comumente substituído por outros pesquisadores e pesquisadoras pelo termo *descolonial*, a exemplo de Quijano (2009). Para Walsh (2013), é preferível o uso da nomenclatura *decolonial*. Pois, enquanto *descolonial* remete às lutas de libertação das colônias, dando a ideia de superação das opressões perpetradas pela nação colonizadora, o termo *decolonial* denota a ideia de uma luta contínua e ininterrupta, evidenciando a permanência das estruturas opressoras colonizadoras.

Neste trabalho, uso o termo decolonial, consciente de que as mazelas ocasionadas pelo colonialismo ainda persistem na contemporaneidade e somos atingidos, diariamente, por atos opressivos que buscam o apagamento/silenciamento de formas outras de ser e de saber. Opressões manifestadas nas formas de racismo, de LGBTfobia, de xenofobia, de misoginia etc., pervertendo construções sociais e diferentes maneiras de enxergar e perceber o mundo, distintas daquelas propagadas pelo sistema capitalista eurocentrado.

Como professor de língua e estudante engajado nas teorias da Linguística Aplicada, assumo uma ética decolonial. Conforme aborda Teixeira (2021), adotar uma ética decolonial diz respeito a resgatar valores menosprezados historicamente, centrando nos ideais de fraternidade e empatia com o próximo. Esse próximo acentuando-se como aquele que foi incapacitado e roubado do seu papel ativo em exercer direitos plenos de cidadania, constantemente relegado ao lugar de subordinação.

Durante minha imersão no mestrado do Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura da UFAL, tive a convicção de que preciso convocar atos de insurgência contra políticas de exclusão na sala de aula, desestabilizando a hegemonia da visão e da interpretação de mundo eurocentrada, já que

a partir das insurgências e inquietações que rejeitam as categorias de subalternização, impostas como um destino, nós queremos desconstruir os valores que modelam a vida nos parâmetros restritivos e supostamente hegemônicos de branquitude, do ciseteropatriarcado, dos privilégios de classe e de território, bem como das demais técnicas de poder que tornam o mundo político estreito e menos plural (Teixeira, 2021, p. 25).

Os parâmetros restritivos tomam como pilar uma ideia de *moralidade*. Entendo a moralidade como um fator causado pela adequação a determinados costumes e práticas sociais consideradas como as aceitáveis no meio no social. E, ao não se adequar a tais preceitos difundidos como morais, o sujeito passa a ser considerado imoral. É nesse viés que a *colonialidade do ser* está enraizada. Em contraposição a isso, ao construir possibilidades decoloniais, proponho a inserção de um sujeito impedido de se construir como humano, através de uma abertura de aceitação, de respeito e de solidariedade.

Ao situar o contexto desta pesquisa, o contexto da educação, entendo a escola como um cenário de encontro de pessoas e, conseqüentemente, marcada pelo convergir de traços culturais múltiplos. Na sala de aula há existência de saberes diversos, peculiares e subjetivos, manifestados pelos discentes e pelos docentes. Dessa maneira, enquanto professor que assume um posicionamento decolonial, entendo que as minhas ações pedagógicas precisam ser mediadas em prol de questões sociais emergentes, combatendo situações de injustiça, de violência, de ódio, de abuso e de marginalidade destinadas a grupos sociais historicamente marginalizados.

Moreira-Júnior (2021), ao refletir sobre o um ensino decolonial que visa a formação de sujeitos conscientes de suas posições na sociedade e das suas capacidades de transformação do contexto social ao qual estão inseridos, traz a seguinte indagação:

O quê e, sobretudo, como ensinar em um contexto no qual vidas estão sendo exponencial e diariamente perdidas, o mesmo contexto em que o ataque à vida humana e não humana parece ter sido trivializado, com as recorrentes práticas de racismo, sexismo, machismo, homofobia, transfobia, gordofobia, xenofobia, o desmonte ambiental e outras ações de intolerância, violência e destruição que recheiam as ruas, as redes sociais e as nossas conversas diárias? (Moreira-Júnior, 2021, p. 64).

O excerto apresenta como o sistema educacional brasileiro enfrenta, por diversas vezes, momentos de ataques por parte de grupos que compartilham de valores ideológicos coloniais. Um ensino engajado na criticidade e reflexão social é temido por esses grupos, e, assim, concatenam para sua desestabilização. Já que, pensar como as mazelas sociais são consequências de políticas públicas postas em prática por líderes políticos sem compromisso

com a equidade social e com a vida humana é um ato de subversão dos oprimidos. Como nos ensina Freire: “pensar autenticamente é perigoso” (Freire, 2022, p. 85).

O sistema em vigência, que encontra suas raízes iniciais na colonização, tende a impossibilitar que as instituições de ensino formem sujeitos conscientes de tais injustiças; seja por meio dos desmontes da educação, do corte de verbas ou da falta de investimentos em pesquisas. E, corrobora para a concretização e reprodução de concepções estigmatizadoras e reguladoras dos corpos humanos.

Para pensarmos além das quatro paredes da sala de aula, em uma perspectiva que contemple o exercer da cidadania e do refletir das mazelas sociais, precisamos encontrar brechas (Duboc, 2015) em grades curriculares engessadas em valores capitalistas. Assim, como professor de Língua Portuguesa, precisei ser atrevido com o ensino de gramática, de literatura e/ou de interpretação textual guiados por esses currículos formativos. Em outras palavras, fui atrevido no sentido de infligir um sistema de poder opressor em ter consciência da “necessidade que se impõe de superar a situação opressora. Isto implica o reconhecimento crítico, a ‘razão’ desta situação, para que, através de uma ação transformadora que incida sobre ela, se instaure uma outra, que possibilite aquela busca do ser mais” (Freire, 2022, p. 46, grifos do autor). Ao trazer em cena os debates sobre sexualidades e gêneros, vejo como fui subversivo, uma vez que o tema é considerado tabu em nossa sociedade patriarcal e machista, sendo um assunto proibido de ser falado e contemplado em espaços públicos, principalmente quando traz à tona sexualidades e gêneros divergentes da matriz cisheterossexual.

É em Freire (2022) que podemos encontrar as primeiras evidências de uma pedagogia voltada ao enfrentamento das injustiças e opressões sociais. Seus textos, a exemplo de *Pedagogia do Oprimido*, advogam em prol de um ensino reflexivo e crítico, permissível ao expandir de ideias e visões de mundo. E, sobretudo, visando uma autoconscientização dos sujeitos de suas situações sociais, buscando melhorias e transformações do contexto ao qual estão inseridos, especialmente na questão da libertação das amarras opressoras da sociedade.

Os textos de Freire são referências essenciais para pesquisadores do mundo todo empenhados no contexto educacional. Suas ideias ajudaram a nós, professores pesquisadores, compreendermos como o contexto social e cultural está intrinsicamente ligado ao processo de ensino e aprendizagem dos discentes. Ele empreende uma crítica aos *processos tradicionais de alfabetização* (aqueles que não levavam em consideração o contexto de inserção dos seus/suas discentes), colocando em exercício uma alfabetização descontextualizada da realidade e do repertório linguístico dos discentes.

Seguindo tal linha de raciocínio, não basta apenas decodificar os escritos em um papel, não basta localizar informações específicas no texto, não basta apenas interpretar aquilo que o texto quer nos dizer. Mas, para concretizarmos a pedagogia da libertação, como tece Freire (2022), é compreender como os textos, verbais ou verbo-visuais (Bakhtin, 2016), são mecanismos ideológicos de poder que refletem e refratam a realidade (Bakhtin, 2016).

A simples decodificação textual não contempla as complexas peculiaridades sociais do uso da linguagem em nosso mundo atual. O conceito de alfabetização deve basear-se em um letrar social do indivíduo, um letrar que abarca habilidades diversas, ou seja, práticas de letramentos. Entendo práticas de letramentos como atividades sociais (Street, 2014), que vão além da decodificação e da compreensão de um texto, passando a englobar o contexto em que se estar inserido e as histórias de vidas das pessoas, bem como os usos da linguagem podem atuar como mecanismos de reflexão, possibilitando o interpretar do mundo através de *ótics outras*¹⁷.

Como minha pesquisa foi desenvolvida em uma turma da EJA do Ensino Médio, preciso, assim como a escola, seguir orientações dos documentos reguladores da educação brasileira. Nesse sentido, chamo a atenção para o seguinte trecho da *Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio*:

Cabe ao Ensino Médio aprofundar a análise sobre as linguagens e seus funcionamentos, intensificando a perspectiva analítica e crítica da leitura, escuta e produção de textos verbais e multissemióticos, e alargar as referências estéticas, éticas e políticas que cercam a produção e recepção de discursos, ampliando as possibilidades de fruição, de construção e produção de conhecimentos, de compreensão crítica e intervenção na realidade e de participação social dos jovens, nos âmbitos da cidadania, do trabalho e dos estudos (Brasil, 2022, p. 498).

A BNCC orienta que o ensino de linguagem precisa ter a função de formar cidadãos críticos e conscientes, capazes de situarem-se no meio social e de posicionarem-se perante os mais diversos discursos produzidos em distintos contextos. Assim, corroboro com Kleiman (2010) quando a autora discute que a leitura e a escrita são mecanismos eficientes para o desenvolvimento dos alunos, oportunizando a participação efetiva nas práticas sociais, em que eles se localizam como sujeitos que refletem sobre as narrativas historicamente veiculadas e constroem as suas próprias concepções sobre os fatos.

¹⁷ Compreendo a questão de *ótics outras* como ir além e buscar novas visões de mundo distintas da visão social hegemônica do homem caucasiano, cisgênero, heterossexual e eurocentrado, que interpretava as relações sociais somente por meio de seu contexto social, cultural e político.

Tal discussão nos transporta para o que Soares (2008) chama de Letramento Crítico. Uma metodologia que pode ser entendida como “um conjunto de práticas socialmente construídas que podem ser usadas para questionar os valores, tradições e formas de poder já constituídos em nossa sociedade” (Soares, 2008, p. 75), nos indagando como e por qual motivo tais valores se firmaram como *corretos* e outros como *incorretos*. Letramento Crítico, nesse panorama, pode ser compreendido como uma interpretação, uma construção e uma reconstrução social que vai muito além da sala de aula (Cosson 2018).

Ao assumir meu compromisso com a formação de cidadãos letrados, críticos, conscientes de si, do seu entorno, dos seus direitos de cidadania e capazes de perceberem como as mazelas da colonialidade ainda exercem forte influência sobre a sociedade, me apodero do conceito de *Letramento Crítico Decolonial* (Meniconi, Ifa, 2024), conceito que abarca as discussões teóricas acerca do Letramento Crítico e da decolonialidade. Assim, o trabalho guiado pelos vieses do Letramento Crítico Decolonial auxiliou no fomento das discussões reflexivas em sala de aula, respaldadas por uma temática delicada e polêmica na sociedade, a sexualidade.

O Letramento Crítico Decolonial pode ser entendido como uma forma de engajamento em metodologias de ensino e aprendizagem comprometidas com a reflexão social, a fim de ampliar as possibilidades de interpretação acerca de uma determinada temática, estimulando o aluno a assumir uma postura crítica e autocrítica perante as situações que lhe são apresentadas. É sair da zona de conforto, é uma *práxis* do perceber constante das situações que ocorrem ao seu entorno, especialmente das causas de injustiças e opressões sociais, que encontram suas raízes na colonização, responsáveis por julgar e relegar seres humanos às posições de estigmatização social.

Associo tal pensamento a uma passagem de *O conto da ilha desconhecida*, de José Saramago, que diz “É preciso sair da ilha para ver a ilha. Não nos vemos se não saímos de nós” (Saramago, 2016, s/p). Ou seja, “sair da ilha” a qual é minha zona de conforto, perceber como novos horizontes são revelados quando deixo de enxergar somente os que estão ao meu alcance, abrindo-me a possibilidades de visões e interpretações de mundos diversos. Compreender que existem outras ilhas, e em cada uma delas vivem humanos que sentem e que pensam, cada um com suas línguas, suas culturas, suas religiões, seus comportamentos sociais e suas visões e interpretações de mundo.

Percebo que o Letramento Crítico Decolonial vai além dos conteúdos programáticos, permitindo que o sujeito se autocritique, se posicione e interprete os múltiplos discursos manifestados por meio da/na linguagem. Não trata somente de conhecer estruturas gramaticais para formular um texto coeso e coerente, mas de compreender profundamente como as

situações sociais e as histórias de vidas humanas são/podem ser construídas e trabalhadas por meio da linguagem. E, em como o docente busca trabalhar com essas questões em sala de aula, permitindo que o alunado seja capaz de se autocriticar e refletir acerca de suas posições. Como afirmam Meniconi e Ifa (2024), “o letramento crítico decolonial poderia ser concretizado por meio de procedimentos e ações em sala de aula que fomentassem mudanças de olhares, posicionamentos e comportamentos sociais” (Meniconi, Ifa, 2024, p. 142).

No cenário brasileiro, nos deparamos, por diversas vezes, com a problematização de ensinar e estimular a leitura e a escrita crítica dos alunos por meio dos gêneros textuais/discursivos (Bezerra, 2017). Já que a utilização de diferentes gêneros textuais/discursivos possibilita ao discente uma ampliação do seu repertório como leitor e interpretador de textos de maneira eficaz. Além do fato de que o trabalho com textos de diferentes gêneros permite uma análise da língua em uso, dotada de intencionalidade discursiva peculiar (Marcuschi, 2008).

Assim, direcionado pela perspectiva crítica e discursiva do Letramento Crítico Decolonial, encontrei no trabalho com gêneros textuais (entrevista, artigo de opinião, campanha e diários reflexivos) caminhos para estimular a escrita, a leitura e o repertório discursivo dos discentes. Uma vez que são gêneros textuais dotados de características específicas que permitem o alunado a exercitar suas práticas de escrita e leitura em modalidades diversas.

Nessa perspectiva, percebo que o uso em sala de aula dos gêneros textuais citados acima permitiu o desenvolvimento de um trabalho guiado pelos vieses do Letramento Crítico Decolonial. Pois, contribuíram para a expansão do conhecimento dos alunos acerca das características de cada gênero, passando a reconhecerem suas peculiaridades e intencionalidades de uso nas esferas sociais, bem como exercitarem as maneiras de escrita, leitura e interpretação de maneira crítica em gêneros distintos.

Fiz o uso da entrevista pré-elabora por propiciar o reconhecimento acerca das concepções dos discentes a respeito da sexualidade e do ambiente de desenvolvimento da pesquisa. O artigo de opinião, que possibilitou que os discentes expressassem e trabalhassem a organização de suas ideias de forma autônoma e crítica. A campanha, por ser um gênero multissemiótico, em que os alunos puderam selecionar imagens e serem criativos em suas produções ao fazer o uso livre de suas habilidades artísticas, de forma a conciliarem o conteúdo gerado com a temática trabalhada. E os diários reflexivos, responsáveis por viabilizarem o registro dos sentimentos e das percepções dos alunos durante as aulas temáticas.

Percebo que enfatizar a necessidade do fluir das opiniões em sala de aula se faz essencial no processo do Letramento Crítico Decolonial. Pois, é por meio da interação entre docente e

discente que há o convergir de saberes e a construção de novos saberes. Como salienta Freire (2022), o discente não deve ser enxergado como um mero depósito dos saberes, mas ser percebido como um agente auxiliar do processo de ensino e aprendizagem. Pois, o docente não é o único mestre soberano do saber, mas irá aprender em conjunto com o corpo discente.

Nessa perspectiva, uma abordagem crítica voltada para o ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa entende a língua como um instrumento dialógico (Bakhtin, 2016), em que os sentidos são construídos por meio das interações linguísticas. Os participantes imersos em um diálogo passam a assimilar os enunciados emitidos, e a responderem as demandas enunciativas por atos responsivos. Logo, os valores ideológicos dos interlocutores são evidenciados pela ação sociocomunicativa do enunciado, demonstrando as práticas sociais a quais estão inseridos.

Diante disso, respaldo-me na fala de Tilio (2021, p. 40) quando ele diz que “o conhecimento é ideológico, jamais natural ou neutro, e que a realidade e o significado não são dados de forma definitiva e única: são múltiplos, (re)construídos e (re)negociados com base em regras discursivas e práticas sociais”. Portanto, estamos em um constante processo de aprendizagem, caracterizado pelo dialogismo de nossas práticas discursivas.

O professor, ao adotar uma perceptiva dialógica da língua e ao perceber que o processo de ensino-aprendizagem deve ser construído em consonância com os discentes, assume a posição de articulador dos conhecimentos prévios dos alunos a novos saberes sistematizados, com o intuito de expandir a perspectiva e a visão de mundo dos educandos. Nesse sentido, a sala de aula contrastada como um palco em que uma gama de valores ideológicos é manifestada por seus componentes, recai a importância de o docente considerar cada uma das subjetividades humanas presentes nesse espaço de interação. Pois, cada opinião formulada pelos discentes é advinda de um contexto sociocultural específico.

Ao retomar à epígrafe deste tópico, apoiado nos vieses do Letramento Crítico Decolonial e das teorias da Linguística Aplicada Transviada, vejo que ao causarmos uma *pane do sistema opressor* da matriz cisheterossexual eurocentrada e caucasiana, seus defensores entram em pânico, gritam e recorrem a atos extremos de aniquilação humana. Passam a difundir seus preceitos ideológicos como os *corretos*, baseados em um senso de moralidade humana defensora da família, das crianças e dos *bons costumes*. E, para tanto, escolhe aqueles, considerados os *outros* (Kilomba, 2019), por não se encaixarem em tais regulações moralistas, como os inimigos da sociedade.

Na próxima seção, faço as análises e discussões das respostas dos questionários trabalhados no início da pesquisa, dos artigos de opinião e dos diários reflexivos, meus e dos discentes.

4. AMAR SEM FRONTEIRAS

“Por alguma razão desconhecida, a moral se detém nas atividades sexuais para condená-las, enquanto lê gostosamente as notícias de guerra, onde morrem jovens, ou de assassinatos brutais a acidentes coletivos”.

- Túlio Carella, *Orgia*.

Túlio Carella foi um intelectual argentino que ministrou aulas na Universidade Federal de Pernambuco, durante a Recife dos anos de 1960. Nesse período, ele fez relatos dos seus casos amorosos com outros homens, compilados na obra *Orgia: os diários de Túlio Carella* (2011). Sua escrita nos revela o cenário urbano da Recife do século passado, apresentando suas aventuras em busca de uma companhia sexual.

Por considerar os diários de Túlio como uma das principais obras literárias que discorrem sobre sexualidades outras no Brasil, inicio esta seção com a epígrafe acima. E, assim como Carella entendia naquela época, perceber que muitas das atuais políticas ainda direcionam seu olhares para condenar sexualidades outras, enquanto questões como a fome, a saúde e a educação carecem de mais atenção.

Carella temia o vazar de seus escritos, amedrontado pela punição direcionada às pessoas homoafetivas no Brasil dos anos 60. Entretanto, isso não foi um empecilho que o impediu de escrever e, hoje, seus escritos chegaram até nós, mesmo que tenha sido preso e torturado após ser descoberto e acusado de sodomia.

Como a sua escrita conseguiu ultrapassar as fronteiras da censura, os amores também as ultrapassam as regulações das subjetividades humanas. Desse modo, intitulo a presente seção como *Amar sem Fronteiras*, em alusão a uma das falas escritas pelos discentes na produção das campanhas de conscientização das causas LGBTQIA+, um momento em que os/as alunos conseguiram compreender que o amor e afeto humano transpassa as barreiras impostas.

Para esta seção, selecionei as respostas de três perguntas do questionário trabalhado no início da pesquisa; trechos dos diários reflexivos dos alunos e do pesquisador, e trechos de doze artigos de opinião produzidos pelos discentes. Justifico a escolha das produções citadas para esta primeira seção de análise e discussão em decorrência de terem sido as primeiras produções dos discentes durante o desenvolvimento da pesquisa, começando com o questionário, prosseguindo com o artigo de opinião e os diários reflexivos por conter os registros das impressões dos alunos e minhas acerca das aulas.

4.1 Preciso falar sobre sexualidade! O que penso?

Para o início das atividades, após a apresentação dos objetivos da pesquisa à turma do 4º Período B e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)¹⁸, entreguei um questionário com algumas perguntas pré-formuladas aos discentes¹⁹. As questões giravam em torno de alguns dados pessoais e acerca da sexualidade, a partir das quais obtivemos um total de trinta participantes. Ressalto que a turma do 4º B possuía quarenta alunos, mas alguns faltaram no dia de entrega dos questionários²⁰.

De doze questionários respondidos, selecionei as respostas que os alunos apresentaram as três questões que discorriam acerca da sexualidade para as discussões aqui apresentadas. Como critérios de seleção foram considerados os questionários totalmente respondidos²¹ e a presença e a participação dos discentes ao longo das aulas seguintes. As questões foram as seguintes: I - Para você, o que é sexo e sexualidade?; II - Como você vê a questão da heterossexualidade na atualidade?; III - Como você enxerga a relação entre duas pessoas do mesmo sexo?; e IV Como você vê a questão das sexualidades no Brasil atual?. Saliento que, com o intuito de manter a fidelidade aos dados gerados, as respostas foram preservadas da forma que os alunos elaboraram, sem correções ortográficas e gramaticais.

As respostas referentes à questão *Para você, o que é sexo e sexualidade?* foram as seguintes:

Maria: Sexualidade se refere a opção sexual que uma pessoa pode escolher durante sua vida e é uma busca de prazer sexual.

Mabel: A sexualidade é um modo de comportamento humano.

Barbara: Para mim, é uma atração que sentimos por outra pessoa, que nos leva ao sexo.

Élia: É quando duas pessoas têm relação.

Any: São comportamentos humanos.

Pedrinho: Para mim, hoje em dia, é normal mulher com homem, mulher com mulher, homem com homem.

Vandson: Sexo é o ato entre o casal. A sexualidade é uma escolha do indivíduo na questão de “união”, sendo heterossexual, homo ou outra forma que queira.

José: Sexo é algo normal do ser humano.

Isis: Sexo para mim é ter relações com seu parceiro, ou seja é ter uma prática sexual.

¹⁸ TCLE encontra-se no Apêndice IV.

¹⁹ O questionário encontra-se no Apêndice VI.

²⁰ Os demais que não estavam presentes no momento de trabalho do questionário ficaram de fora da etapa inicial da pesquisa para não prejudicar o andamento da pesquisa, pois só consegui um total de quinze aulas.

²¹ Um dos motivos que podem ter levado o alunado a não responder algumas questões do questionário era a timidez, por se tratar uma temática até então não abordada nas aulas passadas de Língua Portuguesa. Ou, os discentes não compreendiam os termos usados nas perguntas, como *sexualidade*.

Pedrin: A opção sexual que uma pessoa pode escolher durante sua vida.

Carlinha: Sexo é uma coisa normal, sempre tem o momento em que vai chegar a hora de dois seres humanos cometerem o ato da sexualidade entre ambos. Eu acho normal, cada um tem seu direito de viver e fazer o que gosta, amar quem quiser e como quiser.

Luciano: Sexo para mim é uma conjugação de um casal juntos, praticando amor.

As respostas de Barbara, Élia, Isis, Carlinha e Luciano nos mostram que há uma associação do termo *sexo* ao ato sexual entre duas pessoas, entre um casal. Entretanto, nas respostas desses discentes não fica claro que casal seria esse, podendo ser um casal homoafetivo, heterossexual ou pansexual. Noto também que eles não relacionam a questão do sexo como algo ontológico, com fatores corporais que classificam as pessoas por meio do senso binário macho e fêmea, predominante nos discursos de diversas esferas sociais. Ou seja, não trazem, em suas palavras, uma regulação binária que “suprime a multiplicidade subversiva de uma sexualidade que rompe as hegemonias heterossexual, reprodutiva e médico-jurídica” (Butler, 2022, p. 47).

Barbara explica que a sexualidade se configura como uma “atração”, levando-nos ao sexo. Mas, ela não deixa claro que atração é essa. Assim, essa atração pode ser algo físico, em que me sinto atraído pela corporeidade da pessoa; ou afetiva, considerando questões de afeto, carinho e respeito demonstrados entre os sujeitos envolvidos. Entretanto, não basta se sentir somente atraído para a realização do ato sexual, há toda uma gama de consentimentos entre os envolvidos. Segundo Paulo Martins (2021), a sexualidade das pessoas pode ser conceituada como a junção entre a atração afetiva e física, em suas palavras:

se a pessoa sente atração afetiva e sexual por pessoas do sexo ou gênero oposto, ela é denominada heterossexual ou heteroafetiva. Se à atração afetiva e sexual é por aqueles do mesmo sexo ou gênero, sua orientação é homossexual ou homoafetiva, se à atração afetiva e sexual for pelos dois sexos ou gêneros, homem e mulher, a pessoa é denominada de bissexual ou biafetiva, há também aqueles que não sentem atração afetiva e sexual por nenhum sexo ou gênero, que são os assexuais (Martins, 2021, p. 940).

Em suas considerações, Élia remonta a relação entre duas pessoas. Sua resposta possui um caráter restritivo, excluindo aqueles casais e/ou sujeitos que se relacionam com mais de um parceiro. Nessa perspectiva, a aluna possui uma visão baseada na matriz cisheterossexual, tomando o casal formado por duas pessoas como pilar essencial das relações sexuais.

Nas considerações de Vandson, é perceptível que ele especifica o que seria o composto de um casal, especialmente ao afirmar que a sexualidade é uma escolha de união. E essa união,

como ele afirma, pode ser “heterossexual, homo ou outra forma que queira” (Vandson, 2023). Já Carlinha, chama a atenção para os direitos de as pessoas poderem amar quem quiser e como quiser, demonstrando um senso de existência de outros casais que vão além do modelo hegemonizado do casal cisheterossexual. Vandson e Carlinha também não concebem fatores físicos corpóreos para a classificação do que ou como um casal pode ser formado, principalmente quando Carlinha afirma que “cada um tem seu direito de viver e fazer o que gosta, amar quem quiser e como quiser” (Carlinha, 2023).

As respostas de Maria e Pedrin deixam claro que sexualidade é uma *escolha* feita pelo sujeito no decorrer da vida. Nesta direção, pode-se inferir que a sexualidade é algo que pode ser alterado, ou seja, uma opção dentre outras que o sujeito pode escolher. O que vai de encontro com as correntes teóricas atuais de gênero e sexualidade que consideram a sexualidade como um fator que é desenvolvido ao longo da vida do sujeito, permitindo-o que descubra a sua atração por um ou mais gêneros (Oliveira-Júnior; Maio, 2016).

Os argumentos apresentados pelos discentes vão de encontro com as teorias atuais de sexualidades e gêneros porque, possivelmente, não tiveram um momento de formação para saberem diferenciar o sexo da sexualidade. Nesse sentido, percebo que as aulas de Língua Portuguesa tematizadas pela sexualidades foi um momento inaugural de imersão desses discentes em discorrerem acerca das sexualidades e dos gêneros em um contexto reflexivo.

Maria complementa sua resposta alegando que tal escolha tem como objetivo o prazer erótico desse sujeito, indo além do senso reprodutivo. A *escolha* feita por esse sujeito pode romper com a questão da reprodução biológica direcionada à prática sexual hegemonizada, a cisheterossexualidade. Logo, práticas sexuais que não visam a reprodução biológica, como a homoafetividade, entram em cena, algo que foi relegado ao maldito, uma relação sem o advento divino da vida,

um movimento da sexualidade em que a sordidez entra em jogo. A partir de então, não se trata mais da sexualidade benéfica ‘desejada por Deus’, mas sim de maldição e de morte. A sexualidade benéfica está próxima da sexualidade animal, em oposição ao erotismo que é próprio ao homem e que de genital tem apenas a origem. O erotismo, em princípio estéril, representa o Mal e o diabólico (Bataille, 2017, p. 257, grifos do autor).

As relações sexuais que não visavam plenamente a reprodução humana caíam na conjuntura da maldição, do nefasto e da patologização, servindo como alicerce para os massacres, prisões e demais punições de pessoas que não se relacionavam com o sexo oposto. Desse modo, se não seguem com a sexualidade *desejada por Deus* são seres pecaminosos que

comentem atentados contra a natureza humana. Nessa direção, o prazer humano não é concebível nas relações sexuais humanas, pois para adequar-se ao senso normativo e benéfico da sexualidade é preciso aproximar-se do atos sexuais do animais, que visam somente a reprodução da espécie sem o objetivar o prazer carnal.

José e Any argumentam que sexo é algo comum do ser humano. Mas, não é somente os humanos que fazem sexo, o ato sexual também é algo dos demais animais. E atualmente, temos o conhecimento de animais que matem relações homoafetivas, como discute um estudo mostrado pelo portal de notícias *O Globo*²².

Figura 6 - Notícia sobre homoafetividade em mamíferos



Fonte: <https://oglobo.globo.com/saude/noticia/2023/10/03/homossexualidade-em-mamiferos-tem-utilidade-evolutiva-diz-estudo.ghtml>.

Pedrinho ao dizer: “Para mim, hoje em dia, é normal mulher com homem, mulher com mulher, homem com homem”. Mesmo que contrarie a pergunta feita, o aluno reconhece formas outras de relações sexuais divergentes da matriz cisheterossexual. Ao fazer uso da locução adverbial “hoje em dia”, Pedrinho não reconhece que as relações divergentes da matriz cisheterossexual estão presentes na sociedade em diversos contextos históricos e culturais (Trevisan, 2018; Lugones, 2020). Chama atenção o fato de Pedrinho fazer uso do adjetivo

²² Homossexualidade em mamíferos tem utilidade evolutiva, diz estudo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/saude/noticia/2023/10/03/homossexualidade-em-mamiferos-tem-utilidade-evolutiva-diz-estudo.ghtml>. Acesso em 28 de mar. de 2024.

“normal” para referir-se às relações mantidas entre mulheres e homens, o que demonstra uma construção binária baseada em um senso de anormalidade e normalidade. Assim, partir de uma conceitualização baseada por esse viés binário, simboliza a classificação social estabelecida pela matriz cisheterossexual, patriarcal e colonial que constroem “efeitos de sexualidade, ao definir o sexo heterossexual como única modalidade possível de uso dos corpos nas práticas sexuais” (Assis; Silva, 2024, p. 6).

Na segunda indagação, *Como você enxerga a relação entre duas pessoas do mesmo sexo?*, os discentes responderam o seguinte:

Carlinha: Normal, para mim todos tem o direito de viver do seu jeito e fazer o que gosta.

Luciano: Hoje em dia é uma coisa normal. Porque todos nós devemos ter respeito em relação as escolhas de cada um.

Pedrin: Vejo como uma coisa normal, que não precisa ser vista de forma diferente. Pois cada ser humano é livre na sociedade.

José: Enxergo como fora do normal.

Maria: Normal, porque cada um sabe o que quer e não cabe a nós se meter na relação deles.

Any: Vejo muito preconceito ainda.

Isis: Eu super respeito. Isto é sobre entender que cada um tem direito de escolha, independente de serem do mesmo sexo ou não, cada um deve buscar o que acha melhor.

Pedrinho: Eu acho normal, não tenho preconceito, até porque eu tenho um irmão que ele é gay, então eu vejo isso de boa.

Élia: Eu não tenho nada contra, mais Deus deixou o homem para a mulher para que formassem uma família.

Mabel: Hoje em dia é uma coisa simples. Eu não vejo nada.

Vandson: Normal. Mais uma dentre tantas formas de casais no mundo atual.

Barbara: Eu vejo uma coisa normal.

O aluno José reconhece as relações entre pessoas do mesmo sexo como uma coisa que inflige a normalidade humana, divergente do senso hegemonizado do casal cisheterossexual composto por uma mulher e um homem. Nessa mesma medida, Élia aponta para essa padronização baseada em vieses teológicos, afirmando que não tem nada contra os casais formados por pessoas do mesmo sexo, mas menciona a entidade religiosa maior do Cristianismo (Deus) para qualificar a junção entre um homem e uma mulher como a divinamente legitimada para a formação do ceio familiar. Segundo a aluna, “Deus deixou o homem para a mulher para que formassem uma família” (Élia, 2023).

As concepções de José e Élia estão imbricadas à colonialidade do ser, “entendida como os efeitos do colonialismo no nosso modo de vida mais íntimo, nas relações de gênero e sexualidade, nas visões de si e dos outros, ditando papéis que homens e mulheres devem tomar,

produzindo padrões a serem seguidos” (Bezerra, S., 2019, p. 904). Eles asseveram a concepção binária dos papéis de gêneros específicos para o homem e a mulher, reproduzindo e cristalizando uma padronização que serve para que formas outras de manifestação sexual sejam ilegítimas, discriminadas e patologizadas.

Ao propor o desenvolvimento da referida pesquisa pretendi ampliar a concepção dos discentes com relação as normatizações dos papéis de gêneros que tomam a binaridade biológica como fator central de classificação. Com o intuito de refletir com eles que as imposições e regulações direcionadas aos gêneros são invenções coloniais (Assis, Silva, 2024), uma vez que os povos originários não compartilhavam dessa classificação social.

Carlinha, Luciano, Pedrin, Maria, Pedrinho, Mabel, Vandson e Barbara fazerem o uso do adjetivo *normal* para discorrerem sobre a relação entre duas pessoas do mesmo sexo, como Pedrinho fez em sua resposta à primeira indagação. Todavia, fico imaginado que *normal* seria esse? O normal em que eles aceitam as relações entre pessoas do mesmo sexo apenas por um senso de respeito ao próximo? Ou, de fato reconhecem a homoafetividade como uma forma de relacionamento humano?

Esse aspecto traz à tona duas questões importantes, a do respeito e da aceitação com o próximo por meio de um senso de normalidade. Esse respeito e essa aceitação, perante as minhas reflexões acerca da leitura de Silva (2017), podem ser percebidos como a existência de um posicionamento social de tolerância e de respeito à diversidade social. Todavia, essa perspectiva de um eu que tolera a existência do outro não se sustenta em sua plenitude. Entendo que na medida em que eu me reconheço como um sujeito tolerante, passo a reconhecer a identidade do outro, considerada diferente a minha. Assim, não basta tolerar e considerar esse outro como normal, mas considerar que as identidades sociais são constituídas pelas diferenças que as prefiguram.

A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição – discursiva e linguística – esta sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas (Silva, 2017, p. 81).

Como é possível depreender do excerto acima, as identidades são impostas e normatizadas por assimetrias de poder presentes na sociedade. Ocorre uma classificação social dos povos em decorrência de uma diferenciação impositiva entre eles, em que uns serão considerados *inferiores* e outros *superiores*, a exemplos dos povos originários da América e de África. Nesta direção, precisamos reconhecer como os processos de categorização social

operam ao influenciar e ditar quais identidades são legitimadas e hegemonizadas em decorrência da sua diferenciação com as demais.

Silva (2017) discute como essas identidades são hegemonizadas por fatores biológicos, trazendo como exemplo a diferenciação e a imposição binária entre homens e mulheres. O que justifica a hegemonização da identidade do homem caucasiano, cisheterossexual, cristão e eurocentrado que marginalizou identidades humanas outras e as relegou ao lugar de subalternidade, dos que existem e falam, mas não são ouvidos em sua plenitude e convivem com violências e atentados a seus corpos.

Ao fazer uma análise mais profunda acerca da escolha linguística do termo *normal*, ainda que seja questionada do ponto de vista da tolerância como algo negativo, posso compreender que, de uma forma ou de outra, as aulas contribuíram no sentido de levar os alunos a refletirem sobre as questões das sexualidades e da aceitação do outro.

A fala de Pedrinho também transparece essa conceituação das relações homoafetivas como normal, e revela a sua relação com o irmão gay como “uma coisa de boa”. Me chama a atenção o fato dele ter mencionado seu irmão que, por mais que seja o seu contato mais próximo com uma pessoa gay, será que ele considera o mesmo senso de respeito e aceitação por outras pessoas gays? Ou só faz essa afirmação por ser seu irmão, um ente querido? Dessa forma, não cabe apenas termos atitudes de aceitação e respeito pelos que estão em nosso círculo familiar, mas também com aqueles que não compartilhamos laços sanguíneos e/ou afetivos.

Vandson entende a relação homoafetiva como uma das demais formas de relacionamento humano. Portanto, depreendo que o aluno, assim como Pedrinho, possui consciência das diversas formas de manifestações da sexualidade humana. Todavia, ao afirmar que a homoafetividade é “uma dentre tantas formas de casais no mundo atual”, com o uso da palavra *atual*, é possível inferir que o aluno não tinha, neste momento inicial da pesquisa, conhecimento que sexualidades outras, no caso específico da homoafetividade, existiam desde a antiguidade²³, configurando como uma questão que passou a existir nos últimos tempos.

De forma similar, as palavras de Luciano direcionam para uma compreensão de que sexualidade outras é algo normal da atualidade, quando ele menciona a expressão “*Hoje em dia*”. Nesta direção, talvez Luciano também não compreenda que sexualidades outras existem desde a antiguidade, assim como Vandson e Pedrinho já haviam dito. E que foram entrando em

²³ “A Grécia Antiga é usualmente citada como uma sociedade que aceitava tranquilamente a homossexualidade, mas é preciso entender que os gregos tinham uma compreensão distinta da atual, formada no século XIX, sobre a sexualidade, não diferenciando as pessoas em distintas identidades sexuais decorrentes do que entendemos hoje como orientação sexual” (Iotti, 2021, p. 83 – 84).

cena nesses últimos tempos, principalmente ao ganhar espaço nas discussões políticas, debates acadêmicos e abertura nos meios de comunicação e entretenimento.

Já Any toca em uma questão de suma importância: o preconceito que rodeia as pessoas homoafetivas, não só pessoas homoafetivas como toda a comunidade LGBTQIA+. A LGBTQIA+fobia é a principal responsável pelos casos de suicídio e de doenças mentais que acometem essas pessoas (Nagafuchi, 2019). Além de sofrerem diariamente com o medo de andarem pelas ruas sozinhas, temendo serem agredidas até a morte. Como o caso de Ana Caroline, encontrada morta com os olhos e a pele do rosto arrancados, em dezembro de 2023, no estado do Maranhão²⁴.

Figura 7 - Notícia sobre o assassinato de Ana Caroline



Fonte: <https://www.metropoles.com/brasil/mulher-e-encontrada-morta-com-pele-do-rosto-e-olhos-arrancados>.

Isis ainda demonstra que devemos ter empatia com esse considerado o outro, um senso de solidariedade por aquele que sofre e é atacado por sua identidade sexual. E, ao dar ênfase à liberdade de cada pessoa em buscar o melhor para si, depreendo que essa liberdade é marcada pelas lutas entre grupos sociais em firmarem suas identidades e buscarem acesso aos direitos civis, como ocorre com as lutas da comunidade LGBTQIA+. Isis, ao dizer que o sujeito tem o “direito de escolha” sobre sua sexualidade, não reconhece que a sexualidade é um fator

²⁴ Mulher é encontrada morta com pele do rosto e olhos arrancados. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/mulher-e-encontrada-morta-com-pele-do-rosto-e-olhos-arrancados>. Acesso em 08 de fev. de 2024.

subjetivo desenvolvido ao longo do amadurecimento do indivíduo, mas tem a convicção que é uma opção de etilo de vida (Oliveira-Júnior; Maio, 2016) que pode ser alterada a qualquer momento. Assim, reconheço que a aluna não dialoga com as questões de sexualidades e gêneros atuais.

Percebo que os alunos aguçaram seus sentidos e reconheceram a variedade de subjetividades humanas presentes na sociedade, seja por meio do senso de não aceitação das subjetividades divergentes da matriz cisheterossexual (a exemplo de Élia e de José) ou através do reconhecimento e aceitação dessas vidas humanas. E, como nossa sociedade é marcada por mudanças, ao questionarmos constantemente a padronização dos valores identitários, construir-se e situar-se socialmente demanda um exercício individual e social, uma vez que a nossa natureza é “fragmentada, heterogênea, contraditória e fluída” (Moita-Lopes, 2006).

Em resposta à questão *Como você vê a questão das sexualidades no Brasil atual?*, os discentes argumentaram o seguinte:

José: Vejo de maneira variada, vários tipos de sexualidade.

Isis: No Brasil existe muito preconceito sobre pessoas do mesmo sexo se relacionarem, é um absurdo que nos dias de hoje ainda existem pessoas que além de não aceitarem, chegam a ter preconceito e até mesmo agredir ou difamar.

Luciano: Hoje em dia está muito complicado porque está muito descontrolado esse caso de sexualidade.

Carlinha: Hoje em dia tem muito preconceito, agressão e casos até de morte.
Any: Normal.

Maria: É vista com uma alta de preconceito por alguns setores mais conservadores na sociedade do Brasil.

Pedrin: Vejo hoje as leis do Brasil aleatórias. Porque algumas das leis estão deixando espaço para algumas polêmicas e confusões.

Pedrinho: Bom, tem muito preconceito por conta que mulher fica com mulher, homem com homem.

Vandson: Há muitos comentários extremistas sobre o assunto, principalmente nas redes sociais.

Mabel: Normal.

Barbara: Eu vejo muita discriminação. Muita violência contra as pessoas. Mas para mim todos nós somos iguais, não importa a sexualidade.

As palavras de Pedrin não deixam claro que polêmicas e confusões seriam essas acerca da sexualidade. Possivelmente, ele estava se referindo aos debates acerca do projeto de lei que tinha o intuito de ilegitimar o casamento homoafetivo no Brasil, que tinha acabado de ser aprovado no andamento da pesquisa. Mas, não fica claro se o aluno era contrário ou favorável à lei. Segundo Luciano, o caso da sexualidade está descontrolado. Todavia, ele não argumenta

como seria esse descontrolo. Assim como Pedrin, o discente poderia estar aludindo às diversas opiniões que cercam as sexualidades e que estão em pauta, como o referido projeto de lei.

Any e Mabel limitam-se apenas a discorrerem que a situação das sexualidades no Brasil é normal. O aluno José, que na questão anterior afirmou que a união entre pessoas do mesmo sexo era anormal, reconhece a existência de múltiplas sexualidades na sociedade, mas não as legitima. Dessa maneira, não basta apenas reconhecermos que existam e sim direcionarmos nossas práticas sociais às ações que permitam que essas pessoas sejam incluídas na sociedade (Texeira, 2021), que suas vozes sejam ouvidas e desfrutem de direitos iquianimes de cidadania e de assistência social.

Nos excertos de Isis, Maria, Pedrinho, Vandson, Carlinha e Barbara há destaque para o forte preconceito contra sexualidades divergentes da matriz cisheteronormativa que, em muitos casos, resulta em morte. Maria destaca os setores conservadores como centros de fomentação de preconceito contra as sexualidades outras, em que, ultimamente, vem crescendo de forma alarmante pelo mundo.

Barbara, ao afirmar que “todos nós somos iguais”, compartilha daquele falso senso discutido por Tomaz Tadeu da Silva (2017), como visto anteriormente, de respeito e tolerância às diversidades presentes na sociedade. E como salienta o autor citado, somos diferentes em algum aspecto e essas diferenças constituem nossas identidades. Em minha interpretação, a aluna pode estar aludindo a um momento de conscientização de que todas as pessoas deveriam compartilhar de direitos sociais igualitários mediados pela equidade, o que não ocorre. Faço de minha situação um exemplo, pois, ao me reconhecer como um homem gay e assumir essa identidade social, existe um atravessamento no termo identitário *gay* capaz de realocar meu eu a uma posição de inferiorização e marginalização social por não performar (Butler, 2022) os papéis sociais cabíveis a identidade hegemonizada do signo *homem*.

Vandson chama atenção para os mecanismos tecnológicos como um dos caminhos utilizados para a propagação da homofobia e destaca que essas ações começam a partir da linguagem, com “comentários extremistas”. A exemplo dos comentários preconceituosos direcionados a Thammy Miranda (um homem trans) ao estrelar uma campanha para o Dia dos Pais²⁵.

²⁵ Dia dos Pais: Thammy Miranda recebe ataques e Natura se posiciona. Disponível em: <https://exame.com/marketing/natura-faz-campanha-de-dia-dos-pais-com-thammy-miranda-e-gera-polemica/>. Acesso em: 28 de Mar. de 2024.

Figura 8 - Notícia sobre os ataques transfóbicos recebidos por Thammy Miranda



Fonte: <https://exame.com/marketing/natura-faz-campanha-de-dia-dos-pais-com-thammy-miranda-e-gera-polemica/>.

Nesse sentido, considero que o discente consegue reconhecer a importância de trabalhar com esta temática nas aulas de Língua Portuguesa, visto que é por meio do discurso que as ideologias são construídas e disseminadas, ou seja,

é pelo discurso que construímos as práticas sociais, legitimamos certas vidas, deslegitimamos outras, elegemos ou contestamos certas naturalizações da posição/colocação social de alguns corpos e de saberes hegemônicos, legitimamos certas existências de umas pessoas em detrimento às existências de outras (Borges; Melo, 2019, p. 5).

Nessa mesma perspectiva, Isis, Pedrinho, Carlinha e Barbara falam sobre a não aceitação dessas pessoas e alguns tipos de violências praticadas contra elas, como: preconceito, agressão física e difamação, demonstrando alguns dos desafios enfrentados por esse grupo e, mais uma vez, ressaltando o papel da linguagem nessas práticas, por meio da “difamação”.

Mediante as respostas dos discentes, noto que eles possuem consciência sobre a diversidade de sexualidades desviantes da heteronormatividade. Contudo, tomam como base a binaridade de gênero para discorrerem sobre o estabelecimento da cisheterossexualidade como a única relação legitimada na sociedade.

Desse modo, fica evidente como a colonialidade permeia nossas práticas sociais, ditando nossos comportamentos, formas de pensar e de agir. Nesse panorama, tomamos a colonialidade do ser como fator central que configura a sexualidade, regulando o sistema binário de gênero

alicerçado em fatores ontológicos e biológicos para classificar os corpos em femininos ou masculinos.

Com base nessa discussão, a colonialidade de gênero, discutida por Maria Lugones (2014 – 2020), consiste nas imposições de atributos e papéis de gêneros específicos, ou seja, a mulher como o ser passivo relegada aos afazeres domésticos e obediente aos mandos do seu parente masculino mais próximo (pai ou marido); e o homem como chefe provedor da família. Nessa direção, a concepção binária de sexos e seus atributos sociais configuram como

uma categoria social construída por meio de representações sociais e culturais, saberes, significações, poderes e tecnologias hegemônicas – políticas, científicas, jurídico-legais, educacionais, biomédicas, atuando como dispositivos da (de)colonialidade do poder, do saber, do ser (Vieira, 2019, p. 94).

Neste momento inicial da pesquisa, percebi que os discentes usaram alguns fatores para discorrerem sobre as sexualidades, como a religião, a violência e o preconceito. Entrementes, não fugiram da binaridade imposta na/pela sociedade que classifica as pessoas em um senso de normalidade e anormalidade. A partir da identificação desse senso binário na concepção dos discentes, começo a atuar na turma, a partir da metodologia da pesquisa-ação (Thiollent, 1986), apresentando as múltiplas sexualidades e que as sexualidades não são opções transitórias, mas um fator subjetivo que acompanha o desenvolvimento das pessoas. Aqui, entro com o trabalho voltado para a reflexão e transformação de formas de concepções e/ou ampliação do universo conceitual dos alunos.

Ao final de duas aulas temáticas, os discentes registravam nos diários reflexivos o que acharam dos assuntos abordados durante as aulas. Nas aulas do dia 25 de outubro de 2023, em que foram discutidos dois artigos de opinião (ver seção 2), seis discentes registraram suas percepções acerca dos debates proporcionados em sala de aula. A seguir, apresento alguns trechos desses diários.

Carlinha: [...] foi uma aula importante para mim porque em todo tempo que passei em escola nunca discutíamos sobre esse assunto que muitas vezes é excluído na sociedade.

Vandson: Os textos trabalhados foram muito interessantes, trazem uma opinião de forma leve e objetiva sobre o tema. Trabalhar este assunto nas aulas de Língua Portuguesa tem sido de grande valia.

Maria: Nos dias de hoje, não tem como não falar em sexualidade, estamos gostando muito das aulas sobre sexualidade.

José: Eu achei muito interessante falar desse assunto que a pessoa fica bem informado para saber lidar com adversidade, saber respeitar e ensinar as pessoas [...].

Pedrinho: É um assunto interessante, muito bom para trabalhar em sala de aula, eu aprendo muito sobre sexualidade [...].

Barbara: [...] homossexual não é doença, cada um vive como quer, e sempre bom termos esse assunto em sala [...].

Os relatos dos discentes demonstram o interesse despertado acerca de conhecer o assunto. É relevante destacar as palavras de Carlinha, quando ela diz que em todo seu tempo na escola nunca tinha discutido sobre sexualidade. Vandson e Pedrinho também dialogam com os dizeres de Carlinha, salientando a importância do assunto nas aulas de Língua Portuguesa.

Perante as falas dos discentes, vejo que as aulas temáticas contemplaram a questão de um ensino de Língua Portuguesa contextualizado com a realidade dos alunos, uma vez que a sexualidade é um tema universal que atinge todos.

O ensino contextualizado tem por objetivo ir além das paredes da sala de aula, demonstrar a necessidade de ultrapassar os muros da escola, apresentando situações sociais diversas que nos rodeiam. Perceber que as crises climáticas, a fome, a miséria, a LGBTQIA+fobia, o machismo, o racismo etc. existem e persistem. E que vidas são aniquiladas, impedidas de existirem em decorrência de uma matriz caucasiana, cisheterossexual e eurocentrada que tem como regra geral o aniquilamento daquele considerado o outro (Kilomba, 2019). Nessa perspectiva,

O papel da escola [...] é garantir que o aluno seja alfabetizado e ao mesmo tempo letrado, desenvolvendo conhecimentos necessários, para que, ao final desse percurso, esteja preparado para exercer sua autonomia e colaborar para um mundo mais consciente e desconstruído de estereótipos (Silva; Meniconi, 2023, p. 244).

Por meio de caminhos didáticos pedagógicos que põem em pauta e denunciam as desigualdades e as injustiças sociais, preparamos o alunado para exercer sua cidadania de forma reflexiva e crítica, tendo em vista seus direitos e a compreensão da existência do próximo que também necessita desfrutar desses direitos. Isso vai além do acesso a uma saúde e a uma educação de qualidade, implicando no direito de existir e de ser ouvido e compreendido.

Nesse ínterim, os meios de ensino e aprendizagem, sustentados pelos pilares da reflexão e da criticidade possibilitam o que Freire (2022) denomina de *educação libertadora*, caracterizada por um movimento “humanista e libertador” que problematiza e viabiliza a luta dos submetidos a uma dominação social, a fim de que consigam sua emancipação das amarras opressoras da colonialidade (Mignolo, 2021).

Segundo Maria, não temos como fugir das discussões que abarcam sexualidades, uma das questões humanas que mais sofre com as amarras da colonialidade, que dita e controla os comportamentos sexuais até os dias de hoje. A educação libertadora atua na medida em que o discente passa a interpretar as manifestações sociais por meio de perspectivas outras. Algo que identifiquei nas palavras de Barbara, quando a aluna afirma que o “homossexual não é doença”. Os dizeres de Barbara evidenciam que, por mais que a aluna não tenha demonstrado um posicionamento contrário às relações LGBTQIA+ em suas respostas ao questionário, o seu senso crítico e argumentativo acerca de sexualidades outras foi aguçado ao afirmar que a homoafetividade não é uma patologia, algo que era defendido pelas instituições médicas até o fim do século XX, como a Organização Mundial da Saúde (OMS)²⁶.

As palavras de José demonstram o interesse do aluno pelo tema das sexualidades, o que me chamou a atenção, principalmente por ser um aluno que demonstrou uma concepção conservadora aos tratos de sexualidades outras. Como foi percebido em sua resposta à segunda questão do questionário, quando o aluno discorre que as relações entre pessoas do mesmo sexo é algo anormal. Não obstante, ele também destaca que as discussões o informaram sobre como lidar com essa temática.

Os registros de José me fizeram perceber que, mesmo que a pesquisa não tenha transformado ou ressignificado totalmente suas concepções sobre sexualidades outras, ao menos, demonstrou um significativo avanço ao perceber que existem múltiplas manifestações sexuais humanas, e que cada uma delas merece respeito, como o aluno discorre no trecho do seu diário reflexivo.

Ainda sobre José, ao consultar meu diário reflexivo sobre as aulas do dia 25 de outubro de 2023, resgatei a seguinte memória:

Comentário bastante interessante foi de um aluno adventista, em que ele opinou que a homossexualidade é considerada, por muitos, como um assunto que nasceu nas últimas décadas, mas com o exemplo da homoafetividade do Imperador Alexandre, O grande, (que foi trazido em um dos artigos de opinião lidos), ele pode perceber que é algo presente há bastante tempo na história (Diário reflexivo do pesquisador, 25 de out. de 2023).

²⁶ Há 30 anos, OMS retirava homossexualidade da lista de doenças. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/ha-30-anos-oms-retirava-homossexualidade-da-lista-de-doencas/>. Acesso em 09 de fev. de 2024.

Esta memória me faz perceber que José, um aluno assumidamente adventista²⁷ (em conversas na sala de aula ele afirma pertencer a referida religião), conseguiu (re)construir sua opinião sobre a homoafetividade que era considerada como um assunto que surgiu nas últimas décadas, por meio do exemplo do Imperador Alexandre, que mantinha relações homoafetivas. Dessa forma, o aluno desenvolve a consciência de que não é um assunto novo no mundo, mas que remonta tempo e figuras históricas importantes que mantinham relações com o mesmo sexo.

Percebo que uma pedagogia engajada no Letramento Crítico Decolonial possibilitou que José refletisse sobre os seus posicionamentos anteriores e passasse a considerar as existências de práticas homoafetivas e de corpos desviantes da matriz cisheterossexual desde tempos remotos. As práticas de escrita e leitura proporcionadas por textos tematizados por questões de sexualidades foram além de um ensino de Língua Portuguesa baseado somente na gramática, objetivando unicamente a produção escrita em si. Mas, exercitaram a capacidade crítica do alunado em relação as suas escolhas, objetivando a autonomia dos estudantes em relação a discursos essencialistas e opressores (Silva; Meniconi; Ifa, 2021) que ainda regulam as concepções das pessoas.

Outra memória que resgato desse dia é o relato de algumas alunas.

Surgiram comentários de alunas que já possuíam uma idade mais madura, cerca de 40 anos. Em que elas mostraram que o tema da sexualidade deveria ser mais debatido no seio familiar, pois evitaria muitos casos de gravidez indesejada e casos de doenças. Relataram que nunca tiveram orientação sobre sexo em casa, que tomaram conhecimento fora (Diário reflexivo do pesquisador, 25 de out. de 2023).

São relatos como este que demonstram a necessidade de pôr em pauta a temática das sexualidades, não apenas por questões de gêneros e manifestação do desejo sexual, mas também como uma forma de prevenir a disseminação e doenças sexualmente transmissíveis e de evitar a gravidez indesejada. Segundo uma pesquisa da Bayer, publicada em 2022, a gravidez não planejada atinge 62% das mulheres brasileiras²⁸. As alunas, ao afirmarem que deveria ser um tema a ser mais debatido no seio familiar, refletiram sobre as problemáticas advindas da falta de orientação sexual. Dessa maneira, a gravidez indesejada é um dos fatores principais de

²⁷ Para as pessoas adventistas, a sexualidade é um fator concebível somente na união conjugal, ou seja, entre um homem e uma mulher cisheterossexuais.

²⁸ Gravidez não planejada atinge 62% das mulheres no Brasil. Disponível em: <https://www.bayer.com.br/pt/blog/gravidez-nao-planejada-atinge-62-mulheres-brasil>. Acesso em 09 de fev. de 2024.

evasão escolar²⁹ e a não orientação adequada de preservativos corrobora para os levados índices de transmissão de doenças entre jovens³⁰.

Discutidos os diários reflexivos, passo agora para as análises de alguns trechos dos artigos de opinião produzidos pelos alunos. Para as análises, foram escolhidos alguns trechos que dialogam com as teorias da decolonialidade, das sexualidades e dos gêneros. Para tanto, alguns temas foram centrais, como: fatores religiosos que influenciam na concepção de sexualidades; distúrbios mentais, suicídios e violências causadas pela LGBTQIA+fobia e a influência de figuras públicas nas concepções de sexualidade das pessoas.

Os artigos de opinião que tocaram na temática religiosa foram produzidos por Barbara, Luciano e José. Abaixo, apresento um trecho do artigo da aluna Barbara³¹.

Fragmento 01 – Trecho do artigo da aluna Barbara

Eu não sou a favor quando eles falam para destruir os homossexuais, os transsexuais e as lésbicas. Eles não deveriam falar isso, porque quem ficou para julgar foi Deus, não pessoas quer tem tanto ódio.

Fonte: dados gerados pela pesquisa (2023).

Neste fragmento, podemos notar que Barbara vai contra as concepções de pessoas que pregam o ceifar (“destruir os homossexuais, os transsexuais e as lésbicas”) de pessoas LGBTQIA+, firmando sua posição contrária por meio do uso da primeira pessoa do singular. Doravante, quando a discente fala sobre o julgamento das ações dessas pessoas, recorre a maior divindade do cristianismo, Deus.

Outro trecho que se relaciona com o julgamento divino é encontrado no artigo da aluna Any, que diz o seguinte:

Fragmento 02 – Trecho do artigo da aluna Any.

Ninguém tem que achar nada, devemos sempre amar, temos que parar pra pensar que poderia ser um filho nosso, a gente não ia querer que alguém o matasse. Só quem pode tirar nossa vida é Deus e mais ninguém, eu não sou contra nada só acho que deve ter mais amor entre os humanos.

Fonte: dados gerados pela pesquisa (2023).

²⁹ Gravidez precoce é uma das principais causas da evasão escolar, diz estudo. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/04/22/gravidez-precoce-e-uma-das-principais-causas-da-evasao-escolar-diz-estudo.ghtml>. Acesso em 09 de fev. de 2024.

³⁰ Aumento de infecções sexualmente transmissíveis em jovens. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/eqilibrioesaude/2023/08/o-aumento-de-infeccoes-sexualmente-transmissiveis-entre-jovens.shtml>. Acesso em 09 de fev. de 2024.

³¹ Saliento que todas as transcrições apresentadas são fidedignas ao originais produzidos pelos alunos, não considerando as correções ortográficas e gramaticais.

Os fragmentos destacados deixam claro que os posicionamentos de Barbara e Any partem de premissas religiosas. Mesmos que elas argumentem que nenhum ser humano tem o direito de julgar e tirar vidas da comunidade LGBTQIA+, pode-se perceber que Barbara e Any não tenham consciência de que muitas dessas pessoas cometem atentados a esta comunidade com a simples justificativa de estarem realizando a justiça divina, visto que a homoafetividade e o travestismos, por exemplo, são enxergados como pecados, segundo os alguns dogmas religiosos.

Any faz uso da primeira pessoa do plural, nós, inserindo-se no texto e convocando outros participantes. O verbo *devemos*, antecedido pelo não demonstra uma atitude que vai de encontro com o que está ao nosso alcance e o que está ao alcance do outro. A aluna argumenta que “temos que parar pra pensar que poderia ser um filho nosso, a gente não ia querer que alguém o matasse” (Any, 2023). Destaco, mediante esses dizeres, que não devemos pensar somente se as situações de LGBTfobia são direcionadas a um filho, um amigo ou um familiar nosso, mas temos que nos conscientizar que estamos falando de um ser humano e somos todo seres humanos, pensamos, sentimos e compartilhamos de afetos.

Indo na mesma direção, Luciano baseia-se nos dogmas religiosos para discorrer sobre as sexualidades. Vejamos um trecho de seu artigo de opinião.

Fragmento 03 – Trecho do artigo do aluno Luciano.

Eu só tenho a dizer que, quando Deus colocou os seres humanos no mundo, ele deixou cada um com seus sexo.

Fonte: dados gerados pela pesquisa (2023).

As palavras de Luciano, escritas na primeira pessoa do singular, revelam a ideia do binarismo de gênero, partindo do senso criacionista divino de que o homem foi feito para a mulher, e vice-versa. Ao afirmar “ele deixou cada um com seus sexo”, o aluno destaca a pré-determinação ontológica do sexo dos sujeitos, ou seja, que cada um já nasce com um sexo específico e que não é passível de alteração. Logo, ao ser determinado como um sujeito masculino e/ou feminino, passa a performar (Butler, 2022) as atribuições sociais específicas destinadas ao seu sexo. Perante esta noção binária de gênero e sexo, não há espaço para que manifestações sexuais outras existam, relegando os desviantes da matriz cisheterossexual às injúrias, às margens da sociedade.

Os sujeitos, ao serem impelidos a performarem suas atribuições de gênero e sexualidade, passam a repetir normas socialmente construídas (Guimaraes; Moita-Lopes, 22) e

hegemonizadas pela matriz cisheteronormativa. Butler (2022) alega que nestas performances impelidas haverá, em certo momento, *desvios* – formas outras de apresentar a identidade sexual – que conduzirão a desconstrução dos sexos, das sexualidades e dos gêneros como fatores ontológicos.

A perspectiva de Butler demonstra os discursos que supostamente atribuem ao gênero, ao sexo e ao desejo uma essência intrínseca ou um substrato biológico. Se as performances existem apenas na encenação, ela não poderá ser reduzida a uma natureza essencial. Há sempre a possibilidade de se apresentar de maneira diferente, ainda que haja restrições quanto à inauguração dos novos sentidos (Guimarães; Moita-Lopes, 2022, p. 75).

Diante disso, a enunciação do gênero determinará a identidade sexual do sujeito, ou seja, é por meio dos discursos e de suas repetições que o senso binário de sexo se instaura. O ato de nomear não está apenas descrevendo o que aquele corpo é, mas instaurando-o e construindo-o (Butler, 2022). Portanto, os corpos divergentes do seu sexo e de seu gênero pré-instalados discursivamente são impossibilitados de existirem, e ao resistirem a essas performances binárias recebem restrições e são taxados como anomalias.

O discente José também segue o viés religioso para definir sua concepção acerca das sexualidades e dos gêneros. Em uma passagem do artigo, ele argumenta o seguinte:

Fragmento 04 – Trecho do artigo do aluno José

Na minha opinião eu estou no grupo dos religiosos mim posiciono contra [a homoafetividade], posissionamento sobre a minha, mas na verdade existe uma adversidade causada por esses dois grupos [políticos e religiosos], mais são somente posissionamentos diferentes.

Fonte: dados gerados pela pesquisa (2023).

Quando José diz “estou no grupo dos religiosos e mim posiciono contra [a homoafetividade]” há um forte posicionamento do aluno, demonstrado pelo uso do pronome eu, em não aceitar sexualidades outras. Ele escancara como seu pensamento, suas escolhas e suas ações estão intrinsicamente ligadas à sua religião. O aluno deixa transparecer como a religião pode influenciar na visão de mundo das pessoas, e como isso afeta aqueles que não seguem os mesmos preceitos, gerando preconceitos (Carvalho *et al*, 2020).

Ao posicionar-se contra, José não reconhece os direitos das pessoas LGBTQIA+, não as reconhece como humanos que amam, que sentem e que podem viver em família como qualquer outro sujeito cisheterossexual. Chamo a atenção para o uso do termo “opinião”, pois não se trata de uma *mera opinião*, visto que essa concepção interfere na existência de pessoas.

O que é enfatizado quando o aluno destaca: “mais são somente posicionamentos diferentes”, ficando nítido que o discente não reconhece o que o embate de posicionamentos pode gerar na sociedade, reverberando em ódio, tortura e morte.

Dessa maneira, o *posicionar-se* de José é visto como um mecanismo da necrobiopolítica (Bezerra, 2023) que opera na classificação de vidas humanas, em que umas são escolhidas como as dignas de viverem, pois seguem e performam as normatizações hegemônicas na sociedade; por outro lado, as vidas outras, aquelas divergentes dessas normatizações e performances, destituídas de exercerem seus papéis, de ecoar suas vozes, torturadas dia após dia (verbalmente ou fisicamente) e matáveis.

É possível perceber que os conhecimentos religiosos dos discentes ditam regularidades acerca da sexualidade em suas concepções. Partem de um senso criacionista que determina a binaridade de sexo e gênero (no caso de Luciano), tendo como princípio basilar a reprodução biológica da espécie humana. Do mesmo modo, por mais que Barbara e Any reconheçam a existência de práticas sexuais e de gêneros distintos da matriz cisheterossexual, direcionam o julgamento destas práticas a um ser divino. José, por sua vez, mesmo reconhecendo que há posicionamentos distintos ao dele que são favoráveis às causas LGBTQIA+, prende-se ao posicionamento de sua religião (Carvalho *et al*, 2020), assumindo-se contra a homoafetividade.

Noto como a colonialidade do ser (Maldonado-Torres, 2009) está intrinsicamente arraigada em nossa sociedade, operando na subjetividade das pessoas por meio dos dogmas religiosos. Uma religião imposta pelos grupos colonizadores que passou a classificar as subjetividades humanas tomando como base a binaridade (Homem X Mulher; Cisheterossexualidade X Homoafetividade). Assim, nossas concepções são engessadas em detrimento da reprodução e cristalização dos discursos reguladores de gêneros, sexualidades e raças.

Até esta fase, noto que a pesquisa não tem proporcionado muitas transformações nas percepções e opiniões destes alunos acerca das sexualidades outras. Todavia, possibilitou que eles demonstrassem suas concepções, partindo dos contextos sociais em que estão inseridos, ou seja, tomando a religião como fator primordial para guiar suas afirmações sobre a temática. Assim, por meio da pesquisa-ação apresentei as opressões e atentados infligidos às pessoas LGBTQIA+ e como essas vidas humanas são abaladas por elas. Mas, em decorrência de um sistema de crenças, fortemente enraizado no meio social, transformar concepções já formuladas é algo difícil.

Continuando com as discussões, apresento alguns trechos de dois artigos de opinião que discorrem sobre como as falas de pessoas públicas afetam vidas outras e podem incitar discursos

de ódio, gerando preconceito, violência, tortura e morte. Começo pelo trecho do artigo da aluna Isis.

Fragmento 05 – Trecho do artigo da aluna Isis

Referente as falas ouvidas nos vídeos, é um verdadeiro absurdo que, em pleno século XXI, pessoas que, além de serem preconceituosas, fazem com que os outros também acreditem no que falam. Com isso, gerando uma nação mais violenta e preconceituosa.

Fonte: dados gerados pela pesquisa (2023).

No trecho acima, Isis discorre sobre os três vídeos³² que foram visualizados antes da produção do artigo, como discorrido na segunda seção (seção de metodologia). Logo de início, ela considera um “absurdo” a influência que certas pessoas têm em propiciar violência e preconceito contra algum grupo social. Fica nítido como algumas figuras públicas fazem o uso de sua popularidade para persuadir a grande massa, a exemplo de políticos que utilizam os mecanismos de comunicação digitais para disseminar muitos materiais, de natureza falha com a verdade, para dissimular seus adversários, como foi percebido nos últimos anos (Boito-Júnior, 2021).

Isis, ao ver os vídeos, considerou o alto grau de preconceito que um deputado, um vereador e um pastor destilam à comunidade LGBTQIA+, incitando pessoas a seguirem seus mesmos posicionamentos políticos e ideológicos. Estas falas produzem efeitos discursivos que performam (Butler, 2022) papéis reguladores de gênero para justificarem a matriz cisheterossexual, realocando sexualidades outras à posição de anormalidade, do atentado aos bons costumes e do pecado. Além de indexicalizar (Moita-Lopes, 2022) os valores coloniais que pregam o aniquilamento do outro, aquele considerado *diferente*, que vai além do *mero pregar* desse aniquilamento, mas configurando-se com “um ato de fala que, para além de representar ou descrever uma dada realidade, a produz” (Silva, 2019, p. 30).

Isis demonstra um pensamento crítico e decolonial ao refletir sobre como os efeitos discursivos de pessoas públicas afetam e influenciam as ações coletivas da sociedade, aludindo,

³² 1º vídeo: Deputado é transfóbico com Érika Hilton e causa tumulto em sessão que discute casamento homoafetivo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WSSSAYvAmHM>. Acesso em 17 de Out. de 2023.

2º vídeo: vereadora é alvo de ofensas transfóbicas de deputado bolsonarista em sessão da Alerj. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2022/05/6404021-video-vereadora-e-alvo-de-ofensas-transfobicas-de-deputado-bolsonarista-em-sessao-na-alerj.html>. Acesso em 02 de out. de 2023.

3º vídeo: Justiça determina retirada de vídeos com discurso homofóbico de André Valadao. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/justica-determina-retirada-de-videos-com-discurso-homofobico-de-andre-valadao/>. Acesso em 17 de Out. de 2023.

neste caso, a violência e o preconceito gerado. A aluna posiciona-se frente a esses discursos ao assumir uma atitude de compreensão da diversidade e da pluralidade presente na sociedade (Monte-Mór, 2019), deixando claro como o trabalho em sala de aula com as diferenças sociais contribui para o combate às injustiças sociais.

Ainda sobre as falas públicas exibidas, trago um fragmento em que a aluna Mabel comenta sobre a fala do pastor André Valadão.

Fragmento 06 – Trecho do artigo da aluna Mabel

O que mais me chamou atenção foi de ver no vídeo a fala do pastor de que deveria eliminar as pessoas que decidem ser Homoafetivos. Isso é algo que mecheu muito com o psicológico de varias pessoas homossexuais.

Fonte: dados gerados pela pesquisa (2023).

No fragmento acima, Mabel diz, em primeira pessoa do singular, que a fala que mais chamou a sua atenção foi a Pastor André Valadão, no enunciado em questão o pastor afirmou que os fiéis deviam fazer o papel de Deus e destruir o arco-íris, aludindo à comunidade LGBTQIA+, representada por uma bandeira com as cores do arco-íris. Corroborando com a indignação demonstrada por Isis, Mabel cita a saúde mental das pessoas LGBTQIA+, citando os distúrbios psicológicos acarretados por estas falas.

Como já argumentando, a comunidade LGBTQIA+ não sofre apenas atentados físicos, mas sofre constantemente com situações que põem em risco a saúde mental. Fatores como o receio de assumir-se uma pessoa LGBTQIA+, o *bullying* que começa desde muito cedo na vida de alguns, o medo de andar sozinho pelas ruas e os discursos que ferem essas vidas são alguns dos responsáveis por causarem a depressão, os distúrbios alimentares, o uso de drogas e as tentativas de suicídio (Sales; Lopes, 2023).

Inquieta-me o fato de a aluna argumentar que as pessoas decidem ser homoafetivos ou não, opondo-se as teorias atuais de sexualidades e gêneros. Pois, como já foi discutido no corpo deste trabalho, sexualidade não é uma escolha do indivíduo, mas um processo de identificação pessoal. Outro fator que merece destaque é o uso do substantivo *homossexuais* que, a meu ver, contém certa carga pejorativa. Ou seja, pressupõe-se a existência de uma subjetividade e marcas psíquicas próprias para designarem pessoas que se relacionam com o mesmo sexo (Costa, 1992), características que favoreceriam seus atos homoafetivos. Ao deparar com o uso destas terminologias nas respostas dos estudantes, percebo algumas falhas no planejamento e ações

desenvolvidas em sala de aula. Eu devia ter aprofundado no trabalho voltado para o âmbito conceitual em relação aos termos.

Nesta mesma perspectiva, a aluna Elia argumenta sobre as ações preconceituosas que levam pessoas desta comunidade a tirarem a própria vida.

Fragmento 07 – Trecho do artigo da aluna Elia.

No Brasil há mais de 50 mil pessoas que são lésbicas e homossexual. Existe muito preconceito da pessoas e julgamentos. Por isso que muitas delas tiram a própria vida, por não serem aceitas na sociedade brasileira.

Fonte: dados gerados pela pesquisa (2023).

Logo de início, Elia traz dados estáticos acerca da população homoafetiva no Brasil, mas não apresenta dados comprobatórios de tal pesquisa. Segundo dados divulgados pelo instituto *Datafolha* em parceria com a *Havaianas* e a *ONG All Out*, em 22 de setembro de 2022, 15,5 milhões de brasileiros assumem-se como LGBTQIA+³³. Assim, interpreto que o número apresentado pela aluna revela o seu reconhecimento acerca do grande número de pessoas homoafetivas no Brasil.

Élia também nos apresenta como o preconceito pode gerar distúrbios psicológicos. No Brasil, o apoio psicossocial para a comunidade LGBTQIA+ é um assunto que ainda merece debates mais amplos, bem como a formação de profissionais para atender este público em específico (Campos, 2021). Por ser uma comunidade historicamente marginalizada, a implementação de políticas públicas que contemplem as necessidades desta comunidade de forma satisfatória ainda é um sonho.

A aluna Maria, além de citar toda o contexto de violência e distúrbios mentais causados pela LGBTQIA+fobia, como já discutido, menciona as dificuldades que muitas dessas pessoas enfrentam em conseguir um emprego, em que muitas são demitidas ao assumirem sua identidade de gênero e encontram na prostituição um meio de vida.

Fragmento 08 – Trecho do artigo da aluna Maria.

Por causa disso muitos são assassinados outros entram em depressão, tem casos que tiram a própria vida. O preconceito muito grande contra os homens trans na sociedade acontece também em muitos casos, perdem emprego por não ser aceitos.

³³ 15,5 milhões de brasileiros são LGBTQIA+, segundo Datafolha. Disponível em: https://www.terra.com.br/nos/155-milhoes-de-brasileiros-sao-lgbtqia-segundo-datafolha,50427fa04ccce5f04343ba19f2fcaa33ocs3znjz.html?utm_source=clipboard. Acesso em 01 de Abr. de 2024.

Fragmento 09 – Trecho do artigo da aluna Carlinha.

Hoje em dia existe muito preconceito sobre a sexualidade das pessoas, o jeito de agir, a forma de se vestir, tudo leva a uma crítica para a sociedade. Muitas vezes acontecem casos de suicídio e, assassinato pela população, por não quererem aceitar a forma de vida de cada pessoa, considerando-se um absurdo para uns e para outros não.

Fonte: dados gerados pela pesquisa (2023)

Quando a discente disserta acerca do “jeito de agir, a forma de se vestir”, podemos compreender como a Colonialidade do Ser está arraigada em nosso meio. As nossas formas de portar-se socialmente e as vestimentas que usamos regulam nossos papéis de gênero (Butler, 2004), ou seja, ao *gênero masculino* cabe adequar-se às vestimentas e cores específicas destinadas a este gênero, o mesmo acontece com o *gênero feminino*.

Logo, ao destoarmos desta lógica operacional, infligiremos a matriz cisheterossexual colonial que dita configurações subjetivas, físicas e comportamentais, entendida como a Colonialidade do Ser, que consiste na “negação mais violenta da identidade” (Silva; Meniconi, 2023, p. 213) das comunidades originárias da América e de África em detrimento da identidade transmitida pelos grupos colonos, a imagem do homem caucasiano, cisheterossexual e eurocentrado.

No trecho trazido, a aluna faz uso do termo “aceitar”. Aqui reflito como as identidades são marcadas pelo senso de diferenciação social. Para Tomaz Tadeu da Silva (2017, p. 75): “Assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são, pois, inseparáveis”.

Em suma, vale dizer que ao me assumir como *homem gay*, este valor identitário só existe em consonância com a oposição gerada pelo valor identitário *homem cisheterossexual*. As identidades são geradas pela oposição existentes entre si, pois, ao me assumir como *homem gay* também equivale a dizer que não sou um *homem cisheterossexual* e/ou um *homem trans*. Neste raciocínio, o “aceitar” de Carlinha deixa claro como o eu tolerante existe em decorrência da oposição identitária provocada pela marcação e identificação do outro considerado tolerável.

No artigo de Vandson, verifico sua argumentação crítica acerca da colonização. Ele discute como as normas europeias moldaram a cultura brasileira:

Fragmento 10 – Trecho do artigo do aluno Vandson.

Brasil, país colonizado pelos europeus recebeu muito da cultura cristã católica europeia que influenciou diretamente o modo em que a população desenvolveu-se em sua maneira de pensar e principalmente de relacionar-se. Seguiu-se o “correto” ensinado pelos europeus, como por exemplo as relações de um casal hetero única aceita na sociedade por muito tempo na história.

Fonte: dados gerados pela pesquisa (2023).

Vandson mostra consciência de como o processo de colonização influenciou diretamente em nossas subjetividades, moldando nossos costumes, nossas tradições, nossas religiões, a organização social e a nossa forma de pensar, que normatiza nossas correntes “filosófica[s] e epistemológica[s], na qual os conhecimentos produzidos nos espaços escolares e acadêmicos satisfazem os interesses da classe dominante” (Silva; Meniconi, 2023, p. 213).

Ao mencionar o “‘correto’ ensinado pelos europeus”, o discente esclarece que culturas, organizações sociais, religiões e formas de construir conhecimentos dos povos originários foram estigmatizadas, demonizadas, consideradas inferiores e primitivas. Houve um epistemicídio dessas práticas sociais para que as dos grupos colonizadores fossem implementadas como as *corretas*, as únicas que deveriam ser seguidas e postas em exercício na sociedade.

O aluno usa o adjetivo “correto” entre aspas como recurso estilístico para trazer a figura de linguagem ironia. Ele demonstra um desenvolvimento crítico ao não concordar com este dito *o correto*, e faz o interlocutor do seu texto refletir o que de fato seria o *correto*. Assim, as escolhas linguísticas do aluno são capazes de demonstrarem um aprisionamento colonial ou um caminho para a resignificação. Fica perceptível, ao associar o referido trecho do artigo de opinião e as respostas dadas por Vandson ao questionário, que o aluno possuía, desde o início da pesquisa, uma consciência crítica acerca das discussões acerca das sexualidades outras. Entretanto, com o encaminhamento da pesquisa, o aluno passou a relacionar como os papéis de gêneros e de sexualidades são invenções e imposições coloniais.

Dito isso, o aluno argumenta que “as relações de um casal hetero” eram as únicas aceitas na sociedade, as consideradas *legítimas* e *corretas*. Perdura a performance dos papéis de gênero baseados em uma binaridade ontológica de classificação de corpos. O homem e a mulher, cada qual desempenhando seus atributos específicos, formavam a centralidade do casal com a justificativa biológica de gerarem filhos.

Nesse movimento performativo dos papéis de gêneros, imbrica-se a Colonialidade de Gênero (Lugones, 2014; 2020) que, como discutido na segunda seção, diz respeito às imposições do senso binário de gênero e dos papéis sociais e biológicos cabíveis que cada um

deveria desempenhar. Assim, a não concordância com o papel social e biológico correspondente a um dos gêneros, acarretava a desestruturação da matriz cisheterossexual e esses *não concordantes* eram perseguidos, julgados e impedidos de existirem, como acontece com a comunidade LGBTQIA+.

Trago agora o trecho do artigo de opinião do aluno Pedrin:

Fragmento 11 – Trecho do artigo do aluno Pedrin.

Não tenho nada contra a opção sexual de ninguém, inclusive tenho vários amigos e amigas que tem opções sexual diferente, isso não faz com que eles deixem de ser pessoas maravilhosas, honestas e amigos.

Fonte: dados gerados pela pesquisa (2023).

O trecho do artigo do discente Pedrin revela o contato dele com a comunidade LGBTQIA+, quando cita seus amigos e amigas que possuem uma sexualidade distinta da cisheterossexualidade. Em sua percepção, a sexualidade é vista como uma *opção*, algo que foi defendido pelo aluno em sua resposta à primeira questão do questionário, ao afirmar que a opção sexual é algo “que uma pessoa pode escolher durante sua vida” (Pedrin, 2024). Nessa perspectiva, o aluno não entende a sexualidade como um fator subjetivo, consistindo na troca de afetos entre as pessoas, mas como uma *escolha* que pode ser feita a qualquer momento.

Entrementes, Pedrin afirma que a sexualidade não influencia no caráter das pessoas, ao mencionar que possuir uma sexualidade diferente “não faz com que eles deixem de ser pessoas maravilhosas, honestas e amigos (Pedrin, 2023)”. Por meio deste excerto, é possível depreender que o aluno não enxerga as sexualidades outras como algo pecaminoso e/ou patológico. Ele destoa dos discursos pregadores da marginalização e da demonização dessas pessoas divergentes da matriz cisheterossexual, na medida em que ele é capaz de opinar sobre as pessoas com quem compartilha certo grau de proximidade.

A seguir, apresento um fragmento do aluno Pedrinho, em que, como alguns de seus colegas, escreve sobre o preconceito e o julgamento que a sociedade destina à comunidade LGBTQIA+.

Fragmento 12 – Trecho do artigo do aluno Pedrinho.

O Preconceito, na sociedade está de mais, muita gente julgando os transexuais, gays e as lésbicas, porque não os aceitam na sociedade. Tem gente que não quer eles na sociedade, fala que o mundo está bagunçado, que não está mais como antes, só que mais coisas mudam, nada e como antês, mas novos tempos novas leis.

Fonte: dados gerados pela pesquisa (2023).

Além de fazer referência ao preconceito e ao julgamento, Pedrinho traz uma concepção amplamente disseminada, ou seja, que “o mundo está bagunçado” em decorrência das manifestações corporais e sexuais distintas da matriz hegemonizada da cisheterossexualidade. O aluno alude ao fato de que a existência de identidades que não estão em conformidade com esta matriz põe em xeque os valores identitários hegemonizados na sociedade (Silva, T. T., 2017).

Seguindo este raciocínio, o aluno ainda diz “coisas mudam, nada e como antes, mas novos tempos novas leis”. Com esse fragmento, é possível compreender que o aluno não compartilha do conhecimento de que pessoas LGBTQIA+ existem há muito tempo (Trevisan, 2018), e que sexualidade outras foram aceitas em diversas culturas (Lugones, 2014; Trevisan, 2018).

Em minha visão, quando o aluno faz o uso da expressão “aceitar”, ele remete a um senso de reconhecimento, por parte da sociedade, da pluralidade de gêneros e de sexualidades. O “aceitar” aqui é uma consequência gerada por leis que regulamentam o direito de existência das pessoas, e ao não aceitarem serão punidos. Não porque as reconhecem como seres humanos detentores de direitos, como fica nítido nas palavras do discente: “Tem gente que não quer eles na sociedade” (Pedrinho, 2023).

Finalizo esta seção reconhecendo que um trabalho crítico decolonial em sala de aula é possível, por mais que eu tenha encontrado algumas dificuldades em trazer para as aulas discussões de temas necessários, incitando o alunado a participar das atividades e/ou encontrar brechas curriculares que permitissem o desenvolvimento do trabalho acerca das sexualidades e dos gênero. Foi uma missão que se tornou desafiadora por ser uma turma de alunos já adultos, em que a temática nunca foi trabalhada de forma aberta nas aulas anteriores de Língua Portuguesa. Enfatizo também o pouco tempo que me foi dado de aula, pois não é em um curto período que conseguimos trabalhar e refletir profundamente sobre algumas temáticas sociais.

Na próxima seção, apresento as análises e discussões acerca de algumas conversas que mantive com os discentes, de três campanhas produzidas por eles/elas e algumas passagens dos últimos diários reflexivos.

5. NOSSO GRITO EM CAMPANHA

“Naquele momento, uma certeza me veio à cabeça: Deus jamais condenaria um amor tão verdadeiro como o meu. Um sentimento puro como este, desprovido de qualquer preconceito, egoísmo, inveja, nojo ou seja lá o que mais, não pode ser pecado. Deus teria de ser insensível para me condenar ao inferno”.

- Nelson Luiz de Carvalho, *O terceiro travesseiro*.

Começo esta seção explicitando o seu título. Ao refletir sobre o gênero textual campanha, me veio à mente que as campanhas gritam com o intuito de chamar a atenção do seu interlocutor, a fim de persuadi-lo e/ou induzi-lo a alguma ação, seja para a compra de algum produto ou para a conscientização a favor de uma determinada ação social. Dessa maneira, como planejei em trabalhar o engajamento social dos discentes em combater a LGBTQIA+fobia com o referido gênero, percebi que eles gritavam, assim como eu, um pedido de amor, de afeto, de igualdade e de equidade em prol das pessoas da comunidade LGBTQIA+.

Em consonância a isso, trago a epígrafe acima por enxergar na referida passagem da obra *O terceiro travesseiro*, de Nelson Luiz de Carvalho, um momento de ebulição emocional do personagem ao pensar sobre o seu namoro com uma pessoa do mesmo sexo. Nesse momento, ao perceber que muitos de sua família e dos seus próximos não aceitavam a sua relação homoafetiva, o personagem reavalia a situação e passa a perceber que sua relação não acomete o mal a ninguém, mas que se tratava de um sentimento puro e digno.

Nesta seção, debato e analiso as conversas que mantive com os alunos participantes da pesquisa em um grupo criado no *WhatsApp*, três campanhas produzidas em grupo pelos discentes e algumas passagens dos diários reflexivos deles.

5.1 Ame sem preconceito!

Para começar, apresento algumas mensagens trocadas entre os discentes e eu, correspondentes à primeira atividade, desenvolvida no aplicativo digital de trocas de mensagens *WhatsApp*. A atividade consistia em os alunos apresentarem suas contribuições acerca de uma notícia que discorria sobre a demissão de um homem trans, em que o empregador alegou que a vaga era destinada a uma *pessoa do sexo masculino*³⁶.

³⁶ Após ser contratado, homem trans é demitido de empresa em PE: 'cota de pessoas diferentes atendida'. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/apos-ser-contratado-homem-trans-demitido-de-empresa-em-pe-cota-de-pessoas-diferentes-atendida-1-25106234>. Acesso em 29 de fev. 2024.

Figura 10 - Notícia sobre homem trans demitido



Fonte: <https://oglobo.globo.com/politica/apos-ser-contratado-homem-trans-demitido-de-empresa-em-pe-cota-de-pessoas-diferentes-atendida-1-25106234>.

Para iniciar as discussões, enviei a notícia e fiz as seguintes indagações: O que vocês acham disso? Na opinião de vocês, por que a sexualidade dele influenciou na questão do emprego?

A fim de preservar a identidade dos participantes da pesquisa e os contatos deles, faço a transcrição das mensagens enviadas em respostas as primeiras indagações feitas sobre a notícia. Assim como as transcrições da seção anterior, não realizei correções gramaticais ou ortográficas, a fim de preservar a originalidade das respostas. Saliento que essa primeira atividade foi respondida por seis dos doze alunos citados nas análises e discussões do capítulo anterior. A primeira a responder a atividade foi a aluna Mabel.

Mabel: Influenciou por causa do preconceito do idiota do dono da empresa.

Pesquisador: Qual é esse tipo de preconceito?

Mabel: Homofobia (Mensagens da aluna via *WhatsApp*, Novembro de 2023).

Em sua primeira mensagem, Mabel faz o uso do adjetivo “idiota” para se referir ao dono da empresa. Provavelmente, o termo foi empregado em uma tentativa de a aluna demonstrar empatia pela vítima, em uma reclusa e indignação à ação por meio desse termo. Mesmo que a aluna reconheça que o empregador tenha demonstrado uma atitude de teor preconceituoso, inicialmente não faz menção a que tipo de preconceito se refere. Dessa maneira, questiono a aluna e ela afirma ter sido um caso de homofobia.

Por mais que a notícia traga como título: *Após ser contratado, homem trans é demitido de empresa em PE*, Mabel não reconhece o uso da palavra trans para se referir a pessoas que não se identificam com o sexo e gênero que lhe foi atribuído no nascimento. A aluna entende a situação como um caso de homofobia e não de transfobia. Desse modo, compreendo que, possivelmente, Mabel não tem consciência que os atos de ódio e de violência verbal e/ou física destinados a pessoas trans e homoafetivas são marcados por características específicas, ou seja, enquanto pessoas trans sofrem em decorrência da não aceitação da norma binária que classificam seus corpos em masculino e/ou feminino; pessoas homoafetivas, na maioria das vezes, concordam com o sexo que lhe foi atribuído ao nascerem, mas destoam da matriz cisheteronormativa ao manter laços afetivos e sexuais com sujeitos do mesmo sexo.

Nessa linha de raciocínio, afirmo que há um certo *apagamento de vidas trans*. Aqui, quando digo apagamento me refiro não somente ao silenciamento da voz dessas pessoas, mas também à invisibilidade dos crimes de ódios direcionados a essas pessoas. Na maioria das vezes, são classificados como outros crimes, a exemplo de Mabel que denominou a ação de exoneração de um homem trans de seu emprego como homofobia. Há um movimento, por parte da sociedade, em enxergar a questão da atração sexual da pessoa, e não a sua identificação de gênero.

Conforme pondera Actis (2020, s/p):

O entendimento da homofobia fica ligado à orientação sexual do indivíduo, de forma direta à atração física-afetiva. A forma identificada como espécime de rejeição, aversão, desprezo e impugnação de forma direta ou indireta aos indivíduos que estão adstritos na necessidade de serem reconhecidos como próprios e indiferentes da sociedade atual. Sendo reconhecida como um determinado medo irracional, diante da homossexualidade ou pessoa homossexual podendo, muitas vezes, utilizar da prática de influir inferioridade à vítima e até mesmo violência física ou verbal para repelir a insatisfação do mal interpretado, uma “anormalidade” diante da sociedade [...] que reverbera o homofóbico como indivíduo que vê patologias ao homossexual. Portanto, em necessidade doutrinária de desmistificação é devido definir a Transfobia não como uma repulsa à orientação sexual, e sim em termos da identidade de gênero, que se recai em Travestis, Transexuais e Transgêneros... (Actis, 2020, s/p).

Fica evidente que há uma necessidade de distinguir os casos de transfobia dos casos de homofobia, pois este equívoco acarreta o esquecimento da luta e das conquistas trans. Enfrentamentos que começam desde a identificação da criança como uma pessoa trans. Por meio dessas considerações, percebo que a pesquisa não conseguiu mostrar à Mabel a distinção entre transfobia e homofobia.

Continuando com as respostas acerca da notícia de demissão de um homem trans, o aluno Luciano foi o segundo a responder.

Luciano: Influenciou que o empregador tinha mudado de ideia por conta qui tinha pessoas diferentes.

Pesquisador: Que pessoas eram essas?

Luciano: As pessoas que eles tavam contratando para trabalhar no emprego (Mensagens do aluno via *WhatsApp*, Novembro de 2023).

As mensagens de Luciano ganham sentido completo quando lemos a notícia por inteiro. O aluno, ao afirmar que o empregador mudou de ideia em decorrência da não conformidade do homem trans com as vagas que estavam sendo ofertadas, dialoga com a justificativa dada pelo empregador de que “a vaga era destinada a uma pessoa do sexo masculino”.

Luciano deixa transparecer o local de *outridade* (Kilomba, 2019) a qual Eduardo (o homem trans exonerado) foi realocado ao ser reconhecido como diferente das especificidades da pessoa a qual a vaga era destinada, um macho dentro do espectro biologicistas da binaridade macho e fêmea. Ele não é reconhecido como homem trans, o que é reforçado quando o empregador afirma que “a cota de pessoas diferentes já está atendida e completa”, ficando subentendido que a identidade de gênero assumida por Eduardo não é reconhecida, mas é considerada um desvio dos padrões cisheteronormativos baseados na binaridade de gênero e sexo.

Essas considerações transparecem como a colonialidade do ser dita padrões de conformidade com o gênero ao qual somos designados, regulando a nossa aparência, as nossas vestimentas e os nossos comportamentos sociais. Esses padrões, ao serem impostos e reproduzidos em nossa sociedade, não admitem as existências de *vidas outras*, impelidas ao lugar de subalternidade e marginalização social, além de sofrerem com a patologização, uma vez que não estão de acordo com a *natureza humana*.

Assim, Eduardo ao ser identificado como um homem trans pelo empregador, não é legitimado como *homem* em seus atributos sociais e ontológicos reconhecidos, mas como uma *pessoa diferente*. Logo, é impedido de exercer as atividades trabalhistas definidas para a função da vaga de emprego a qual foi contrato, cabendo somente a um *homem*, possivelmente cisheterossexual, desempenhá-las.

Neste momento, partimos para as mensagens trocadas com a aluna Elia:

Elia: [...] na minha opinião ouvir preconceito do empregador por ele ser um homem trans.

Elia: E por isso não conseguir a vaga de emprego.

Pesquisador: Se você fosse o empregador, contrataria uma pessoa trans?

Elia: Sim.

Elia: Por mim ele é uma pessoa normal eu acho que o respeito é tudo um pelo outro (Mensagens da aluna via *WhatsApp*, Novembro de 2023).

Na primeira e na segunda mensagem, Elia reconhece o caráter preconceituoso da atitude tomada pelo empregador, impossibilitando um homem trans de conseguir a vaga de emprego. Ao ser indagada se contrataria uma pessoa trans, a aluna responde com a assertiva “sim”. Em sua última mensagem, ela discorre que Eduardo é uma pessoa “normal” e que o respeito entre as pessoas é essencial.

Em suas respostas, Elia não toma fatores ontológicos para a classificação de Eduardo, reconhecendo a sua identidade de gênero. Entretanto, não é possível ver um posicionamento mais profundo em relação a identidades de gêneros dissidentes, ela limita-se a atribuir o caráter de *normalidade* às pessoas trans e afirma a existência dessas pessoas. Entretanto, recaímos, mais uma vez, na questão de normalidade de diferença (Silva, T. T. , 2017), em que nossas identidades são marcadas por diferenças estabelecidas pelas relações de poder presentes na sociedade, tomando como normalidade as identidades que foram hegemônicas. Nesse contexto, o diferente a mim só existe a partir do momento que me assumo com uma determinada identidade.

Do mesmo modo como aqueles que se reconhecem como cisheterossexuais estudam, trabalham e constroem uma família, pessoas transsexuais também necessitam de uma base igualitária de direitos civis que garantam o seu acesso às instituições de ensino, a inserção no mercado de trabalho e o exercer pleno de cidadania. Nessa perspectiva, como a atriz trans Dominique Jackson disse, em um discurso proferido ao receber o *Prêmio Nacional de Igualdade*, no 23º Jantar Nacional Anual do HRC (*Human Rights Campaign*)³⁷, em 2021: “Nós todos somos seres humanos. É sobre inclusão. E eu nunca vou pedir para vocês me respeitarem. Eu vou exigir” (Jackson, 2021).

São falas como a de Jackson que ressoam as barreiras sociais que pessoas trans enfrentam dia após dia. Em sua maioria, não consegue emprego e encontram a prostituição como o único meio de vida. Segundo dados mostrados por Bruna Benevides (2021)³⁸:

³⁷ Visibilidade Trans | Discurso histórico de Dominique Jackson | “Eu vou exigir respeito!”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Em6IMB2gU1E>. Acesso em 04 de Mar. de 2024.

³⁸ 90% da população trans no Brasil tem prostituição como fonte de renda. Disponível em: <https://edicaodobrasil.com.br/2021/05/28/90-da-populacao-trans-no-brasil-tem-prostituicao-como-fonte-de-renda/#:~:text=Estima%2Dse%20que%2090%25%20da,no%20mercado%20formal%20de%20trabalho>. Acesso: 04 de Mar. de 2024.

Estima-se que 90% da população trans no Brasil tem a prostituição como fonte de renda e única possibilidade de subsistência. Esse índice é causado por diversos fatores, dentre eles a dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho. Além da deficiência na qualificação profissional causada pela exclusão social, familiar e escolar (Benevides, 2021, s/p).

Não é por acaso que a parcela trans da comunidade LGBTQIA+ brasileira é a que mais possui índices de assassinatos, como já dito. Ao saírem pelas ruas ficam à mercê da violência, do tráfico, do crime e de doenças sexualmente transmissíveis. Relato este que é feito na série de Tv estadunidense *Pose* (2018 – 2021), ao mostrar as vivências de transexuais e de travestis nos anos 80, na cidade de Nova York, época marcada pela epidemia de AIDS. Quando não morriam em decorrência de alguma doença contraída, desapareciam e eram encontradas sem vida, a exemplo de Luísa Pantaleão, mulher trans alagoana, nascida no município de Pão de Açúcar, encontrada morta com golpes de canivete, em São Paulo³⁹.

Figura 11 - Notícia sobre mulher trans alagoana assassinada

Trans de Alagoas é morta com golpes de canivete por motorista de aplicativo em São Paulo

Anna Luísa Pantaleão, natural de Pão de Açúcar, no Sertão de Alagoas estava desaparecida desde dia 4 deste mês

Por **Tribuna Hoje**
20/09/2023 08h58



Anna Luísa Pantaleão, 19 anos - Foto: Reprodução

Fonte: <https://tribunahoje.com/noticias/policia/2023/09/20/126634-trans-de-alagoas-e-morta-com-golpes-de-canivete-por-motorista-de-aplicativo-em-sao-paulo>.

Concordando com o direito de Eduardo assumir a vaga de trabalho a qual tinha sido selecionado, as respostas dos discentes Vandson, Isis e Barbara demonstram um senso de solidariedade em relação à situação apresentada, como podemos verificar a seguir:

³⁹ Trans de Alagoas é morta com golpes de canivete por motorista de aplicativo em São Paulo. Disponível em: <https://tribunahoje.com/noticias/policia/2023/09/20/126634-trans-de-alagoas-e-morta-com-golpes-de-canivete-por-motorista-de-aplicativo-em-sao-paulo>. Acesso em 04 de Mar. de 2024.

Vandson: Eu acho uma falta de respeito; pq mesmo ele sendo trans, ele poderia sim assumir o cargo do emprego.

Isis: Sobre o caso do rapaz acho uma falta de respeito ele é um ser humano ele teve a escolha dele e ninguém vai muda o jeito dele de ser trans sexual (sic) nada a ver com o trabalho ele poderá trabalhar normalmente como qualquer pessoa.

Barbara: Eu acho injusto. Porque ele sendo trans ou não, ele é um profissional igual qualquer outro! Independente do gênero e sexualidade (Mensagens dos alunos via *WhatsApp*, Novembro de 2023).

As palavras de Vandson chamam a minha atenção quando ele diz “mesmo ele sendo trans”. Pois, por mais que a pessoa se reconheça e assuma uma identidade trans perante a sociedade, precisamos ter a conscientização de que ela é um ser humano e não um sujeito marcado por características específicas que a realocam a posição de subalternidade e marginalidade. Ir contra esse pensamento é essencial para desconstruirmos estereótipos construídos historicamente tendo como base uma padronização e classificação binária da sociedade em raça, gênero e sexualidade.

Também percebo que Isis ainda compartilha da concepção de que gênero e sexualidade são uma escolha, nos remetendo a um movimento de troca entre opções de sexualidade que pode acontecer na vida das pessoas. Assim, a aluna vai contra as teorias atuais de sexualidades e gêneros, como já explicitado anteriormente neste trabalho.

Os alunos deixam transparecer os seus descontentamentos com a atitude do empregador, classificando a atitude como uma “falta de respeito” e injusta. Eles consideram que a identidade de gênero assumida e performada (Butler, 2018) por Eduardo não é um obstáculo para as atribuições do emprego. Ou seja, os discentes não partem de concepções binárias de sexo e gênero para discorrerem sobre os direitos trabalhistas de Eduardo, principalmente Barbara ao afirmar que “ele é um profissional igual qualquer outro!”, revelando o julgamento infringido a Eduardo, um julgamento que não o avalia como um sujeito capaz de exercer as funções da vaga de emprego enquanto profissional, mas parte de fatores que posicionam a vaga a um espaço masculino baseado em características ontológicas, em que a existência de um pênis é fundamental para classificar o corpo como masculino ou não.

Nessa perspectiva, existe um senso, por parte da sociedade, que, costumeiramente, destina cursos e profissões específicos ao sexo masculino e ao sexo feminino. A exemplo da medicina, da engenharia e da mecânica, consideradas de domínio masculino; e as consideradas de domínio feminino como cozinheira, recepcionista e doméstica.

Por meio dessa distinção de atribuições trabalhistas (Palhares; Nicoli, 2021), a colonialidade de gênero (Lugones, 2021) também é evidenciada, uma vez que atribui papéis específicos a serem desempenhados pelos gêneros binários, deixando aquelas profissões que exigem uma maior demanda de *concentração* e *dedicação* e são bem remuneradas financeiramente ao sujeito másculo, como a medicina; e as consideradas menos remuneradas e que não exigem muita concentração, relegadas à feminilidade. Tal concepção surge por meio da hegemonização do patriarcado em nossa sociedade, em que a mulher é enxergada como a que fica em casa, a que cuida e a que zela, não realizando trabalhos que demandariam esforços; já o homem, sai em busca de trabalho para sustentar a família, é o líder, e como líder desempenha e assume cargos de lideranças e que exigem força braçal.

Um trabalho que dialoga sobre a regulação do trabalho entre os gêneros é a dissertação de Júlia Omena (2024), que fala sobre como estas distinções de trabalhos começam desde os cursos profissionalizantes, citando como exemplo o curso de Mecânica do Instituto Federal de Alagoas, em que a maioria dos ingressantes são do sexo masculino e consideram a mecânica uma área masculina.

Para a segunda atividade via *WhatsApp*, selecionei uma notícia que mostrava o cotidiano de um casal homoafetivo masculino após adotar três irmãos⁴⁰.

Figura 12 - Notícia sobre adoção de irmãos por um casal homoafetivo



⁴⁰“Fomos chamados de pais no primeiro encontro”, diz professor gay que adotou 3 irmãos. Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/fomos-chamados-de-pais-no-primeiro-encontro-diz-professor-gay-que-adotou-3-irmaos,8d53f6ce55f92b2a6acfefebf6d0739fefawvn2u.html>. Acesso em 4 de Mar. de 2024.

Fonte: <https://www.terra.com.br/nos/fomos-chamados-de-pais-no-primeiro-encontro-diz-professor-gay-que-adotou-3-irmaos,8d53f6ce55f92b2a6acfebf6d0739fefawvn2u.html>. Acesso em 04 de mar. 2024.

Depois de enviar a notícia no grupo, fiz o seguinte questionamento: O que vocês acham da adoção de crianças por casais gay? Por quê? Nesta atividade, mais seis alunos participaram.

O aluno José foi o primeiro a responder. Assim, trago a transcrição da minha interação com ele.

José: eu axo errado.

José: porque se fosse pra dois gay ter filhos eles tinha entre eles tendo relação.

Pesquisador: Mas, enquanto seres humanos, eles não poderiam ter direito igualitário de adoção? Ou em sua percepção isso os tornam como sujeitos não adequados para os cuidados de uma criança?

José: não eu so axo q sim eles tem direito sim mas nao e normal.

José: eles podem ter mas cuidado que muintos pais sim so que pra min não e uma coisa normal.

Pesquisador: Você acha que normal é uma coisa que muda a depender nossa cultura e religião ou é uma coisa que todos nós temos que seguir?

José: pra min a forma q eu falei normal e tipo filho e gerado entre um homem e uma mulher se um deles tivesse útero ai sim era normal.

José: so minha opinião (Mensagens do aluno via *WhatsApp*, Novembro de 2023).

Da mesma forma que José se posicionava em atividades anteriores, vemos, nesta troca de mensagens via *WhatsApp*, que ao aluno mantém o pensamento anterior acerca de sexualidades e gêneros. Ele julga a corporeidade como alicerce fundamental para a classificação binária de sexo e gênero. Sua percepção é reforçada quando defende relação cisheterossexual como o princípio da geração de filhos, ao dizer: “se fosse pra dois gay ter filhos eles tinha entre eles tendo relação”.

Mesmo que o aluno reconheça e afirme que casais homoafetivos têm o direito de adotarem, ele interpreta, mais uma vez, a relação homoafetiva como anormalidade, pois não é um filho gerado por meio das relações mantidas por este casal e um deles não possui o outro órgão necessário para a gestação como ele afirma: “se um deles tivesse útero ai(sic) sim era normal”.

Em minha concepção, as assertivas de José partem de um julgamento colonial, religioso e ontológico que hegemonizaram a imagem de um casal composto por um homem e uma mulher, pois “em nossa sociedade ainda há a crença de que a heterossexualidade é natural, em seu aspecto biológico e divino, e que, sendo assim, é a ‘fórmula’ para o relacionamento entre homens e mulheres” (Santos-Filho, 2012, p. 22, grifos do autor). Acredito ainda que, a análise

do fragmento, leva-me a compreensão de que as relações que têm por finalidade os prazeres carnavais não é enxergada com bons olhos, ela é interdita, recaindo sobre si o estigma da devassidão e do pecado (Bataille, 2017), cabendo ao ato sexual o conceber divino de um novo ser, resultante da junção de ambas as partes, no caso o homem e a mulher.

Contrapondo esse senso de anormalidade defendido por José, as alunas Barbara, Maria e Isis posicionaram-se a favor da adoção de crianças por casais homoafetivos, como podemos perceber nas suas falas:

Barbara: Não, até porque se um casal hetero tem direito de adotar uma criança, um casal gay também terá.

Maria: Bom, no meu ponto de vista um casal gay pode sim adotar crianças, afinal todo mundo sabe que adoção é um grande processo e eles sempre se apaixonam pelas crianças antes de convívio e o msm amor que um casal hétero pode dá eles tbm podem, sem flr que tão dando um futuro para essas crianças, ent no meu ver, eles podem sim e devem, o mundo precisa de amor não de julgamentos.

Isis: No meu ponto de vista é super normal a adoção por casais gays, pq o que importa não é sobre quem adotou e sim sobre o amor o carinho e o respeito de quem esta ali cheio de esperança pra dar um lar para tantas crianças que também estão nessa espera de encontrar uma família (Mensagens das aulas via *WhatsApp*, Novembro de 2023).

Barbara discorre sobre os direitos igualitários de adoção entre um casal cisheterossexual e um casal homoafetivo, alegando que precisam prevalecer os mesmos direitos. Percebo que a aluna vai de encontro com a matriz cisheterossexual ao reconhecer a adoção por casais homoafetivos, demonstrando um posicionamento decolonial ao contestar a anormalidade direcionada a um casal composto por pessoas do mesmo sexo em constituir uma família. Nesse sentido, Barbara age como agente de quebra dos “modelos de interpretação e de ação que se logram de oposições que não permitem o risco, a mudança e a compreensão de que há vida fora dos circuitos hierarquizantes e supremacistas da moral restritiva” (Teixeira, 2021, p. 96), ou seja, da matriz cisheterossexual.

Em uma pesquisa divulgada em 2023, na página do *G1*, principal meio de notícias da *Rede Globo*⁴¹, foi possível constatar que o número de adoções no Brasil dobrou em consequência da procura de casais homoafetivos. A habilitação de casais homoafetivos para adoção de crianças, no Brasil, é autorizada desde 2015, pelo Supremo Tribunal Federal, mas,

⁴¹ Casais homoafetivos ajudam a dobrar o número de adoções no Brasil nos últimos 4 anos. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/06/29/casais-homoafetivos-ajudam-a-dobrar-o-numero-de-adocoes-no-brasil-nos-ultimos-4-anos.ghtml>. Acesso em 05 de Mar. de 2024.

vale ressaltar que ainda enfrentam grandes desafios e resistências dos setores que assumem um caráter conservador de família.

Vivemos em uma sociedade fluída e heterogênea, em que os construtos sociais do que é uma família ganham novos moldes (Moita-Lopes, 2006). A percepção dominante e conservadora da família composta por membros que compartilham os mesmos laços sanguíneos alicerçada na imagem de um pai (sujeito masculino), de uma mãe (sujeito feminino) e sua prole passa a não corresponder com as demandas sociais atuais, marcadas pelas novas formas de organização que não tomam como princípios básicos os fatores biológicos e de parentescos para formarem um *ceio familiar*. Dessa forma,

observam-se, nos planos socioeconômico e cultural, várias mudanças ocorridas sob a égide do processo de globalização da economia capitalista que interferem na dinâmica e na estrutura familiar, provocando alterações no padrão tradicional de organização. Assim, na perspectiva de se contemplar a diversidade de relações de pessoas que convivem na sociedade, tornou-se mais apropriado falar em ‘famílias’ (Meireles; Teixeira, S. M. , 2014, p. 39, grifos dos autores).

Mediante essas ponderações, compactuo de que as famílias atuais são formadas por meio de laços afetivos sociáveis que concatenam na construção de uma relação alicerçada pela valorização do amor e da fraternidade trocadas por um grupo de pessoas (Meireles; S. M. Teixeira, 2014) e o reconhecimento desses indivíduos como membros constituintes de uma família. Assim, as palavras de Maria e Isis caminham em direção a esse raciocínio. Maria quando menciona que um casal gay também pode demonstrar “o msm amor que um casal hétero”; e especialmente Isis, ao afirmar que “o que importa não é sobre quem adotou e sim sobre o amor o carinho e o respeito de quem está ali cheio de esperança pra dar um lar para tantas crianças que também estão nessa espera de encontrar uma família”.

Apreendo que as discentes tomam como pilar essencial a troca de afetos na formação de uma família e não fatores biológicos. Fatores esses que também serviram de base para determinarem os papéis de gêneros a serem performados (Butler, 2022) dentro do *ceio familiar*: o pai, o sujeito de portes físicos e sociais cabíveis ao sujeito masculino; e a mãe, a fígura feminina, dona de casa e cuidadora da prole.

Nessa mesma direção, Carlinha, Pedrinho e Pedrin argumentam sobre a troca de afetos e fraternidade no construto de uma família composta por um casal homoafetivo.

Carlinha: Tem casais como dizem normais entre aspas né q(sic) n(sic) tem uma criação boa e pessoas do mesmo sexo q(sic) educam e tem uma criação

melhor pq n existe diferença entre ambos o cuidado e o amor é mais importante.

Pedrinho: Eu acho normal, pq qualquer casal como um casal de hetero, lésbica e gey o que importa é o carinhos com os filhos.

Pedrin: Sobre esse assunto eu acho bem legal/Um casal de gay ou lésbica/ Ter seus filhos/ Eles sabendo q tipo as crianças podem achar estranho a convivência de seus pais serem gays ou lésbica/ Mas eles podem se acostumar com a convivência do casal em casa (Mensagens dos alunos via *WhatsApp*, Novembro de 2023).

As mensagens transcritas demonstram como esses alunos possuem consciência da diversidade de famílias, estruturadas por fatores que transcendem os laços consanguíneos e o núcleo cisheterossexual. Por meio de afirmações como essas, verifico como a pesquisa-ação atuou na intervenção da realidade discente, uma vez que estamos situados e imersos em uma sociedade patriarcal fechada para formas outras de reprodução da vida humana. Nesse sentido, a reprodução humana não está mais fadada à união convencional, por meio do coito sexual hetero, de um óvulo e de um espermatozoide, mas está aberta também à fertilização em vitro, método utilizado por muitos casais homoafetivos que desejam ter filhos.

O trabalho aqui desenvolvido, mediado pelo viés do Letramento Crítico Decolonial, procurou as brechas (Duboc, 2015) por meio das quais seria possível injetar pequenas doses de visões outras de mundo. Visões que discrepam do senso engessado e conservador de uma sociedade erguida por meio de princípios patriarcais, machistas, racistas e eurocentrados que hegemonizaram uma imagem de mundo pautada em classificação, subalternização, marginalização, estigmatização e patologização dos povos, em diversos locais do mundo. Como foi possível perceber nas mensagens de Barbara, Maria, Isis, Carlinha, Pedrinho e Pedrin, que conseguiram enxergar novos horizontes para a constituição de uma família.

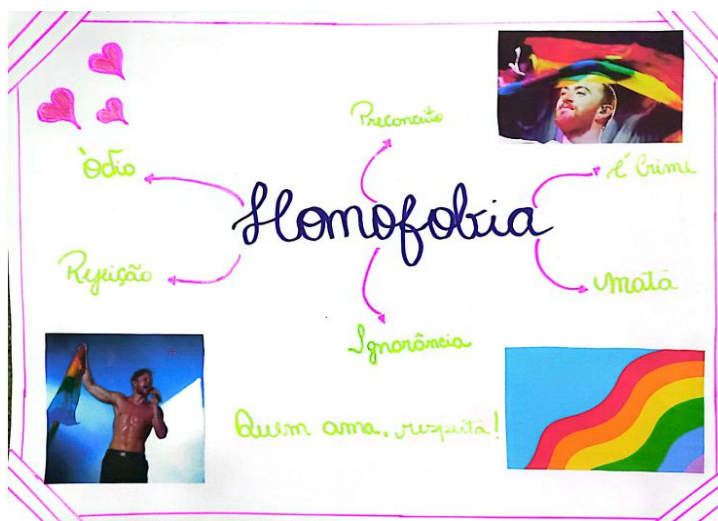
Para fazer com que a teoria do Letramento Crítico Decolonial intervisse na realidade dos discentes sem que eu fosse julgado como um professor que deixou os conteúdos da disciplina de Língua Portuguesa de lado, encontrei brechas curriculares que permitiram o trazer da teoria à sala de aula. Uma dessas brechas foi a possibilidade de exercitar a interpretação textual dos alunos com notícias tematizadas por causas da comunidade LGBTQIA+, como as notícias discutidas nas conversas via *WhatsApp*.

Após as interações entre os alunos e eu, via *WhatsApp*, embrenhamo-nos pelo gênero textual campanha, tendo como suporte o cartaz. Para a realização das campanhas, a turma foi dividida em três grupos; levei cartolina, tintas, pinceis, tesouras, cola, marcadores de texto e algumas imagens impressas que mostravam pessoas e ativistas LGBTQIA+ reconhecidos no Brasil e no mundo.

Ressalto a participação de outros alunos que não participaram das demais etapas da pesquisa, pois, conforme explicado anteriormente, a turma toda não estava presente na maioria das aulas. Dessa forma, selecionei as produções dos doze alunos que participaram de todas as atividades propostas no desenvolvimento da pesquisa.

Perante tais peculiaridades, não especificarei quais discentes foram componentes dos grupos, uma vez que os demais não participaram das atividades anteriores. O intuito aqui é mostrar a evolução crítica da turma, mediante as discussões apresentadas, que culminou em uma campanha de conscientização sobre as vivências da comunidade LGBTQIA+, mesmo que alguns dos discentes não tenham mudado sua percepção de mundo, a exemplo de José. Abaixo, apresento a campanha produzida pelo grupo 1, com destaque para o termo *Homofobia*.

Figura 13 - Campanha produzida pelo grupo 01



Fonte: dados gerados pela pesquisa (2023).

Os discentes fazem o uso de elementos imagéticos associados a comunidade LGBTQIA+. Além das tradicionais cores da bandeira representativa da comunidade, em formato de arco-íris, trazem a imagem do cantor inglês Sam Smith, segurando a bandeira da comunidade, no canto superior direito; e, no canto inferior esquerdo, a imagem do vocalista da banda norte-americana *Imagine Dragons*, Dan Reynolds, ostentando a mesma bandeira. Ambos os artistas são militantes das causas LGBTQIA+. Especialmente Sam, assumidamente não-binário e que vem quebrando padrões de gêneros em seus clips musicais e shows.

É notória a habilidade do grupo no uso de tais imagens. Ao remeter a um conjunto de cores específicas e ao apresentar artistas que assumem uma postura militante, imediatamente percebe-se a intenção grupo em chamar a atenção do interlocutor a um grupo exclusivo da

sociedade, a comunidade LGBTQIA+. No centro da campanha, destaca-se o termo *Homofobia*, rodeado de setas que indicam consequências geradas por atos homofóbicos: o ódio, o preconceito, o crime, a morte, a ignorância e a rejeição.

Os discentes propõem refletir acerca dessas consequências que infringem vidas outras. Dessa forma, como o objetivo principal de uma campanha é persuadir a uma determinada causa social, levando “as pessoas a uma atitude ou a um comportamento diante de um problema social” (Souza, 2017, p. 26), posso afirmar que a atitude tomada pela primeira campanha é alertar as pessoas sobre essas consequências que atentam vidas humanas, submetendo-as à marginalização social e a um sofrimento físico e mental que desencadeia diversas sequelas. Como o caso de Lucas, um adolescente de 16 anos, que se suicidou após receber ataques homofóbicos em um vídeo publicado nas plataformas digitais⁴², pois seus atos performativos não eram considerados *masculinos*.

Figura 14 - Notícia sobre o suicídio de Lucas



Fonte: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/08/06/jovem-se-suicidou-apos-odio-viral-no-tiktok-caso-acende-alerta-sobre-redes.htm>.

A primeira campanha relaciona-se com esse acontecimento, denunciando essas ações homofóbicas mediadas pela colonialidade, partindo de percepções “de mundo que estão fundamentadas nas fundações das chamadas nações ocidentais capitalistas e que são

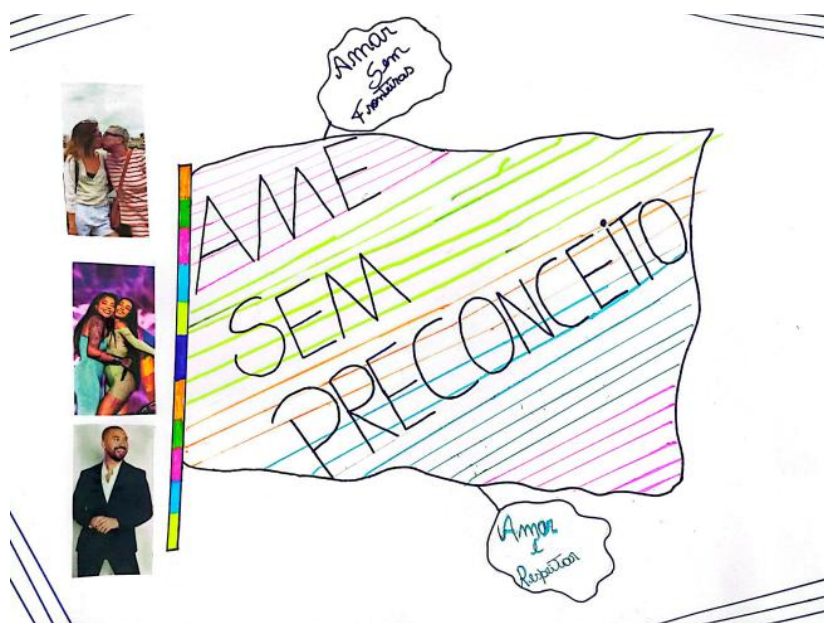
⁴² O ódio viral que levou adolescente à morte: caso acende alerta sobre redes. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/08/06/jovem-se-suicidou-apos-odio-viral-no-tiktok-caso-acende-alerta-sobre-redes.htm>. Acesso em 06 de Mar. de 2024.

reproduzidas em todas as suas instâncias como família, escola, igreja, mídia, etc.” (Souza J. S.; Oliveira, 2022, p. 194).

Ainda, nessa primeira campanha, há a seguinte frase: “Quem ama, respeita!”. Compreendo que essa afirmativa pode ser interpretada como um maneira de aludir a um senso de sentimentalidade humana que pode ultrapassar as barreiras sociais impostas, na tentativa de realocar as pessoas dissidentes da matriz cisheterossexual a um posto de humanidade. E, ao serem reconhecidas como seres humanos dotados de pensamentos, de afetos e de sentimentos, passamos a repudiar as classificações sociais de inferiorização social que “atende aos interesses de escravização moderna e à subordinação contemporânea dos/as que são marcadas por suas presenças anunciadas como dissidentes” (Teixeira, 2021, p. 34).

Passo agora para a segunda campanha, que tem como centralidade a frase: “Ame sem preconceito”.

Figura 15 - Campanha produzida pelo grupo 02



Fonte: dados gerados pela pesquisa (2023).

Na campanha acima, assim como a primeira, os discentes fazem uso de cores que remetem à bandeira LGBTQIA+ e traz personalidades públicas militantes das causas da comunidade. No lado esquerdo, de cima para baixo temos um casal se beijando, a cantora Ludmila e sua namorada se abraçando e o ex-participante do Big Brother Brasil, Gil do Vigor.

Vemos o desenho de uma bandeira colorida sustentada por um mastro também colorido. No centro, temos os dizeres grafados em maiúsculas: “AME SEM PRECONCEITO”. É possível interpretar tais dizeres como uma tentativa do grupo em dar ênfase ao direito de amar das pessoas, em que o preconceito não deve preencher as ações afetivas entre os humanos. É evidente a postura crítica do grupo, pedindo que o preconceito seja deixado de lado, que tomemos como base os direitos humanos básicos de amar e ser amado, e que não sofram por manifestar nossos sentimentos. Como medida de reforçar esse posicionamento, existem outras frases que rodeiam a bandeira: “Amar Sem Fronteiras”, acima da bandeira; e, “Amar é Respeitar”, abaixo da bandeira.

Interpreto a expressão “Amar Sem Fronteiras” como um meio de enxergarmos para além das fronteiras que foram delimitadas pela matriz cisheterossexual, passando a incluir formas outras de afetos, de sexualidades e de gêneros. Assim, a campanha expande os horizontes dos interlocutores por meio da viabilização da maior luta da comunidade LGBTQIA+, a de formarem casais e possuírem os mesmos direitos civis que os casais cisheterossexuais.

O grupo toma a posição de ativista, agindo com “protagonismo na produção de inteligibilidades sobre corpos e subjetividades marginalizadas a fim de lhes possibilitar a reflexão sobre formas de superar essas relações de opressão” (Bezerra, F. 2023, p. 173) estabelecidas pelo padrão binário e eurocentrado da cisheterossexualidade. É nesse ponto que o trabalho do Letramento Crítico, guiado pela decolonialidade, age na conscientização dos estudantes em compreenderem a diversidade presente em nossa sociedade, e ao entenderem que corpos e subjetividades humanas são marginalizadas em decorrência de serem quem são.

Ao considerarmos que essas interações sociais são atravessadas pela linguagem, verificamos como esta se estabelece como um mecanismo de poder, como reguladora dos corpos e subjetividades humanas, reproduzindo e disseminando discursos (Borges; Melo, 2019) dotados de ideologias coloniais. Assim, as campanhas atuam como uma intervenção da realidade, em que linguagem desafia esses discursos coloniais reguladores.

Diante disso, considero que a pesquisa-ação demonstrou seu caráter interventivo por meio das campanhas, pois os grupos maturaram seus posicionamentos e reconheceram a comunidade LGBTQIA+ como seres humanos detentores de direitos.

Neste momento, apresento a terceira e última campanha produzida pela turma. Assim como as anteriores, há o uso de imagens que remetem à comunidade LGBTQIA+ e frases que clamam pelo respeito e pela união contra a homofobia.

Figura 16 - Campanha produzida pelo grupo 03



Fonte: dados gerados pela pesquisa (2024).

Na parte superior da campanha, temos os dizeres “O Mundo Precisa de Paz e Respeito”, que interpreto como uma conscientização coletiva do grupo em perceber que a LGBTfobia é um problema de proporção mundial. Indiscutivelmente, diversos países punem toda forma de divergência da matriz cisheterossexual com morte e/ou prisão, a exemplo da Arábia Saudita, da Nigéria, do Iêmen, do Afeganistão, do Mauritânia etc⁴³.

Ao escreverem o “mundo precisa de paz e respeito”, podemos considerar a necessidade de respeito por essas vidas outras, visto que, por mais que essas vidas divirjam de um senso hegemonizado na sociedade e tomado por diversas esferas sociais como o cabível da humanidade, estamos falando de pessoas que também possuem o direito à vida e o domínio de seus próprios corpos.

Para firmar esse direito como um fator universal precisamos, a todo instante, especialmente nos últimos anos, unir forças, como fica claro na segunda frase presente na campanha: “Todos juntos contra a homofobia!”. É essencial posicionarmos contrários aos discursos de figuras públicas da extrema-direita que acenderam aos poderes governamentais, reproduzindo valores coloniais de exploração e de classificação social (Lugones, 2014; Quijano, 2009) baseados nos pilares da binaridade, seja por meio do gênero, sexo, raça e classe social.

⁴³ Os países que punem a homossexualidade com pena de morte. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-64252532#:~:text=Em%20seis%20pa%C3%ADses%2C%20a%20lei,%2C%20Ir%C3%A3%2C%20Maurit%C3%A2nia%20e%20Nig%C3%A9ria..> Acesso em: 13 de Mar. de 2024.

Esses líderes mundiais encontraram, nos meios digitais de comunicação, uma maneira de disseminar suas ideologias e de influenciar um alto número de pessoas a adotarem seus posicionamentos. Aqui, o uso da linguagem é um fator fundamental, seja na forma de enunciado verbais e/ou verbo-visuais (Bakhtin, 2016), uma vez que ela atua como um mecanismo de poder, pondo em repercussão as ideologias fascistas, nazistas, racistas, LGBTfóbicas, machistas etc. em detrimento “da destruição dos outros sujeitos [que divergem da matriz cisheterossexual caucasiana e eurocentrada] a fim de retroalimentar suas posições políticas [desses sujeitos adeptos do discurso da extrema-direita]” (Teixeira, 2021, p. 29).

Krenak, Silvestre e Santos (2021) chamam atenção para esse discurso da extrema-direita, um discurso em que

o medo e a insegurança estão presentes e são convocados a apontar contra aqueles que foram escolhidos como inimigos responsáveis pela decomposição social. Segundo sua narrativa de ódio, estes são as mulheres, as pessoas trans, as pessoas negras, as pessoas indígenas, os espertalhões sem-teto, os vagabundos sem-terra, os jovens delinquentes, a população carcerária, os governos fracos, a democracia e suas leis brandas demais, os sistema que (em seus delírios) acolheria a todos os mencionados acima e aos seus defensores comunistas (Krenak; Silvestre; Santos, 2021, p. 58-59).

Como a citação acima endossa, as pessoas trans, as pessoas negras, as pessoas indígenas e os demais grupos marginalizados citados, são responsáveis por perturbarem a hegemonia da matriz cisheterossexual, por infringirem a *norma eurocentrada*. Logo, por não se adequarem a essas imposições reguladoras, manifestadas pela colonialidade do poder, ser e saber, essas pessoas são consideradas indignas socialmente, *os outros*, conforme destaca Kilomba (2019).

Fábio Bezerra e Anderson Souza (2023) argumentam acerca da necrobiopolítica, destacando que há o agenciamento, por parte dos governos de extrema-direita, guiados pelos mesmos pilares da colonialidade, em julgarem os corpos dissidentes da cisheterossexualidade como matáveis. Classificam quem é digno de viver com qualidade, de desfrutar direitos e de possuir voz audível na sociedade, e quem não é. “É que para eles, pessoa humana são apenas eles. Os outros, estes são “coisas” (Freire, 2022, p. 62, grifos do autor).

Destaco o uso da imagem da Deputada Federal Erika Hilton (PSOL/SP), figurante da cena política brasileira em prol das causas da comunidade LGBTQIA+ e de demais grupos marginalizados na sociedade, como as pessoas negras. Trazer a imagem de Erika na campanha, põe em evidência o amplo conhecimento político dos discentes, cientes das pautas discutidas no congresso nacional e dos políticos que as defendem. Tal conhecimento deve-se ao fato de eu ter exibido um vídeo, na quinta aula temática, conforme mostrado na metodologia, em que

a fala de Erika figura como um ato de resistência aos ataques desferidos pelo Deputado Pastor Sargento Isidoro. A estratégia do grupo é de repercutir, por meio da campanha, a divulgação desses políticos defensores dos marginalizados.

As três campanhas refletem a posição dos alunos acerca das causas LGBTQIA+. Por mais que, no início da pesquisa, alguns tenham demonstrados concepções de sexualidades e gêneros engessadas pelo senso binário e ontológico da cisheterossexualidade, notamos um desenvolvimento crítico-reflexivo quando eles pedem por justiça, equidade, amor, paz, união e afetividade para as pessoas LGBTQIA+.

A pesquisa possibilitou ampliar o horizonte dos participantes, ao apresentar as vivências de vidas outras que sofrem com imposições sociais que as realocam à marginalidade, ao silenciamento social, aos atentados, às violências e à morte. O trabalho com o Letramento Crítico Decolonial atua como fator essencial, pois é por meio da reflexão acerca da minha posição e das posições das demais pessoas na sociedade que redireciono minhas atitudes a um comprometimento de justiça social (Santos, B. M., 2018).

Por meio da ação interventiva da pesquisa-ação, estabeleci um relação em que o processo de desumanização do considerado como *o outro*, o não humano, é revelado. Já que “a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, destino dado, mas resultado de uma ‘ordem’ injusta que gera a violência dos opressores e esta, o ser menos” (Freire, 2022, p. 41, grifos do autor).

Após a realização das campanhas, como momento de encerramento das atividades, no dia 13 de dezembro de 2023, pedi que os discentes registrassem em seus diários reflexivos o que acharam e sentiram das aulas e das atividades acerca da temática trabalhada. Dos doze alunos apresentados anteriormente, apenas nove escreveram em seus diários reflexivos. Assim, faço a transcrição de alguns trechos:

Barbara: Eu gostei muito das aulas do Professor Lucas. O assunto foi bom. Pra abrir a mente das pessoas que ainda hoje tem preconceito. E também espero que essas pessoas tenha mais amor no coração e deixe de fazer tanta maldade com pessoas que so querem ser feliz.

Any: Tenho consciência que essas aulas foram aprendizagem pra nós mesmo para que saibemos respeitar a opinião de cada um.

José: Foi bom conhecer e entender, para viver e saber lidar com esse caso, na nossa família, na comunidade, na sociedade em geral.

Elia: As aulas que terminamos sobre homem sexual foi uma diferente das outra. Nessa aula aprende que devemos respeita as pessoas que são de outra sexualidade.

Maria: Bom, achei as aulas do professor Lucas muito interessante, porque se tratava sobre sexualidade e sabemos que cada um sabe o que realmente quer ser, e não importa a opinião de ninguém.

Vandson: Foi uma ótima experiência participar da pesquisa conduzida pelo Professor Lucas. Nos foram apresentadas realidades diferentes sobre o tema sexualidade: as dificuldades enfrentadas pelas pessoas LGBTQIA+, os diversos tipos de preconceito enraizados na sociedade.

Mabel: Foi muito importante as aulas que o professor Lucas passou ele falou sobre sexualidade sobre quem é homossexual e também sobre homens que adotam crianças.

Pedrinho: Bem, as aulas que tive com o Professor Lucas mim deixou muito mais mobilizado sobre o assunto da sexualidade e sobre omofobia, não mim considero algum preconceituoso mais depois das aulas, tenho a certa conclusão que homofobia é crime e não precisamos alimentar isso nem apoiar, para termos um mundo com 0% preconceito.

Isis: A educação é a porta de entrada para nos mostrar políticas públicas e com isso transformar todos esses preconceitos em respeito e aceitação. Finalizo agradecendo pelas aulas que foram de suma importância e que com isso possa existir mais respeito para com todos.

Barbara demonstra o seu entusiasmo com as aulas, quando diz que “gostou”. Considerou o assunto abordado importante para “abrir a mente” das pessoas LGBTfóbicas. Interpreto o uso do termo *abrir a mente* como uma tentativa da aluna em referir-se à ampliação de sua visão de mundo, compreendendo a existência de vidas outras. O que também é concordado por Isis, quando a aluna afirma que as aulas foram de valia para sua aprendizagem, passando a respeitar as diversas opiniões presentes na sociedade.

Trazer para a sala de aula textos, vídeos e campanhas tematizadas pelas vivências da comunidade LGBTQIA+ proporcionaram a reflexão sobre os motivos que levaram essas pessoas à situação de marginalidade social. Por mais que eu tenha encontrado uma turma em que algumas das concepções discentes eram guiadas pela matriz cisheterossexual eurocentrada, consegui desenvolver um processo pedagógico que propunha ampliar as visões de mundo desses discentes, mostrando as situações a que vidas humanas eram submetidas.

As aulas temáticas atuaram como um mecanismo para sentirmos as vidas que são marginalizadas na sociedade, sofrem com a violência, com o preconceito e com a falta de políticas públicas que as contemplem. Vidas que existem, mas que são impedidas de serem ouvidas, colocadas na posição de subalternas, inferiorizadas, degeneradas e patologizadas. Houve uma intervenção nas concepções dessas alunas, na medida em que um contexto social, considerado como tabu, adentrou no âmbito da sala de aula, um ambiente ainda regulado por princípios autoritários, machistas, racistas e LGBTfóbicos.

Em consonância com Moreira-Júnior (2021), ao debatermos sobre sexualidade outras, a sala de aula tornou-se um ambiente mais democrático, no sentido de passarmos a enxergar o mundo por uma ótica outra, uma ótica que toma para si as vivências dos inferiorizados e passa

a enxergar o mundo por suas lentes. Algo permissível através da pedagogia decolonial, buscando

não somente denunciar as feridas coloniais em que as sociedades estão organizadas e fundadas, busca, sobretudo, uma práxis baseada na insurgência propositiva a favor da construção de outros modos de ensinar e aprender que concebam espaços mais democráticos, diversos e plurais tais como são as vivências humanas (Moreia-Júnior, 2021, p. 68).

A ampliação da visão de mundo pode ser observada no trecho do diário reflexivo de José. Como visto nas discussões anteriores, o aluno demonstrou atitudes preconceituosas acerca da comunidade LGBTQIA+, possuindo uma percepção sobre as sexualidades baseadas em seus dogmas religiosos. Mas, em seu último diário, ele registra o quanto as aulas foram essenciais, ajudando-o a conhecer e entender mais sobre a temática.

Elia argumenta o caráter transgressor das aulas. A aluna diz sentir a diferença das aulas ministradas por mim de outras aulas de Língua Portuguesa presenciadas por ela anteriormente. Nesse contexto, vejo o quanto podemos inovar em sala de aula, por meio dos nossos planejamentos, saindo de uma abordagem pedagógica em que o ensino de línguas é descontextualizado do meio social e passando a um lógica metodológica letrada e fundamentada no contexto social, cultural, histórico, político e econômico. “Vemos, assim, que a linguagem em uso tem em si o potencial de produzir práticas discursivas e sociais de inclusão ou de exclusão das dissidências da lógica cisheteronormativa” (Bezerra, F. , 2023, p. 76).

Opera-se o senso reflexivo do alunado ao incitarmos o seu olhar para as injustiças sociais, em ter empatia pelas situações dos outros (Silva; Meniconi, 2023) e enxergar a sua própria. Questionando-se como e por que um grande número pessoas sofre com a fome, com a miséria e com os preconceitos; enquanto um pequeno grupo da sociedade compartilha as riquezas, detém o controle político, militar e econômico do mundo em suas mãos, e categoriza os merecedores de uma vida digna e os não merecedores.

Quando incitei os alunos a serem autônomos, mostrando as suas opiniões por meio das discussões orais, dos diários reflexivos e das demais produções geradas, percebi que o papel autoritário do docente, do único detentor do conhecimento é deixado de lado. Assim, adotei uma postura permissível aos discentes de também ocuparem espaço de autonomia nas discussões. Assim, o conhecimento é construído dialogicamente (Bakhtin, 2016), ou seja, quando a interação entre docente e aluno ocupa papel central, ambos trazendo seus conhecimentos e visões de mundo. Ao compartilharem entre si esses conhecimentos, constroem novos saberes e aprendem juntos.

De acordo com a aluna Maria, as aulas foram muito interessantes, destacando que “cada um sabe o que quer ser”. Neste ponto, chamo atenção, pois não se trata de um *querer ser*, mas de um *ser*. Ninguém quer ser uma determinada coisa, ou possuir um determinado gênero e/ou sexualidade. Certamente, nascemos em um meio que nos impele a ser e performar (Butler, 2018) uma determinado gênero e seus atributos sociais. Logo, o nosso direito de ser e existir como nos entendemos é retirado, precisamos nos adequar a essas regulações que tomam a binaridade como centralidade.

Desse modo, o sujeito não possui uma consciência do que ele será. Portanto, construirá a sua identidade a partir da maturação e do convívio social, ao construir laços afetivos com as pessoas e ao perceber quais são aqueles que o atraem. Nessa premissa, o sujeito pode seguir o caminho que foi traçado pela sociedade ao categorizá-lo com um determinado gênero e sexualidade ou divergir dessa norma e performar atos distintos dos que lhe foram impelidos, passando a ser perseguido e julgado.

Enfatizo ainda a urgência do trabalho docente que considere subjetividades humanas diversas, ou seja, contemplar narrativas de vida que não somente aquelas hegemônicas na sociedade. Busco, pois, “um ensino de línguas “que se atreva a refletir e compreender o patriarcado e a heteronormatividade nas salas de aula, buscando combater as violências às quais dão origem” (Souza; Oliveira, 2022, p. 200).

Vandson compreende como as narrativas outras entraram em cena, quando ele diz que “foram apresentadas realidades diferentes sobre o tema sexualidade”. O que também fica nítido nas palavras de Mabel, ao discorrer sobre a adoção de crianças por casais homoafetivos. Foi por meio dessa abordagem que a realidade de pessoas marginalizadas assumiu papel de destaque na sala de aula, uma realidade silenciada e que a todo é relegada ao status de não humanidade, algo a ser aniquilado.

Os textos trabalhados nas aulas, os vídeos exibidos, o documentário e os relatos de pessoas LGBTQIA+ construíram um cenário em que a língua/linguagem se apresenta por meio de vários repertórios, destoando-se da visão tradicionalista em que as aulas de Língua Portuguesa tomavam como base o texto escrito. Acima de tudo, propus uma reflexão por meio da linguagem, tomando como base as desigualdades sociais, os preconceitos, as violências e violações perpetradas a corpos humanos. Marcia Hoppe (2014) afirma que a

linguagem exerce um papel fundamental na formação crítica dos cidadãos. Isso porque, é por meio dela, que os discursos podem ser analisados e ter seus significados negociados e construídos socialmente. E que, ainda nos permite compreender que o letramento crítico pode ser provocado a partir do trabalho

desenvolvido pelos professores, possibilitando assim, que os alunos cheguem às várias interpretações possíveis dos discursos produzidos nos textos (orais e/ou escritos) que são trabalhados em sala de aula (Hoppe, 2014, p. 204).

O Letramento Crítico e as teorias decoloniais, enquanto pilar dessa pesquisa, permitiu que os participantes construíssem interpretações outras sobre as sexualidades e os gêneros existentes nas relações humanas, percebendo que o discurso cisheterossexual não é único em nosso meio e não contempla o estado fluído e fragmentado da sociedade. Evidente no trecho de Pedrinho, ao dizer que as aulas o mobilizaram acerca da temática trabalhada, passando a compreender que a homofobia é crime e que não deve ser tolerada.

Isis traz, em seu relato, o poder de transformação social contido na educação, mostrando como as políticas públicas podem ser incitadas por meio de práticas educativas voltadas à justiça e à equidade social. Possibilitar a discussão em sala de aula de grupos marginalizados e subalternizados é um dos caminhos encontrados para a construção de uma narrativa social que contemple, em sua magnitude, vidas consideradas abjetas pelo discurso cisheterossexual.

Como discorre Batista, Vitello e Silva (2021),

Composta por representações heteronormativas, a escola exime outras corporalidades e passa a legitimar situações de desigualdade. Nesse sentido, a produção (e reprodução) das discriminações instituídas e a falta de intervenção dos professores e das professoras perante atitudes LGBTfóbicas corrobora com a permanência da violência dentro e fora do ambiente escolar que, muitas vezes, acompanha os(as) alunos(as) vitimizados(as) durante toda a trajetória de vida (Batista, Vitello, Silva, 2021, p. 154).

Como afirma a citação acima, nós, enquanto professores, temos o compromisso social em desempenhar intervenções sociais em prol da cidadania universal, defendendo o direito de voz ativa de todos. Devemos encontrar brechas (Duboc, 2015) em uma matriz curricular engessada e reprodutora dos discursos hegemonizados. O silêncio diante das injustiças acaba por reproduzi-las e corrobora para a permanência de preconceitos dentro e fora da sala de aula, vitimizando tanto o corpo discente e docente como o restante da sociedade.

Agora, passo a seção final desta dissertação, em que discorro sobre o processo de escrita e discuto como levarei a teoria da decolonialidade e do Letramento Crítico Decolonial adiante.

6. DERRADEIRAS PALAVRAS PARA CONTINUAR

“- Quem é você? – perguntou a Lagarta.
Esta não foi uma abertura encorajadora para uma conversa. Alice respondeu
timidamente:
- Eu... no momento, senhor, eu mal sei... pelo menos sei quem era quando
me levantei hoje de manhã, mas acho que devo ter mudado várias vezes
desde então.
- O que você quer dizer com isso? – a Lagarta questionou severamente. -
Explique-se!
- Receio não saber me explicar, senhor – replicou Alice –, porque não sou eu
mesmo, entenda”.

- Lewis Carroll, *Alice no país das maravilhas*.

Assim como Alice passou por momentos que a transformaram em sua estadia no País das Maravilhas, a escrita desta dissertação me transformou. Passei por momentos diversos, alguns me deixavam contente e outros me puseram em situações de incapacidade. Por diversas vezes, abateu-se sobre mim a dúvida se conseguiria terminar a escrita no tempo estipulado. Raiva, tristeza, solidão e alegria foram os principais sentimentos que guiaram meus pensamentos por essas palavras. Raiva, por sentir um peso mental, em não conseguir sentir prazer, algumas vezes, na leitura de determinados textos teóricos. Tristeza, por duvidar de minha capacidade de escrita. Solidão, por concentrar o momento de escrita durante à noite, ao ouvir somente o canto dos grilos e dos galos. E, felicidade, por chegar até aqui e dizer *consegui*.

Na primeira seção, falei um pouco de mim, sobre minhas características físicas e profissionais. Quero retomar a esse ponto e discorrer como o Lucas da introdução foi transformado pela escrita desta dissertação e pelo refletir das bases teóricas aqui apresentadas. Uma das transformações ocorridas foi concretizar a percepção de que o trabalho decolonial é um processo lento. Ou seja, não conseguimos alterar o sistema social em um *estralar de dedos*. As ações realizadas hoje só serão sentidas daqui a algum tempo. Lá na frente, essas ações estarão espelhadas.

Principalmente fui transformado ao tomar consciência do meu papel enquanto professor em formação, passando a perceber como as relações estabelecidas com os participantes da pesquisa me afetavam. Foram estas interações que me permitiram direcionar um olhar às formas de interpretação e leitura que os discentes faziam sobre mim. Durante o desenvolvimento da pesquisa, temi em três momentos: I - por esperar uma resistência por parte dos alunos em discutirem acerca da temática proposta; II - como a expectativa de não me enxergarem como

um professor, já que eu era bem mais jovem que muitos dos alunos da turma e III - por ser um professor assumidamente gay, em que suscitar discussões sobre sexualidades poderia tocar na questão de eu os estar trabalhando e disseminando a chamada *ideologia de gêneros* na escola, como muitos defendem por aí.

Por mais que eu tenha sentido estes temores e percebido um certo olhar cauteloso por parte da gestão escolar, preocupados que a pesquisa gerasse algum tipo de debate ofensivo com relação às concepções demonstradas pelos alunos, consegui seguir com o andamento da pesquisa. Os alunos me aceitaram bem, em nenhum momento se mostraram desrespeitosos, seja pela temática abordada ou por minha sexualidade. Ressalto um das interações que me chamou atenção durante a pesquisa, a do aluno José, ao manter conversas comigo mesmo quando as aulas acabavam, inclusive foi em uma dessas conversas que ele me informou que era adventista.

Ao tomar a decolonialidade como teoria principal deste trabalho, julgo que meu emergir nessa teoria não acabou. Por isso nomeei a referida seção como *Derradeiras palavras para continuar*. Se eu quiser que meus dizeres aqui façam valer, preciso tomar a decolonialidade como um meio de vida, um *mandamento* a ser seguido indefinidamente. Minhas ações sociais, sejam aquelas consideradas banais (como minhas publicações e os perfis que sigo no *Instagram*) ou as de impacto na vida das pessoas (a exemplo das minhas metodologias de ensino), precisam estar alinhadas com os ensinamentos decoloniais. Se não, meus dizeres aqui de nada valem. Preciso concretizar estas palavras e não apenas manter tais pensamentos aprisionados em uma sequência de letras que tecem o texto. Assim, faço valer a transformação social que defendo.

Uma transformação sustentada pelos pilares da equidade e da justiça social, comprometida com o direito à vida de todos os seres que habitam o globo. Mas, não apenas que tenham o direito de viver, porque viver não diz respeito somente ao ato de respirar e possuir um coração pulsando. Viver, em minha percepção, significa usufruir de direitos plenos de cidadania: ter uma moradia; ter o que comer; ter acesso à saúde e à educação; possuir um trabalho digno; amar e ser amado, sem ser julgado por isso; possuir uma voz, e que essa voz seja audível e interpretada pela sociedade.

Considero tais aspectos como um dos motivos que me levaram a desenvolver pesquisas na área das sexualidades. Cansei de ser colocado no lugar de marginalidade, do incompreendido, aquele a quem direcionavam comentários maldosos (mesmo que ainda o façam), de chorar sozinho por ter medo de conversar com alguém e de sentir medo ao andar pelas ruas. Minha voz é a voz de milhões que neste momento estão chorando sozinhos. Queria poder abraçar vocês, consolar vocês, mas, fisicamente não consigo. Assim, pesquiso, escrevo e

ensino com o intuito de transformar, mesmo que minimamente, nossa realidade. Um dia o sol há de brilhar e, com esse brilho, o alvorecer de uma era de união e compreensão.

O caminhar da pesquisa evidenciou como podemos iniciar um processo de transformação social. Ao discutir sobre sexualidades outras nas aulas de Língua Portuguesa, por mais que tenham sido demonstrados alguns receios por parte do alunado, a sala de aula tornou-se um espaço de inclusão e imersão em um tema de relevância social. Foram nessas aulas que vidas humanas foram consideradas em sua plenitude, estabelecendo um diálogo por meio de um tabu temido, a sexualidade.

As brechas curriculares (Duboc, 2015) permitiram que a pesquisa-ação se embrenhasse pelos conteúdos pragmáticos tradicionais da disciplina de Língua Portuguesa, desenvolvendo esses conteúdos por meio de enunciados verbais e/ou verbo-visuais (Bakhtin, 2016) compromissados com o ativismo de pessoas marginalizadas. A gramática não foi deixada de lado, mas trabalhada de forma contextualizada com as situações sociais, considerando a língua em seu uso dinâmico e transformador.

Da mesma maneira que encontrei brechas no currículo de Língua Portuguesa da EJA permissíveis ao desenvolvimento deste pesquisa, professores de outras áreas e modalidades de ensino também podem buscar maneiras de trazerem para a sala de aula os conteúdos programáticos de forma que o debate acerca das causas sociais adentre os muros da escola. Assim, o fazer docente compromissado pela equidade e o respeito social pode ser estimulado nos mais diversos níveis de ensino e contextos, seja nos anos iniciais do Ensino Fundamental da escola do campo ou nos anos finais do Ensino Médio de uma escola situada na zona urbana, passando a contemplar públicos diversos.

Nesse sentido, retomo os objetivos específicos traçados no início da pesquisa: I – Quais os conhecimentos de mundo que os alunos apresentaram em relação ao tema proposto?; II – Em que medida os enunciados, veiculados em diversos meios de comunicação, tematizados por questões de sexualidade podem exercer influência na concepção dos alunos sobre o tema trabalhado?; III – De que forma as práticas decoloniais e uma prática docente voltada para o estímulo da criticidade do alunado podem contribuir para uma resignificação da concepção de sexualidade?; e IV – Quais foram os impactos da pesquisa na vida dos participantes da pesquisa?

No primeiro objetivo específico foi perceptível que alguns alunos apresentaram conhecimentos acerca das sexualidades guiados por vieses religiosos e de preceitos biologicistas, a exemplo de Élia e de José. Já outros, como Vandson e Isis, demonstraram um senso de empatia e aceitação das sexualidades divergentes da matriz cisheteronormativa. Com

o segundo objetivo, percebi que as falas de pessoas públicas podem influenciar diretamente nas concepções das pessoas, mas, permitem também que reflitamos sobre elas e passemos a entender como a linguagem exerce um papel de poder em determinar quem é digno de viver e quem não é, realocando determinados grupos sociais à posição de marginalidade e subalternidade.

Já no terceiro objetivo passei a compreender que metodologias de ensino voltadas para a reflexão sobre a nossa realidade social e acerca das múltiplas subjetividades humanas, especialmente no que tange as sexualidades, contribuem para que entendamos como os preceitos disseminados pelos grupos colonizadores demonizaram determinadas práticas culturais encontradas nos povos originários, dentre elas a relação entre pessoas do mesmo sexo. Além de categorizar os corpos humanos por meio da binaridade, instituindo papéis de gêneros específicos.

E, por último, o quarto objetivo possibilitou que eu percebesse como as aulas temáticas, compromissadas em discutir sexualidades outras, impactaram nas concepções dos discentes, permitindo que eles refletissem como a cisheterossexualidade hegemonizou-se como a única forma de relação humana nas mais diversas esferas sociais. Todavia, por mais que as aulas não tenham exercido uma transformação ampla nas concepções dos discentes, uma pequena semente foi plantada, no sentido de olharmos para aqueles que não se identificam como pessoas cisheterossexuais e enxergarmos que eles também são humanos, dignos de viverem com cidadania e direitos plenos.

Eu, enquanto professor de Língua Portuguesa, linguista aplicado e um militante da justiça e da equidade social, sinto que fiz desta pesquisa uma forma de engajamento social e político em prol da comunidade LGBTQIA+. Fui um professor atrevido, no sentido de infligir hegemonizações sociais que realocam pessoas à posição de inferioridade, como no meu caso, um homem homoafetivo que sofreu e sofre com esses padrões sociais reguladores hegemonizados. Acima de tudo, encontrei brechas para debater sobre temáticas emergentes na sociedade, especialmente as sexualidades e os gêneros, ainda considerados tabus.

Por meio desse atrevimento, guiado pelas teorias do Letramento Crítico Decolonial, o caráter interventivo da pesquisa-ação entrou em exercício. Sei que não transformei as concepções dos discentes em sua totalidade, mas plantei uma semente de reflexão acerca das sexualidade e dos gêneros, compreendendo a humanidade das pessoas divergentes do discurso regulador da matriz cisheterossexual.

Desenvolvi a pesquisa visando o construir de saberes de forma coletiva, levando em consideração os conhecimentos prévios e histórias de vida do alunado ao debater e analisar os

contextos apresentados, a exemplo do documentário e dos artigos de opinião estudados. Pois, nas palavras de Paulo Freire (2022, p. 227):

O eu antidialógico, dominador, transforma o tu dominado, conquistado, num mero “isto”.
O eu dialógico, pelo contrário, sabe que é exatamente o tu que o constitui. Sabe também que, constituído por um tu – um não eu -, esse tu que o constitui se constitui, por sua vez, como eu, ao ter no seu eu um tu. Desta forma, o eu e o tu que passam a ser, na dialética destas relações constitutivas, dois tu que se fazem dois eu.

Os saberes foram tomados por meio de um senso dialógico estabelecido com a turma e, acima de tudo, com as causas de pessoas subalternizadas e silenciadas em decorrência de suas sexualidades. O que nos transporta a outro ensinamento de Paulo Freire, o de estabelecer um diálogo crítico e libertador a partir dos oprimidos. E, ao estabelecer esse diálogo, contestamos um sistema regulador de subjetividades humanas que julga quem é digno de viver e quem não o é.

Como discorrem Fábio Bezerra e Anderson Souza (2023), há a execução social de um mecanismo classificatório, que eles chamam de *necrobiopolítica*. Uma política estabelecida que delimita quais corpos humanos são permissíveis de existirem em sua plenitude e quais não são, bem como os que são dignos de viverem dignamente e de terem voz audível na sociedade. E os considerados indignos acabam por ocuparem o lugar de outro (Kilomba, 2019), o não humano, o pecaminoso, o patológico.

É nesse lugar de outridade que estão inseridos aqueles que foram estigmatizados desde a colonização. Por divergirem da imagem humana idealizada do homem caucasiano, cristão, cisheterossexual e eurocentrado, os povos originários da América e de África e suas culturas foram inferiorizadas, consideradas primitivas e indignas. O mesmo ocorre com as formas outras de manifestações da sexualidade humana.

Como apontado por João Silvério Trevisan (2018), em sua obra *Devassos no Paraíso*, a homoafetividade esteve presente nos povos originários do Brasil. O autor cita exemplos de etnias indígenas que mantinham relações homoafetivas, tanto masculinas como femininas. O que também é discutido pelos estudos antropológicos de Maria Lugones (2020), quando a autora discorre que não existiam papéis sociais específicos marcadores da binaridade de gênero.

Assim a classificação da sociedade, guiada pelos vieses da binaridade (Homem X Mulher, Negro/Indígena X Branco, Pessoas Cisheterossexuais X Pessoas LGBTQIA+) perdura até os dias atuais. Os casos de racismo, de LGBTQIA+fobia, de feminicídio, de intolerância

religiosa e de machismo justificam a permanência dos valores coloniais, em favorecimento dos privilégios de um grupo social que se mantém nos principais lugares de poder ao disseminar discursos de ódio e intolerância a determinadas parcelas da sociedade, as consideradas indignas, para não perder tais privilégios.

Nesse sentido, quando questionamos as causas das injustiças sociais e debatemos propostas compromissadas com os direitos humanos básicos em prol de uma sociedade equânime e justa, aqueles do grupo social privilegiado entram em desespero. Passam a utilizar de artifícios fantasiosos em busca de deturpar a realidade e acionam pânicos morais (Miskolci, 2007) a favor dos chamados *bons costumes* moralistas do ideal humano.

Subvertemos, provocamos e perturbamos narrativas sociais engessadas, ampliando nossa visão de mundo ao englobar subjetividades humanas outras. Por meio da Linguística Aplicada Transviada (Bezerra, 2023), do Letramento Crítico Decolonial (Meniconi, Ifa, 2024) e da Pesquisa-ação (Thiollent, 1986) deixamos de enxergar apenas os horizontes de nossa ilha, direcionamos nossas visões e percepções para a existências de ilhas outras. Lugares diversos, com povos diversos que sentem, pensam e amam de formas outras.

Por mim, por você, por ele/ela e por nós, espero que a leitura deste trabalho tenha te inquietado. Inquietar no sentido de pensarmos e conscientizarmos sobre as regulações sociais que controlam nossas formas de ser e de pensar. Aqui, eu não encerro. Aqui, eu continuo. Continuo seguindo o compromisso de viabilizar as discussões em prol dos oprimidos. Espero que você também continue, ou que inicie.

REFERÊNCIAS

- ACTIS, Y. **Transfobia e direito**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/79734/transfobia-e-direito>. Acesso em 04 de Mar. de 2024.
- ASSIS, L. S. ; SILVA, D. C. P. Discursos coloniais sobre gênero e sexualidade em enunciados da extrema-direita brasileira. **Diálogo das Letras**, v. 13, p. e02415, 2024.
- ATWOOD, M. **O conto da aia**. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.
- BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de ciência política**, p. 89-117, 2013.
- BATAILLE, G. **O erotismo**. São Paulo: Autêntica, 2017.
- BEZERRA, S. S. Reflexões sobre colonialidade de gênero e letramento crítico em aulas no ensino médio. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada** [online]. 2019, v. 19, n. 4, 2019.
- BEZERRA, F. **Linguística aplicada transviada: Gênero e sexualidade nos estudos da linguagem em perspectivas descolonial, interseccional e transdisciplinar**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2023.
- BORGES, Roberto Carlos da Silva; MELO, Glenda Cristina Valim de. Quando a raça eo gênero estão em questão: embates discursivos em rede social. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 2, p. e54727, 2019.
- BRAIT, B. Construção coletiva da perspectiva dialógica: história e alcance teórico-metodológico. In: FIGARO, R. (org.). **Comunicação e análise do discurso: as materialidades do sentido**. Apresentação Adilson Citelli. Introdução Roseli Figaro. São Paulo: Contexto, 2012a. p. 79–98.
- BRASIL. Ministério da Educação. **LDB. Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 06 fev. 2024.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.
- _____. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. **Chão da Feira**, Caderno n. 78, p. 1-16, 2018.
- BOITO-JÚNIOR, A. O caminho brasileiro para o fascismo. **Caderno CRH**, v. 34, 2021.
- CAMPOS, J. E. S. Saúde mental da população LGBTQIA+: lutando contra estigmas e preconceitos. In: IRINEU, Bruna Andrade. et al. (Orgs.). **Diversidade Sexual, étnico-racial e de gênero: saberes plurais e resistências**. Campina Grande: Realize Editora, 2021, p. 416 – 424.

CARVALHO, A. K. *et al.* A religião como forma de controle social. **Humanidades & Inovação**, v. 7, n. 2, p. 310-317, 2020.

CAVALCANTI, T. M. **Semiliberdade e sub-humanidade nas relações de trabalho das sociedades contemporâneas**: o capitalismo e a metamorfose das ausências. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Direito do Centro de Ciências Jurídicas. Recife, 2019.

COSTA, J. F. **A inocência e o vício**: estudos sobre o homoerotismo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

FERNANDES, N. V. E. A raiz do pensamento colonial na intolerância religiosa contra religiões de matriz africana. **Revista Calundu**, v. 1, n. 1, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

FREIRE, P. C. M.; CARNEIRO, M. E. F. Reflexões sobre a educação de jovens e adultos: contradições e possibilidades. **Revista brasileira da educação profissional tecnológica**. v. 1, n. 10, 2016.

GUIMARÃES, T. F.; MOITA-LOPES, L. P. Entextualizações criativas de signos ‘identitário’ de raça em práticas discursivas multissituadas na ‘periferia’ brasileira. In: MOITA-LOPES, L. P. et al (Orgs.). **Estudos queer em linguística aplicada indisciplinar**: gênero, sexualidade, raça e classe. São Paulo: Parábola, 2022. p. 73 – 92.

HOPPE, M. C. A formação de professores: o letramento crítico na sala de aula e as práticas sociais. **UniLetras**, v. 36, n. 2, p. 201-209, 2014.

IOTTI, P. Da Homossexualidade à Homoafetividade. Dos Gregos à Contemporaneidade. **Revista Direito Civil**, v. 3, n. 1, p. 83-107, 2021.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KLEIMAN, A. Trajetórias de acesso ao mundo da escrita: relevância das práticas não escolares de letramento para o letramento escolar. **Revista perspectiva**, v. 28, n. 2, p. 375-400, 2010.

KRENAK, A.; SILVESTRE, H.; SANTOS, B. S. **O sistema e o antissistema**: três ensaios, três mundos no mesmo mundo. Autêntica Editora, 2021.

LOPES, D. **O homem que amava rapazes e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020. p. 51 – 81.

_____. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, p. 935-952, 2014.

MAIA, B. S. R.; MELO, V. D. S. A colonialidade do poder e suas subjetividades. **Teoria e Cultura**, v. 15, n. 2, 2020.

MALDONADO-TORRES, N. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império e colonialidade. In: SANTOS, B. S.; MENEZES, M. P. (orgs). **Epistemologias do Sul**. GRÁFICA DE COIMBRA: Coimbra, 2009, p. 337-382.

MARTINS, D. S. Gênero e sexualidade na educação brasileira contemporânea. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 7, p. 938-948, 2021.

MARX, K. **Manuscritos económico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MEIRELES, F. S.; TEXEIRA, S. M. As diversas faces da família contemporânea: conceitos e novas configurações. **Informe econômico (UFPI)**, v. 31, n. 1, 2014.

MENICONI, F. C.; IFA, S. Letramento Crítico Decolonial. In: LANDULFO, C.; MATOS, D. **Suleando Conceito em linguagens: decolonialidades e epistemologias outras volume 2**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2024.

MIGNOLO, W. D. Novas reflexões sobre a "idéia da América Latina": a direita, a esquerda e a opção descolonial. **Caderno CRH**, v. 21, p. 237-250, 2008.

_____. A geopolítica do conhecimento e a diferença colonial. **Revista lusófona de educação**, v. 48, n. 48, 2020.

MIGNOLO, W. D.; VEIGA, I. B. Desobediência Epistêmica, pensamento independente e liberdade decolonial. **Revista X**, v. 16, n. 1, p. 24-53, 2021.

MOITA-LOPES, L. P. Uma linguística aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como linguista aplicado. In MOITA-LOPES, L. P. (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, p. 13-44, 2006.

_____. Da aplicação de linguística à linguística aplicada indisciplinar. In PEREIRA, R. C; ROCA, P. (Orgs). **Linguística aplicada: um caminho com diferentes acessos**. São Paulo: Contexto, p. 11-24, 2009.

MONTE-MÓR, W.; SANTOS, A.S. Práticas discursivas e concepção/ensino-aprendizagem de língua(s) na contemporaneidade – Uma entrevista com Walkyria Maria Monte Mor. Práticas discursivas e concepção/ensino-aprendizagem de língua(s) na contemporaneidade. **Revista Eventos pedagógicos**, v. 10, n. 2 (2019), p. 1081-1090.

MOREIRA-JÚNIOR, R. S. Por uma pedagogia decolonial no ensino de língua espanhola: uma experiência remota durante a pandemia da covid-19. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 30, p. 63-81, 2021.

MOTA-NETO, J. **Por uma pedagogia decolonial na América Latina**: reflexões em torno do pensamento de Paulo Freire e Orlando Fals Borda. Curitiba: Editora CRV, 2016. p. 43-100.

NAGAFUCHI, T. A urgência do debate sobre o suicídio das pessoas LGBTQIA+: experiência e subjetividade. **Rebeh-Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 2, n. 01, p. 103-127, 2019.

OLIVEIRA-JÚNIOR, I. B; MAIO, E. R. Opção ou orientação sexual?:(des) constrovérsias na (des) contextualização da homossexualidade. **Ensino em Revista, Uberlândia**, v. 23, n. 3, p. 324-344, 2016.

PALHARES, J. V.; NICOLI, P. A. G. A colonialidade da organização e regulação do trabalho. **Revista Direito e Práxis**, v. 12, p. 1924-1957, 2021.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. **Dispositio**, v. 24, n. 51, p. 137-148, 1999.

_____. Colonialidade do Poder e Classificação social. In: SANTOS, B. S; MENEZES, M. P. (orgs). **Epistemologias do Sul**. GRÁFICA DE COIMBRA: Coimbra, 2009, p. 73-118.

_____. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. A **Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais–Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 107-126

SALES, J. M. R.; LOPES, G. S. SAÚDE MENTAL NA COMUNIDADE LGBTQIA+: UMA REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA. **Revista Contemporânea, [S. l.]**, v. 3, n. 12, p. 30720–30739, 2023.

SANTOS, B. M. **Justiça social e letramento crítico**: reflexões sobre o ensino de inglês como língua adicional no projeto Casas de Cultura no campus da UFAL. 2018. 134 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

SANTOS, P.; SILVA, G. Os sujeitos da EJA nas pesquisas em Educação de Jovens e Adultos. **Educação & Realidade**, v. 45, n. 2, p. e96660, 2020.

SILVA, A. R. M.; MENICONI, F. C.; IFA, S. Produção escrita em língua espanhola e práticas de letramento crítico no Projeto Casas de Cultura no Campus. **UniLetras**, v. 43, p. 1-18, 2021.

SILVA, N. L.; MENICONI, F. C. Questionando o irreduzível: a fotodenúncia como mecanismo para a leitura crítica do mundo. **SOLETRAS**, n. 47, 2023.

SILVA, T. T. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SOUZA, F. E. B. **O ensino de língua portuguesa e os projetos de letramento**: uma proposta de atividades com foco na questão alimentar a partir do gênero anúncio de campanha comunitária. 2017. 77 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Linguística) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

SOUZA, J. S.; OLIVEIRA, D. V. GÊNEROS, SEXUALIDADES E LÍNGUA (GENS): CONCEITOS PLURAIS PARA ABORDAGENS DECOLONIAIS NAS AULAS DE INGLÊS. **Ilha do Desterro**, v. 75, p. 187-210, 2023.

STELLA, P. R.; BRAIT, B. Tensão e produção de sentidos em Bakhtin e o Círculo. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, SC, v. 21, n. 1, p. 151-169, jan./abr. 2021.

TEIXEIRA, J. S. **Lições de gênero e sexualidade em livro didático de língua portuguesa: necessidades de estranhamentos**. Monografia (Licenciatura em Letras) - Universidade Federal de Alagoas. Curso de Licenciatura em Letras. Delmiro Gouveia, 2022. 122 p.

TEIXEIRA, T. **Decolonizar valores: ética e diferença**. Salvador, BA: Devires, 2021.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1986.

TREVISAN, J. S. T. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VERONELLI, G. A.; DAITCH, S. L. Sobre a colonialidade da linguagem. **Revista X**, v. 16, n. 1, p. 80-100, 2021.

VIEIRA, V. C. Perspectivas decoloniais feministas do discurso na pesquisa sobre educação e gênero-sexualidade. *In*: RESENDE, Viviane de Melo (Org.). **Decolonizar os estudos críticos do discurso**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019. p. 83-116.

APÊNDICE I – PLANOS DE AULA

18 de Outubro de 2023 – Planejamento às 17h (4º Período B)

- I. Apresentação da pesquisa à professora;
- II. Reunião com a professora para o planejamento das aulas temáticas.

20 DE OUTUBRO DE 2023 – 4º PERÍODO B - (2 aulas)

- I. Apresentação do pesquisador à turma do 4º Período B;
- II. Explicação sobre a pesquisa;
- III. Instrução de como se darão as atividades e participação dos envolvidos (professora, discentes e pesquisador);
- IV. Entrega dos Termos de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) e do documento de Autorização de Uso de Imagem e Áudio para a assinatura da professora e dos discentes;
- V. Entrevista com os/as discentes por meio de questionário previamente elaborado;
- VI. Criação do grupo de WhatsApp com a turma.

Aulas temáticas	Atividades realizadas
1ª – Início de atividades: estabelecendo um diálogo com os participantes	Apresentação do pesquisador às turmas e instruções de como será realizada a pesquisa e as atividades pretendidas. Assinatura do TCLE e do documento de Autorização de Uso de Imagem e Áudio.
2ª – O que entendo por sexualidade?	Entrevista com os discentes, por meio de questões escritas.

GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO

CONJUNTO DE AULAS TEMÁTICAS 1 (4H/AULA) – Outubro de 2023	
Turma: 4º B - 25 de Out. a 1 de Nov.	4 aulas.
Disciplina: Língua Portuguesa	
Objetivos da aula:	
1 - Introduzir os estudos do gênero artigo de opinião;	
2 - Compreender a função e os meios de circulação do gênero artigo de opinião.	
3 - Aplicar os conhecimentos sobre o gênero para ações de defesa da opinião acerca de determinado tema.	
4 – Discutir sobre a estigmatização de sexualidades divergentes da heteronormativa.	

Tema: Sexualidades.
Gênero Textual: Artigo de Opinião.
Procedimentos didáticos (detalhamento do passo a passo da oficina):
- Apresentar o gênero artigo de opinião (O que é? Quais as suas características? Para que serve? Como elaborar um?);
- Levar algumas amostras do gênero para análise;
- Suscitar debates sobre as amostras apresentadas;
- Discutir sobre as formas de circulação do gênero, a linguagem utilizada, sua organização e seus recursos;
- Mostrar falas de figuras públicas que relacionam sexualidades divergentes da heteronormativa a patologia, desvio da natureza, pecado e atentado aos bons costumes (referências);
- Discutir sobre como a estigmatização de sexualidades divergentes da heteronormativa afetam pessoas, discorrendo sobre casos de preconceito e violência;
- Pedir que os discentes elaborem um artigo de opinião sobre as falas apresentadas. Centrando na seguinte indagação: O que vocês acham dessas falas? Qual mais te chamou atenção? Por que? Essas falas ajudam você a opinar sobre sexualidade? De que forma?
- Pedir que os alunos registrem o que sentiram durante as aulas nos diários reflexivos.
Recursos metodológicos: Quadro, Apagador, Notebook, Datashow, Celular, Papel A4.
Avaliação: Participação dos alunos, discussão sobre o material e produção do artigo de opinião.
Referências:
Deputado é transfóbico com Érika Hilton e causa tumulto em sessão que discute casamento homoafetivo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=WSSAYvAmHM . Acesso em 17 de Out. de 2023.
Vídeo: vereadora é alvo de ofensas transfóbicas de deputado bolsonarista em sessão da Alerj. Disponível em: https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2022/05/6404021-video-vereadora-e-alvo-de-ofensas-transfobicas-de-deputado-bolsonarista-em-sessao-na-alerj.html . Acesso em 02 de out. de 2023.
Justiça determina retirada de vídeos com discurso homofóbico de André Valadao. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/justica-determina-retirada-de-videos-com-discurso-homofobico-de-andre-valadao/ . Acesso em 17 de Out. de 2023.
Artigo de opinião – Sexualidade na adolescência: um tabu na sociedade. Disponível em: https://almanaqueplural.wordpress.com/2018/02/08/artigo-de-opinio-sexualidade-na-adolescencia-um-tabu-na-sociedade/ . Acesso em 23 de out. de 2023.

Artigo de opinião – Homossexualidade é doença?. Disponível em: <https://almanaqueplural.wordpress.com/2018/02/07/artigo-de-opiniao-homossexualidade-e-doenca/>. Acesso em 23 de out. de 2023.

Obs. O pesquisador corrigiu as produções dos discentes para uma reescrita, visando os assuntos que precisam ser trabalhados no 4º período do EJA/Ensino Médio (concordância nominal e verbal, escrita formal).

Aulas temáticas	Atividades realizadas
3ª – Debatendo sobre o tabu da sexualidade 25 de Outubro.	Leitura e análise de dois artigos de opinião sobre sexualidade.
4ª – O artigo de opinião em linhas 25 de Outubro.	Familiarização dos discentes com as características do gênero artigo de opinião (o que é? Para que serve? Onde circulam? Como elaborar um?)
5ª – Preconceito, violência e morte: estigmatização da comunidade LGBTQIA+ 01 de Novembro.	Exibição de falas de figuras públicas que relacionam sexualidades divergentes da heteronormativa a patologia, desvio da natureza, pecado e atentado aos bons costumes (referências). Discussão sobre como a estigmatização de sexualidades divergentes da heteronormativa afetam pessoas, percorrendo sobre casos de preconceito e violência.
6ª - Preciso falar sobre sexualidade! O que penso? 01 de Novembro.	Produção dos discentes de um artigo de opinião.

REESCRITA DO ARTIGO DE OPINIÃO

CONJUNTO DE AULAS TEMÁTICAS 2 (2H/AULA) – Novembro de 2023	
Turma: 4º B - 8 de Nov.	2 aulas.
Disciplina: Língua Portuguesa	

Objetivos da aula:
1 – Retomar as características do gênero artigo de opinião;
2 – Reescrever os artigos de opinião produzidos na oficina anterior;
3 – Ajudar na reescrita.
Tema: Sexualidades.
Gênero Textual: Artigo de Opinião.
Procedimentos didáticos (detalhamento do passo a passo da oficina):
- Entregar os artigos de opinião;
- Solicitar a reescrita com os ajustes solicitados.;
- Fomentar a socialização dos textos por meio de leitura oral;
- Pedir para registrarem nos diários reflexivos o que sentiram durante a leitura dos colegas.
Recursos metodológicos: Quadro, Apagador, Notebook, Datashow, Celular, Papel A4.
Avaliação: Participação dos alunos, discussão sobre o material e produção do artigo de opinião.

Aulas temáticas	Atividades desenvolvidas
7ª – A dor da discriminação em palavras I 8 de Novembro.	Entrega dos artigos de opinião, com as observações, aos discentes. Retomar, brevemente, as características do gênero. Pedir que realizem a reescrita.
8ª – A dor da discriminação em palavras II 8 de Novembro	Reescrita e socialização dos textos.

PLANEJAMENTO DAS AULAS TEMÁTICAS
GÊNERO CAMPANHA

CONJUNTO DE AULAS TEMÁTICAS 1 (2H/AULA) – Novembro de 2023	
Turma: 4º B – 22 a 13 de Nov.	2 aulas.
Disciplina: Língua Portuguesa	

Objetivos da aula:
1 - Assistir um documentário sobre vivências de pessoas LGBTQIA+ (referência);
2 – Discutir a temática da LGBTQIA+fobia no Brasil atual;
3 – Refletir sobre como nos tornamos preconceituosos com relação a sexualidade do outro.
Tema: Sexualidades.
Gênero Textual: Campanha.
Procedimentos didáticos (detalhamento do passo a passo da oficina):
- Levar os discentes para a sala de vídeo;
- Exibir o documentário <i>Sobre Vivências</i> (referências);
- Discussões sobre os relatos apresentados no documentário;
- Levar exemplos de pessoas da comunidade LGBTQIA+ que exercem papel de destaque na sociedade e discutir sobre os espaços ocupados por elas;
- Escrever comentários sobre como nossas opiniões podem ser tornarem preconceituosas e depositar em um saquinho;
- Pedir que os alunos registrem o que sentiram durante a aula, especialmente na exibição do documentário, nos diários reflexivos.
Recursos metodológicos: Tv, notebook, folha A4, caneta, lápis, quadro branco, pincel para quadro branco.
Avaliação: Participação dos alunos e discussão sobre o material.
Referência: Sobre Vivências - Documentário LGBT. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3HpfRWEYVqM . Acesso em 17 de out. de 2023.

Aulas temáticas	Atividades desenvolvidas
9ª – Sobre (vivências) 22 de Novembro.	Exibição do documentário <i>Sobre(vivências)</i> .
10ª – Me sensibilizar em relação ao próximo 22 de Novembro.	Debate sobre as histórias de vida abordadas no documentário. Reflexão sobre pessoas da comunidade LGBTQIA+ que exercem papel de destaque na sociedade.

CONJUNTO DE AULAS TEMÁTICAS 2 (3H/AULA) – Novembro de 2023	
Turma: 4º B – 06 a 13 de Dezembro.	2 aulas.
Disciplina: Língua Portuguesa	
Objetivos da aula:	
1 - Introduzir os estudos do gênero campanha (escrita e oral) - cartaz;	
2 - Compreender a função e os meios de circulação do gênero campanha;	
3 - Aplicar os conhecimentos sobre o gênero para ações de divulgação, publicidade e de noticiar;	
Tema: Sexualidades.	
Gênero Textual: Campanha (oral e escrita).	
Procedimentos didáticos (detalhamento do passo a passo da oficina):	
- Apresentar o gênero campanha (O que é? Quais as suas características? Para que serve? Como elaborar um?);	
- Levar amostras de campanha em forma de cartaz e analisá-los;	
- Suscitar debates sobre as amostras apresentadas;	
- Levar materiais para a produção dos cartazes (cartolina, lápis de cor, tinta, folhas coloridas, marcador de texto, cola e imagens associadas à comunidade LGBTQIA+);	
- Dividir os discentes em grupos de 4 pessoas;	
- Elaborar um cartaz de conscientização para as causas LGBTQIA+;	
- Ajudar na produção dos cartazes;	
- Promover um debate sobre as produções dos discentes;	
- Pedir que os alunos registrem o que sentiram durante a aula nos diários reflexivos.	
Recursos metodológicos: Quadro, Apagador, Notebook, Datashow, Celular, Papel A4, Cartolina, Folhas A4 coloridas, Lápis de cor, Tintas, Marcador de texto, Cola e Imagens.	
Avaliação: Participação dos alunos, discussão sobre o material e produção do cartaz.	
Referências:	
Cerimônia inédita no Palácio do Planalto celebra o Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+ nesta terça-feira (27). Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/junho/cerimonia-inedita-no-palacio-do-planalto-celebra-o-dia-internacional-do-orgulho-lgbtqia-nesta-terca-feira-27 . Acesso em 23 de out. de 2023.	

Alunos de colégio de Rio Pardo dizem que foram repreendidos por cartaz em apoio à causa LGBTQIA+. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2021/11/12/alunos-de-colegio-de-rio-pardo-dizem-que-foram-repreendidos-por-cartaz-em-apoio-a-causa-lgbtqia.ghtml>. Acesso em 23 de out. de 2023.

Ninguém nasce homofóbico. RESPEITE . Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/602708362605578140/>. Acesso em 23 de out. de 2023.

Aulas temáticas	Atividades desenvolvidas
11ª – A campanha que grita (aula de 2h – por conta da escolha da professora da campanha como atividade especial). 6 de Dezembro.	Apresentação do gênero campanha, suas características, funções sociais e como construir um. Realização de análises e debates de três amostras de campanhas realizadas em cartazes.
12ª – O meu grito em cartaz I 6 de Dezembro.	Elaboração de um cartaz para a conscientização das causas LGBTQIA+.
13ª – O meu grito em cartaz II 6 de Dezembro.	Elaboração de um cartaz para a conscientização das causas LGBTQIA+.

CONJUNTO DE AULAS TEMÁTICAS 3 (2H/AULA) – Novembro de 2023

Turma: 4º B – 13 de dezembro. 2 aulas.

Disciplina: Língua Portuguesa

Objetivos da aula:

1 – Socialização dos cartazes produzidos com as duas turmas;

2 – Organizar um seminário;

3 – Debater sobre os cartazes apresentados.

Tema: Sexualidades.

Gênero Textual: Campanha.

Procedimentos didáticos (detalhamento do passo a passo da oficina):

- Convidar a gestão da escola para prestigiar;

- Intermediar um seminário em que cada grupo irá apresentar seu cartaz;
- Debater sobre as apresentações realizadas;
- Relatar nos diários reflexivos: O que vocês acharam dessas oficinas? Como você vê a questão da sexualidade após nossas atividades? Ajudou você a ter uma visão de mundo mais ampla?
Recursos metodológicos:
Avaliação: Participação dos alunos, discussão sobre o material e a produção do cartaz.

Aulas temáticas	Atividades desenvolvidas
14ª – Socializando minhas produções I 13 de Dezembro.	Organização de um seminário para socialização das campanhas produzidas pelos alunos.
15ª – Socializando minhas produções II 13 de Dezembro.	Socialização e debate das produções discentes.

APÊNDICE II – OS ARTIGOS DE OPINIÃO DOS DISCENTES

Artigo de opinião da aluna Barbara.

Minha Opinião

Eu não sou a favor, quando eles falam para destruir os homossexual, os transsexual e lésbica, eles não deveriam falar isso por quer quem ficou para fugir, foi Deus não pessoas quer tem tanto odio sabendo, todos no mesmo irmão que sendo o não, dependendo de gerar de homem ou mulher, eu fico muito triste quando falar na teve que mataram, alguém assim só por ser gay sobre mudar os documentos, eu acho certo, por que essa pessoa está se assumindo totalmente.

Sobre a opinião do Pastor não concordo com ele, não devemos fugir ninguém, que fugir só Deus, tem pessoas que faz coisas piores do que ser homossexual e lésbica, e cada um deve ser feliz como a pessoa quer, ele tá influenciando as pessoas a fazer mal a essa pessoa

quer só quer ser feliz com as
suas escolhas.

não concordo com essas pessoas
preconceituosas. Eles só querem
ver vacitas na sociedade.

Artigo de opinião da aluna Mabel.

Vou dizer um pouco sobre a sexualidade. Hoje em dia a sociedade é muito complicada e também muita polêmica para muitas pessoas no Brasil. Tem pessoas que tem preconceitos que é transsexual e também que é lesbica. Mas na minha opinião cada pessoa curte o que gosta. Ninguém é obrigada ser meter na vida de ninguém. Cada pessoa curte o que realmente quer sobre sua vida. Hoje em dia tem muitas pessoas com preconceitos sobre a sexualidade.

Referente as fala que devemos ver em vídeos fotos! O que mais me chamou atenção foi de ver no vídeo na fala do pastor de que deveria eliminar as pessoas que decidem ser Homossexuais. Isso é algo que machuca muitos com o psicológico de várias pessoas homossexuais.



Artigo de opinião da aluna Elia.

Teima sobre homem transexual
na Brasil tem mais de 50 mil pessoas que
são lésbica e homem sexual por a muito
procozeiro da pessoas e julgamentos e por
isso que muitas delas tira a sua própria
vida por não ser A seito na sociedade
brasileira a minha opinião sobre esse
Assunto eu não tenho nada contra essas
pessoas pois cada pessoas tem o direito
aberto para ser o que quiser pois elas
também não sabem que também pode
ser feliz do jeito que elas são cada
pessoas tem a sua opinião a minha e
esse que não sou contra a nada
para mim e vamos nos dias de hoje

Artigo de opinião do aluno Pedrinho.

O Preconceito na Sociedade

O Preconceito na sociedade está de mais, muita gente julgando as Transsexual, gay, lésbicas e as demais, porque não aceita os Trans, e os gay na sociedade. Tem gente que não que eles na sociedade, fala que o mundo está bagunçado que não está mais como antes, só que mais coisas mudas nada e como antes mais, ~~sem~~ não tem tempo nem para eles.

Porém eu não sou contra com pessoas que são gay e Trans, até porque tenho um irmão que ele é gay e respeito ele, e me respeito e vivemos em paz.

Nas minhas opiniões todos ^{um} tem seu gosto, se ele quiser, ser gay ou Trans ele quem sabe ~~agora~~ decide e dele.

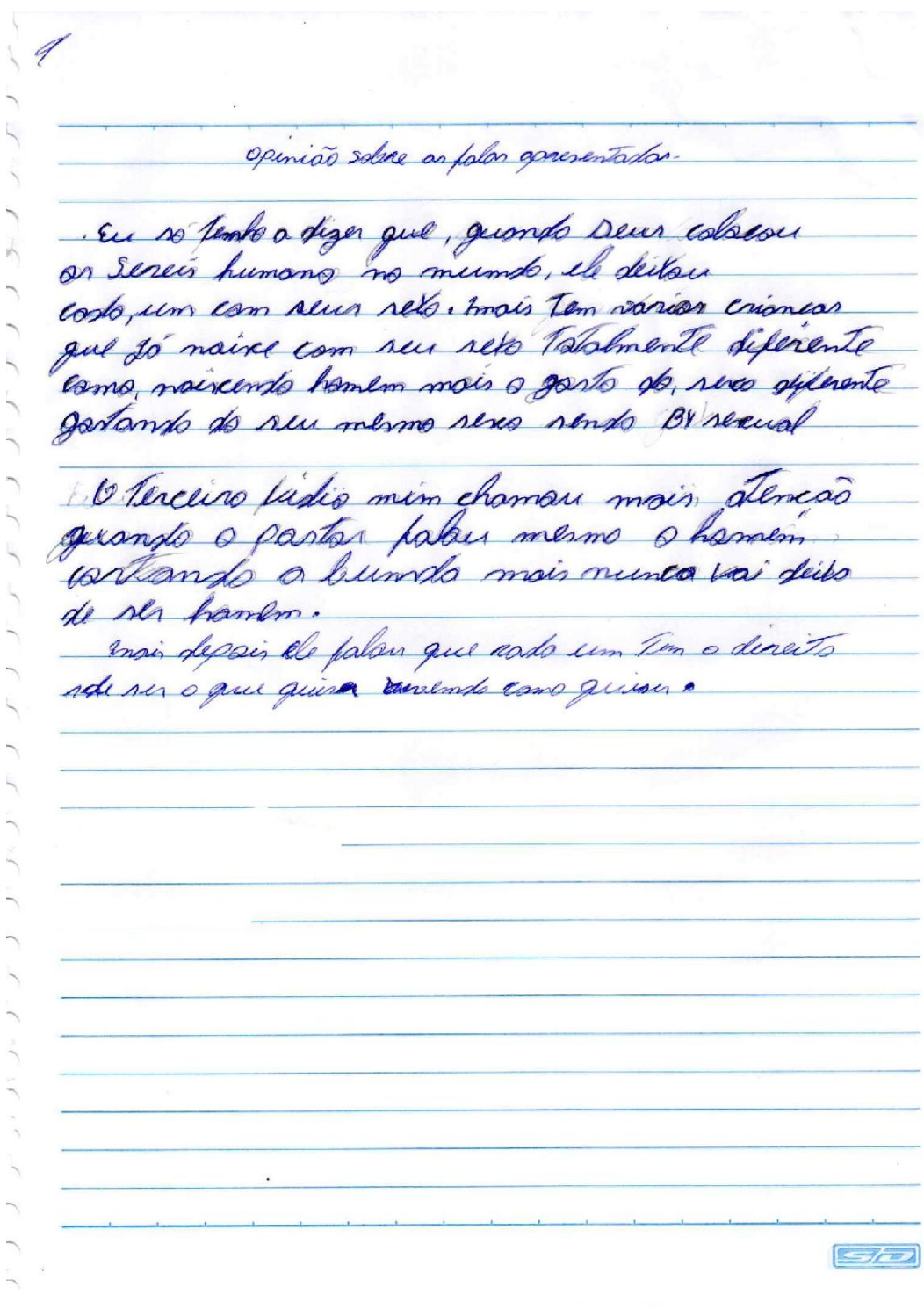
Artigo de opinião do aluno Pedrin.

Sexualidade

ao assistir os 3 vídeos percebo que existem opiniões diferentes em cada um e cada pessoa pensa de uma seguinte forma, vejo que os 2 primeiros vídeos se trata de preconceito com os LGBTQIA+ já no 3º vídeo já vejo uma opinião diferente, percebo que o orador do vídeo diz que não tem preconceito, mais é contra a mudança de gênero no documento de pessoas que também essa vontade, pois é algo que merece na constituição brasileira de leis.

no meu ponto de vista não tenho nada contra a opção sexual de ninguém inclusive tenho vários amigos e amigas que tem opções sexual diferente. isso na faz com que eles deixe de ser pessoas maravilhosas, honestas e amigas tenho orgulho dos amigos que tenho e acredito muito em um Brasil com menos preconceito, menos racismo, menos desigualdade social.

Artigo de opinião do aluno Luciano.



Artigo de opinião da aluna Carlinha.

A sexualidade

O preconceito com a sexualidade humana

hoje em dia existe muito preconceito sobre a sexualidade das pessoas o fato de agir a forma de se vestir tudo leva a uma crítica para a sociedade muitos dos vezes acontecem casos de suicídio assassinato pela população por não querer aceitar a forma de vida de cada pessoa considerando-se um aborrecido para uns e para outros não eu por viver nesse mundo de hoje onde convivemos e vivenciamos tudo como um aborrecido uma pessoa não poder se expressar e viver da forma que gosta cada um tem o direito de ser feliz e viver sem olhar para o tempo cada um deveria viver sem se preocupar com a vida do outro



Artigo de opinião da aluna Any.

Eu acho que cada pessoa deve viver como acha independente da sexualidade de cada um, temos que parar de julgar a vida do próximo, não é porque a pessoa goste de outro sexo que seja uma boa pessoa, ninguém tem o direito de tirar a vida dessas pessoas se elas vivem no erro ou não é problema delas ninguém tem que achar nada devemos sempre amar, temos que parar pra pensar que poderia ser um filho nosso, a gente não ia querer que alguém se matasse, se quem pode tirar nossa vida é Deus e mais ninguém, se não sou contra a vida só acho que deve ter mais amor entre os ser humanos

Artigo de opinião da aluna Maria

O Preconceito

No mundo existem muito preconceitos contra homens e mulheres, quando o assunto é mundança de sexo a homossexual é vítima de uma agressão física, na rua, em qualquer lugar que for e os gays ficam ofendidos por que nem em todo lugar são aceitos.

Por causa disso muitos são assassinados, outros entram em depressão, tem casos que tiram a própria vida. O preconceito muito grande contra os homens trans na sociedade, acontece também em muitos casos, perdem emprego, por não se aceitar.

Artigo de opinião do aluno Vandson.

D S T Q Q S S

Brasil, Sexualidade e sendo comum

Desde a antiguidade, existem relatos históricos de relações humanas que diferem do senso comum, como o caso do imperador romano Alexandre o grande, que mantinha relações homossexuais constantemente. Mas na atualidade existe um imenso tabu que cerca o tema sexualidade.

Brasil, país colonizado por europeus recebeu muito da cultura cristã católica europeia, que influenciou diretamente o modo em que a população desenvolveu-se em sua maneira de pensar e principalmente relacionar-se. Seguiu-se a "censura" imposta pelos europeus, como por exemplo as relações de um casal hetero única aceita pela sociedade por muito tempo na história.

As pessoas que expressavam uma sexualidade diferente eram vistas com estranheza e na maioria das vezes excluídas do âmbito social, até por seus próprios familiares. Com novelas, músicas, filmes e teatro cada vez mais tratando os poucos as múltiplas sexualidades, foi-se criando uma certa empatia e uma maior aceitação, porém ainda muito longe do ideal.

Para melhor conscientizar a população e diminuir a falta de entendimento sobre o tema, caberia aos líderes de direitos humanos, colocarem-se à frente para debater e explicar o tema e diminuir os falsos entendimentos.

Artigo de opinião da aluna Isis.

"Sexualidade x Preconceito"

Falar sobre a sexualidade nos dias de hoje, para muitos é algo que gera polêmica e discussões, pois é algo que traz muito preconceito e discriminação.

Na realidade acredito que cada um de nós temos o livre arbítrio e o direito de escolha, podemos sim ser o que quisermos ser.

Referente as falas ouvidas nos vídeos, é um verdadeiro absurdo, em pleno século XXI, pessoas que além de terem preconceito, eles fazem com que outros também acreditem no que eles falam. Com isso gerando uma nação mais violenta e preconceituosa. É isso é algo tão sério que afeta bastante o psicológico dessas pessoas, como a gente ver nas tvs que muitos se suicidam, adoecem psicologicamente por conta desses preconceitos.

Então, o que esperamos é que tenhamos num futuro, respeito, igualdade e isso em todos os sentidos seja de sexo, religião, raça ou cor.



FORONI

Artigo de opinião do aluno José.

Homossexual

Falar em homossexualidade causa grande conflito, pelo motivo do qual, existe duas maneiras de opiniões, opiniões políticas, e opiniões religiosas.

Existe uma percentagem maior que defende a homossexualidade, sobre políticos e população, uma quantidade menor de religiosos, e população se posiciona contra.

Na minha opinião eu estou no grupo dos religiosos, mas posiciono contra.

Mais na verdade existe uma diversidade causada por estar deis grupo, mais são somente posicionamento diferentes.

APÊNDICE III – PARECER DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALAGOAS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: LETRAMENTO CRÍTICO E PRÁTICAS DECOLONIAIS: TRABALHANDO COM A SEXUALIDADE NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA, EM UMA TURMA DA EJA/ENSINO MÉDIO

Pesquisador: LUCAS SANTOS DE ASSIS

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 69964423.0.0000.5013

Instituição Proponente: Faculdade de Letras

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.300.705

Apresentação do Projeto:

Trata-se de Projeto de Mestrado em curso no PPGL/UFAL em que se estudará o processo de desenvolvimento do letramento crítico dos(as) discentes de uma turma da Educação de Jovens e Adultos (EJA), do Ensino Médio, de uma escola do município de Quebrangulo - AL, frente a enunciados proliferados na mídia, em relação à concepção de sexualidade e o trato com àquelas que fogem ao padrão heterossexual, a fim de contribuir para o exercício da reflexividade. Tal estudo realizar-se-á em uma turma da Educação de Jovens e Adultos (EJA)

da Escola Estadual Professora Elza Soares Cavalcante, situada no município de Quebrangulo - AL, apresentando como base teórica os pressupostos dos seguintes estudiosos(as) e suas áreas temáticas: Decolonialidade (LUGONES, 2014, 2020; MIGNOLO, 2021; QUIJANO, 1999; VERONELLI, 2021); Letramento Crítico (KLEIMAN, 2010; MENICONI, 2015; SOARES, 2008) e Ensino de Língua Portuguesa e Gêneros Textuais/Enunciativos (BAKHTIN, 2003; BEZERRA, 2017; MARCUSCHI, 2008). No que pertine ao prisma metodológico, tem-se que a pesquisa se constitui como uma abordagem qualitativa, enquadrando-se em uma pesquisa de campo por se aprofundar em uma situação de determinado local.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar o processo de desenvolvimento do letramento crítico dos(as) discentes de uma turma da

Endereço: Av. Longitudinal UFAL 1, nº1444, térreo do prédio do Centro de Interesse Comunitário (CIC) entre o SINTUFAL
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 57.072-900
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3214-1041 **E-mail:** cep@ufal.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS



Continuação do Parecer: 6.300.705

Educação de Jovens e Adultos (EJA), do Ensino Médio, de uma escola do município de Quebrangulo- AL, frente a enunciados proliferados na mídia, em relação à concepção de sexualidade e o trato com àquelas que fogem ao padrão heterossexual, a fim de contribuir para o exercício da reflexividade.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Como RISCOS, fora trazido que "Esta pesquisa poderá causar momentos de timidez nos participantes, especialmente por tratar de um tema polêmico, a sexualidade."

Como BENEFÍCIOS, declinou-se o seguinte: "os participantes gozarão do debate de novas correntes epistemológicas, bem como incentivar a produção textual e sua criticidade frente e temas sociais contemporâneos, ampliando o seu repertório de leitura e escrita.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

De acordo com o que fora exarado no projeto de pesquisa, "A sociedade presencia, a todo instante, processos de construção e desconstrução de valores ideológicos. Valores estes que refletem o arcabouço de traços socioculturais dos indivíduos (FRANK; CONCEIÇÃO, 2021). Um dos mecanismos pelos quais são disseminadas as práticas e valores culturais é o enunciado (BAKHTIN, 2003), por meio desse aparato comunicativo, pomos em evidência tudo aquilo que aprendemos e absorvemos, consciente ou inconscientemente, a partir do nosso convívio social. De acordo com a premissa de que o enunciado é uma prática sociocomunicativa e considerando-o como um objeto de estudo, iremos nos remeter a um apanhado intelectual abrangente, transpassando diversas áreas do conhecimento (BAKHTIN, 2003; MOITA LOPES, 2006; FRANK; CONCEIÇÃO, 2021). Nesse sentido, consideramos que a sociedade humana e as suas relações enunciativas são passíveis de análises distintas que passam a convergir entre si, partindo de teorias de disciplinas independentes.

Assim, insere-se a Linguística Aplicada (LA), já que é uma área do conhecimento transitiva entre tantas outras áreas, visto que "uma única disciplina ou área de investigação não pode dar conta de um mundo fluido e globalizado para alguns, localizado para outros, e contingente, complexo e contraditório para todos" (MOITA LOPES, 2006, p. 99). Ao situar a Linguística Aplicada como uma área do conhecimento flexível, transitando entre áreas divergentes do conhecimento, infere-se o viés sociocomunicativo do enunciado que transcende barreiras, isto é, que leva em conta o enunciado em toda sua totalidade, que globaliza questões múltiplas discutidas por diferentes áreas do conhecimento. Direcionando seus estudos e partindo do ensino de língua, a LA preocupa-se com o desenvolvimento crítico dos alunos, voltando-se a questões socioculturais. Nesse sentido, ao debatermos sobre um determinado tema da atualidade, por exemplo

Endereço: Av. Longitudinal UFAL 1, nº1444, térreo do prédio do Centro de Interesse Comunitário (CIC) entre o SINTUFAL
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 57.072-900
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3214-1041 **E-mail:** cep@ufal.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS



Continuação do Parecer: 6.300.705

esmiuçaremos suas facetas, trazendo à tona problematizações sociais, culturais, históricas, a intenção do locutor em se debruçar sobre tal assunto, e suas causas e/ou consequências para a sociedade. Para tal situação, evidentemente, iremos nos inteirar de campos que englobam Sociologia, História e outras disciplinas, estabelecendo a relação da LA com outras áreas de conhecimento, possibilitando um caráter indisciplinar. Atribui-se o caráter indisciplinar da LA na

“necessidade de não se constituir como disciplina, mas como uma área mestiça e nômade, e principalmente porque deseja pensar de forma diferente, para além de paradigmas

consagrados” (MOITA LOPES, 2009, p. 19). Para que haja uma busca por novos caminhos que guiem as visões interpretativas das relações humanas, partindo de uma abordagem das diversas problematizações sociais e suas imbricações na comunidade, é essencial a transcendência dos campos teóricos. O que permite que a LA dialogue facilmente com inúmeras epistemologias, que se situe e atravesse as fronteiras que as delimitam.

Ao pensarmos em uma LA indisciplinar, resgatamos a necessidade de desconstruir toda essa rede de paradigmas, infligir o que já foi estabelecido como o “padrão”, objetivando a busca por novos caminhos que expliquem e atendam às necessidades do mundo atual, um mundo cada vez mais diversificado. O perfil do homem branco europeu heterossexual se estabeleceu como a identidade social padrão por muito tempo (HALL, 2022), e seus efeitos são sentidos até hoje, mesmo com o avanço dos estudos sobre identidade, cultura e decolonialidade que objetivam a desconstrução desse perfil. Os enunciados refletem os valores identitários (BAKHTIN, 2003) que, por sua vez, evidenciam a cultura em que o indivíduo está situado, considerando os percursos históricos que determinado grupo cultural vivenciou e que colaboraram para a afirmação dos seus valores identitários. Desse modo, ao nos aventurarmos nos estudos de Linguística Aplicada, dar ênfase a temáticas que envolvam grupos situados à

margem da sociedade, aqueles que foram inferiorizados pelo sistema capitalista, advindo do processo de colonização, que hoje perdura como mazelas da colonialidade, é essencial que busquemos desconstruir identidades que se padronizaram ao longo do tempo como a ideal ou

superior. Lugones (2020) mostra que, para o homem branco europeu heterossexual conseguir sua hegemonia como raça superior, houve uma categorização de raças, ou seja, a necessidade de classificar os nativos das terras a serem colonizadas e os negros trazidos de África como não humanos, inferiores intelectualmente, fisicamente, culturalmente; procurando sobrepujar todos os saberes e costumes desses povos para que sua dominação fosse aceitável, pois se não é humano (semelhante ao colonizador), os atos de violência contra essas pessoas são aceitáveis Com a

Endereço: Av. Longitudinal UFAL 1, nº1444, térreo do prédio do Centro de Interesse Comunitário (CIC) entre o SINTUFAL
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 57.072-900
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3214-1041 **E-mail:** cep@ufal.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS



Continuação do Parecer: 6.300.705

expansão do colonialismo europeu, a classificação foi imposta à população do mundo. Desde então, tem atravessado todas e cada uma das áreas da vida social, tornando-se, assim, a forma mais efetiva de dominação social, tanto material como intersubjetiva. Como profissionais de LA, nos cabe repensar sobre o nosso papel na sociedade, nos autoavaliar e redirecionar nossas perspectivas, partindo de concepções que englobem situações sociais diversas, principalmente, as situações que envolvem a igualdade/equidade social, pois precisamos ter o compromisso de formar cidadãos conscientes de seu papel. Com isso, é preciso resgatar as causas dos grupos marginalizados, com o objetivo de observar o mundo por meio de outras lentes. Ao adentrar em uma sala de aula, nos deparamos com contextos diversos, espelhados pela subjetividade de cada discente. É um espaço de expressão das múltiplas culturas e valores ideológicos presentes na sociedade, cabendo ao docente uma metodologia inclusiva. As manifestações acerca da sexualidade são frequentes no espaço escolar, onde, muitas vezes, o não entendimento da pluralidade da sexualidade pode acarretar em situações constrangedoras, para alguns ou para todo o grupo envolvido no processo de ensino e aprendizagem. Desse modo, o presente projeto de pesquisa parte do seguinte objetivo: Analisar o desenvolvimento do Letramento Crítico dos(as) discentes de uma turma da Educação de Jovens e Adultos (EJA), do Ensino Médio, de uma escola do município de Quebrangulo - AL, frente a enunciados proliferados na mídia, em relação à concepção de sexualidade e o trato com àquelas que fogem ao padrão heterossexual, a fim de contribuir para o exercício da reflexividade. Diante disso, tentaremos responder as seguintes questões: I – Quais os conhecimentos de mundo que os(as) alunos(as) apresentaram em relação ao tema proposto?; II – Em que medida os enunciados, veiculados nos diversos meios de comunicação, tematizados por questões de sexualidade, podem exercer influência na concepção dos(as) alunos(as) sobre o tema trabalhado?; III – De que forma as práticas decoloniais e o Letramento Crítico podem contribuir para uma resignificação da concepção de sexualidade?; IV – Quais foram os impactos da pesquisa na vida dos participantes da pesquisa?

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Na presente versão, foram acostados os seguintes documentos:

- 1- PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2114261.pdf;
- 2- Carta_resposta_11_08_2023.pdf;
- 3- Cronograma_11_08_2023.pdf;
- 4- Projeto_11_08_2023.pdf;
- 5- TCLE_11_08_2023.pdf.

Endereço: Av. Longitudinal UFAL 1, nº1444, térreo do prédio do Centro de Interesse Comunitário (CIC) entre o SINTUFAL
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 57.072-900
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3214-1041 **E-mail:** cep@ufal.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS



Continuação do Parecer: 6.300.705

Recomendações:

HÁ RECOMENDAÇÃO A SER ATENDIDA: na página 2 do TALE o pesquisador faz menção unicamente ao direito de ressarcimento, explicitando que "Reiteramos que o estudo não acarretará nenhuma despesa para você; se existir despesa, você terá direito ao ressarcimento, o qual é de responsabilidade do pesquisador." Dessa forma, necessária se faz a inclusão do direito à indenização, haja vista o que estabelece a Resolução CNS nº 466 de 2012, item IV.3) ao definir que "os participantes da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, têm direito a indenização, por parte do pesquisador, do patrocinador e das instituições envolvidas nas diferentes fases da pesquisa". Solicita-se ao pesquisador que inclua essa informação no documento. Nesse contexto, imperioso trazer à lume, em atendimento ao preceituado pela Resolução CNS nº 466 de 2012, itens II.3.1 e II.3.2, que "Não é aceitável que o patrocinador se responsabilize somente pelos danos comprovadamente resultantes da participação do indivíduo na pesquisa. Muitas vezes o nexo causal entre o dano apresentado pelo participante de pesquisa e o estudo não é claro, podendo haver demora para tanto. Desse modo, a responsabilidade de prestar ASSISTÊNCIA INTEGRAL, GRATUITA E PELO TEMPO NECESSÁRIO, bem como a garantia do participante requerer indenização, devem ser providas pelo patrocinador, em caso de danos decorrentes da participação na pesquisa, sem qualquer restrição adicional, mesmo que não tenha sido estabelecido, efetivamente, o nexo causal.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Em análise prévia, havia ainda algumas pendências, as quais foram quase todas devidamente sanadas, com exceção da última, que ficará aqui como RECOMENDAÇÃO a qual deve ser atendida, de imediato, conforme se passará a declinar sequencialmente:

A)Pendência declarada: fora declinado no item 11 que "Você poderá contar com a seguinte assistência: Assistência psicológica da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) sendo responsável por ela: O Instituto de Psicologia (IP) da UFAL, Campus A. C. Simões localizado na Av. Lourival Melo Mota, s/n. Tabuleiro dos Martins, Maceió AL." Contudo, não se fez juntar declaração de ciência e anuência do IP/UFAL no tocante a tais atendimentos. Assim, por se tratar de uma pesquisa que aborda conteúdo sensível, com entrevista e questionários trazendo pontos que podem acarretar problemas emocionais consideráveis, solicita-se a juntada de documento do IP/UFAL assegurando, de fato, tais atendimentos, caso sejam necessários; Em nova submissão, o

Endereço: Av. Longitudinal UFAL 1, nº1444,térreo do prédio do Centro de Interesse Comunitário (CIC) entre o SINTUFAL
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 57.072-900
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3214-1041 **E-mail:** cep@ufal.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS



Continuação do Parecer: 6.300.705

pesquisador limitou-se a fazer a exclusão do referido trecho, eliminando, por via de consequência, a possibilidade de garantia de assistência psicológica aos participantes da pesquisa. Solicita-se que ele deixe claro, fazendo constar no texto do documento que "Em havendo necessidade de atendimento psicológico por qualquer participante da pesquisa, tal atendimento será realizado às expensas do pesquisador". Ressaltou-se, assim, que não se pode admitir a eliminação da referida garantia, isentando responsabilidades neste sentido em face à abordagem de conteúdo sensível na pesquisa, com entrevista e questionários que trazem pontos passíveis de acarretar gatilhos emocionais;

PENDÊNCIA ATENDIDA: Fora realizado acréscimo no corpo do documento, passando a constar no item 11 do TCLE que "Em havendo necessidade de atendimento psicológico por qualquer participante da pesquisa, tal atendimento será realizado às expensas do pesquisador".

B) Pendência Declarada: A numeração constante nos TCLE's, bem como no TALE fora efetivada considerando um total de 13 (treze) páginas, ou seja, fazendo o somatório da sequência de documentos apresentados, a saber: 2 TCLE's, TALE, bem como dos termos de autorização de uso de imagem e voz. Solicita-se, que se atente ao quantitativo de páginas de cada documento em específico, de forma a realizar as numerações isoladamente por documento. Assim sendo, os TCLE's serão numerados da seguinte forma (1/3, 2/3, 3/3) e o TALE da maneira apresentada a seguir (1/3, 2/3,3/3);

PENDÊNCIA ATENDIDA- Numeração das páginas corrigida;

C) Pendência Declarada: Apesar de ter sido elaborado o TALE, o mesmo não contempla os direitos à ressarcimento e à indenização, inerentes a todo participante de pesquisa. Solicita-se as respectivas inclusões.

PENDÊNCIA ATENDIDA, MAS COM REMOMENDAÇÃO A SER ATENDIDA - na página 2 do TALE o pesquisador faz menção unicamente ao direito de ressarcimento, explicitando que "Reiteramos que o estudo não acarretará nenhuma despesa para você; se existir despesa, você terá direito ao ressarcimento, o qual é de responsabilidade do pesquisador."

Dessa forma, necessária se faz a inclusão do direito à indenização, haja vista o que estabelece a Resolução CNS nº 466 de 2012, item IV.3) ao definir que "os participantes da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, têm direito a indenização, por parte do pesquisador, do patrocinador e das instituições envolvidas nas diferentes fases da pesquisa". Solicita-se ao

Endereço: Av. Longitudinal UFAL 1, nº1444, térreo do prédio do Centro de Interesse Comunitário (CIC) entre o SINTUFAL
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 57.072-900
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3214-1041 **E-mail:** cep@ufal.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS



Continuação do Parecer: 6.300.705

pesquisador que inclua essa informação no documento. Nesse contexto, imperioso trazer à lume, em atendimento ao preceituado pela Resolução CNS nº 466 de 2012, itens II.3.1 e II.3.2, que "Não é aceitável que o patrocinador se responsabilize somente pelos danos comprovadamente resultantes da participação do indivíduo na pesquisa. Muitas vezes o nexo causal entre o dano apresentado pelo participante de pesquisa e o estudo não é claro, podendo haver demora para tanto. Desse modo, a responsabilidade de prestar ASSISTÊNCIA INTEGRAL, GRATUITA E PELO TEMPO NECESSÁRIO, bem como a garantia do participante requerer indenização, devem ser providas pelo patrocinador, em caso de danos decorrentes da participação na pesquisa, sem qualquer restrição adicional, mesmo que não tenha sido estabelecido, efetivamente, o nexo causal.

Considerações Finais a critério do CEP:

Protocolo Aprovado

Prezado (a) Pesquisador (a), lembre-se que, segundo a Res. CNS 466/12 e sua complementar 510/2016:

O participante da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado e deve receber cópia do TCLE, na íntegra, assinado e rubricado pelo (a) pesquisador (a) e pelo (a) participante, a não ser em estudo com autorização de declínio;

V.S^a. deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade por este CEP, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa que requeiram ação imediata;

O CEP deve ser imediatamente informado de todos os fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo. É responsabilidade do pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas a evento adverso ocorrido e enviar notificação a este CEP e, em casos pertinentes, à ANVISA;

Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Em caso de projetos do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma, junto com o parecer aprovatório do CEP, para serem juntadas ao protocolo inicial;

Seus relatórios parciais e final devem ser apresentados a este CEP, inicialmente após o prazo determinado no seu cronograma e ao término do estudo. A falta de envio de, pelo menos, o relatório final da pesquisa implicará em não recebimento de um próximo protocolo de pesquisa de

Endereço: Av. Longitudinal UFAL 1, nº 1444, térreo do prédio do Centro de Interesse Comunitário (CIC) entre o SINTUFAL
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 57.072-900
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3214-1041 **E-mail:** cep@ufal.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS



Continuação do Parecer: 6.300.705

vossa autoria.

O cronograma previsto para a pesquisa será executado caso o projeto seja APROVADO pelo Sistema CEP/CONEP, conforme Carta Circular nº. 061/2012/CONEP/CNS/GB/MS (Brasília-DF, 04 de maio de 2012).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2114261.pdf	11/08/2023 21:33:17		Aceito
Outros	Carta_resposta_11_08_2023.pdf	11/08/2023 21:31:21	LUCAS SANTOS DE ASSIS	Aceito
Cronograma	Cronograma_11_08_2023.pdf	11/08/2023 21:30:31	LUCAS SANTOS DE ASSIS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_11_08_2023.pdf	11/08/2023 21:30:08	LUCAS SANTOS DE ASSIS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_11_08_2023.pdf	11/08/2023 21:28:42	LUCAS SANTOS DE ASSIS	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_19_05_2023.pdf	19/05/2023 21:07:08	LUCAS SANTOS DE ASSIS	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	02/05/2023 14:28:42	LUCAS SANTOS DE ASSIS	Aceito
Declaração de concordância	declaracao_concordancia.pdf	02/05/2023 14:25:35	LUCAS SANTOS DE ASSIS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracao_dos_pesquisadores.pdf	02/05/2023 14:22:03	LUCAS SANTOS DE ASSIS	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao_da_instituicao.pdf	02/05/2023 14:17:08	LUCAS SANTOS DE ASSIS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Longitudinal UFAL 1, nº1444, térreo do prédio do Centro de Interesse Comunitário (CIC) entre o SINTUFAL
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 57.072-900
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3214-1041 **E-mail:** cep@ufal.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALAGOAS



Continuação do Parecer: 6.300.705

MACEIO, 14 de Setembro de 2023

Assinado por:
Carlos Arthur Cardoso Almeida
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Longitudinal UFAL 1, nº1444,térreo do prédio do Centro de Interesse Comunitário (CIC) entre o SINTUFAL
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 57.072-900
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3214-1041 **E-mail:** cep@ufal.br

APÊNDICE IV – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE)

(Em duas vias, firmado por cada participante voluntário(a))

Eu _____, tenho sido convidado(a) a participar como voluntário(a) do projeto de pesquisa: ***Letramento Crítico e Práticas Decoloniais: trabalhando com a sexualidade nas aulas de Língua Portuguesa, em uma turma da EJA/ENSINO MÉDIO.***

Recebi do Sr. Lucas Santos de Assis, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), responsável por sua execução, as informações do projeto de pesquisa com relação à minha participação neste projeto, as quais me fizeram entender sem dificuldades e sem dúvida os seguintes aspectos:

- 1 – O estudo destina-se a analisar o desenvolvimento do letramento crítico de educandos de uma turma da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Ensino Médio a partir de atividades desenvolvidas com vista ao trabalho com a leitura e a escrita de textos sobre temáticas decoloniais;
- 2 - A importância desse estudo é a de contribuir significativamente para possíveis reflexões acerca da concepção da pluralidade sexual existente na sociedade;
- 3 – Os resultados que se deseja alcançar são os seguintes: contribuir para o desenvolvimento do letramento crítico dos(as) alunos(as) participantes, a partir da análise de enunciados, disseminados nos diversos meios de comunicação, que associam uma sexualidade divergente da heteronormativa a patologia, desvio mental, atentado aos bons costumes etc.; despertar a reflexão sobre narrativas construídas por uma sociedade hegemônica e colaborar para a asserção de concepções outras no que tange a pluralidade sexual; auxiliar no processo de escrita e de compreensão textual;
- 4 – A coleta de dados iniciará em Outubro de 2023 e terminará em dezembro de 2023;
- 5 – O estudo será feito da seguinte forma: nos dias disponibilizados pela coordenação/direção da escola irei assistir algumas aulas do(a) professor(a) para observar as peculiaridades da turma escolhida, dificuldades e os gostos dos alunos em relação à área de Língua Portuguesa, após esse momento, farei um planejamento didático para desenvolver com a turma o tema da pluralidade sexual;
- 6 - No que diz respeito aos dados coletados (questionário, entrevista gravada, texto opinativo, resenha crítica, relato de experiência), estes serão armazenados em ambiente seguro e controlado pelo pesquisador, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos. Os dados poderão ser excluídos antes desse prazo, no entanto, por motivo de lei e/ou determinação judicial, os dados podem ser mantidos por período superior. Findada a pesquisa de mestrado, assim como o tempo mínimo de armazenamento, os mesmos serão excluídos com uso de métodos de descarte seguro;
- 7 – Os incômodos e possíveis riscos a sua saúde são: a) constrangimento ou desconforto pelo fato de estar sendo observadas as suas aulas; b) possíveis riscos de contaminação por COVID-19, sendo necessário, neste último caso, a adoção de medidas preventivas a fim de evitar e/ou minimizar os riscos da doença, a saber: uso de máscara e álcool em gel;
- 8 – Os benefícios esperados com a sua participação no projeto de pesquisa, mesmo que indiretamente são: a possibilidade de contribuir para o desenvolvimento da educação e a reflexão sobre o desenvolvimento da compreensão acerca da pluralidade sexual presente na sociedade dos alunos, levando em consideração a importância de aulas voltadas às práticas de letramento crítico contextualizadas por temas e pessoas situadas à margem da sociedade;

9 - Os benefícios sociais esperados são: a) divulgação dos resultados dessa pesquisa em períodos e eventos científicos em âmbito nacional e internacional; b) ajudar a desvincular a carga pejorativa imbuída nas manifestações sexuais divergentes da heteronormativa, imposta pelo processo de colonialidade; c) aprimorar o ensino de língua materna;

10 – Você será informado(a) do resultado final do projeto por meio de um seminário que ocorrerá na escola *lócus* de estudo, em data a ser estabelecida pelo pesquisador após a defesa da dissertação de mestrado; e, sempre que desejar, serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo em andamento por meio dos contatos do pesquisador responsável fornecidos;

11 – Em havendo necessidade de atendimento psicológico por qualquer participante da pesquisa, tal atendimento será realizado às expensas do pesquisador;

12 – A qualquer momento você poderá recusar a continuar participando do estudo e, também, poderá retirar seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo;

13 – As informações conseguidas através de sua participação não permitirão a identificação da sua pessoa, exceto para a equipe de pesquisa, e a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto após sua autorização;

14 – O estudo não acarretará nenhuma despesa para você; se existir despesa, você terá direito ao ressarcimento, o qual é de responsabilidade do pesquisador;

15 – Você será indenizado(a) pelo pesquisador por qualquer dano que venha a sofrer com a sua participação na pesquisa;

16 – Você receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por todos;

17 – A importância do Comitê de Ética e Pesquisa da UFAL se dá por sua atuação no sentido de colaborar com o pesquisador para que sua **pesquisa** se revista de um caráter **ético**, resguardando os colaboradores direta ou indiretamente afetados por ela, permitindo, ainda, um aprimoramento da consciência dos pesquisadores quanto ao seu papel para o desenvolvimento da ciência e da responsabilidade com os colaboradores da **pesquisa**.

Eu, _____, tendo compreendido perfeitamente tudo o que foi me informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implica, concordo em dele participar e para isso DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO(A) OU OBRIGADO(A).

Responsável pela pesquisa:

Instituição: Universidade Federal de Alagoas

Sr. Lucas Santos de Assis

Telefone: (87) 9 8161-0438

E-mail: lucas.assis@fale.ufal.br

Endereço – Sítio Impueiras, s/nº, Quebrangulo – AL. CEP: 57750-000

Maceió, ____ de _____ de 2023

Atenção: O Comitê de Ética da UFAL analisou e aprovou este projeto de pesquisa. Para obter mais informações a respeito deste projeto de pesquisa, informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, dirija-se ao:

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas
Prédio do Centro de Interesse Comunitário (CIC), Térreo, Campus A. C. Simões Cidade
Universitária. Telefone: 3214-1041 – Horário de atendimento: 8:00h as 12:00h. E-mail:
comitedeeticaufal@gmail.com

Assinatura ou impressão datiloscópica
do Voluntário(a) e rubricar as demais
folhas

Nome e assinatura do pesquisador
responsável

APÊNDICE V – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE VOZ E/OU IMAGEM

Eu, _____, de posse do TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO da pesquisa intitulada ***Letramento Crítico e Práticas Decoloniais: trabalhando com a sexualidade nas aulas de Língua Portuguesa, em uma turma da EJA/Ensino Médio***, após ter ciência e entendimento quanto aos (i) riscos e benefícios que essa pesquisa poderá trazer e (ii) métodos que serão usados para a coleta de dados; e por estar ciente da necessidade da gravação e/ou filmagem, **AUTORIZO**, por meio deste termo, que o pesquisador Lucas Santos de Assis capture fotografia e/ou filmagem e/ou gravação de voz de minha pessoa para fins **EXCLUSIVOS** da referida pesquisa científica e com a condição de que esse material, na sua forma original, não seja divulgado. Nessas condições, apenas o material derivado do original poderá, nos termos desta autorização, ser divulgado em meios científicos, tais como, teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, artigos em periódicos, congressos e simpósios ou outros eventos de caráter científico-tecnológico – no sentido de preservar o meu direito ao **ANONIMATO** e demais direitos, como definido na regulamentação ética da pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil.

As fotografias, filmagens e gravações de voz ficarão sob a propriedade e a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa. Terá acesso aos arquivos o pesquisador responsável, Lucas Santos de Assis.

Esta **AUTORIZAÇÃO** foi concedida mediante o compromisso do pesquisador citado em garantir-me que:

1. a transcrição da gravação de minha voz me seja disponibilizada, caso a solicite;
2. os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui tratada e outras publicações científicas dela decorrentes;
3. a minha identificação não será revelada em nenhuma das vias de publicação científica das informações geradas pela pesquisa;
4. a utilização das informações geradas pela pesquisa para qualquer outra finalidade não especificada no TCLE somente poderá ser feita mediante minha autorização;
5. os dados coletados serão armazenados por 5 (cinco) anos, sob a responsabilidade do pesquisador responsável pela pesquisa; e, após esse período, serão destruídos; os dados

poderão ser excluídos antes desse prazo, no entanto, por motivo de lei e/ou determinação judicial, os dados podem ser mantidos por período superior. Findada a pesquisa de mestrado, assim como o tempo mínimo de armazenamento, os mesmos serão excluídos com uso de métodos de descarte seguro;

6. a interrupção de minha participação na pesquisa poderá ser feita a qualquer momento, sem nenhum ônus, mediante mera comunicação ao pesquisador responsável, que, nesse caso, deverá providenciar a devolução (e adoção de medidas condizentes com essa situação) do material relacionado a esta autorização.

Valido esta autorização assinando e rubricando este documento em duas vias de igual teor e forma, ficando uma em minha posse.

Maceió, ____ de _____ de 2023

Participante da Pesquisa

Pesquisador Responsável

APÊNDICE VI – ENTREVISTA DO ALUNO COLABORADOR**QUESTIONÁRIO DIRECIONADO AO/À ALUNO(A) COLABORADOR(A)**

Estimado (a) aluno (a),

Você está participando de uma pesquisa de mestrado do Curso de Letras UFAL sobre o trabalho com a sexualidade nas aulas de Língua Portuguesa, em uma turma da EJA/Ensino Médio. O projeto visa analisar o processo de desenvolvimento da criticidade dos participantes da pesquisa em atividades de leitura, discussão e escrita em Língua Portuguesa, baseadas em práticas de letramento crítico e decolonialidade, a fim de contribuir para a reflexividade, por meio de oficinas didáticas que englobem gêneros textuais diversos. Assim sendo, pedimos sua colaboração no sentido de responder o questionário abaixo. Você não precisa assinar este questionário, pois a sua identidade será preservada. Obrigado pela colaboração.

Prof. Lucas Santos de Assis

1 – DADOS PESSOAIS

Onde você mora? _____, Bairro: _____, Cidade: _____

Quantos anos você tem? _____

Sexo: () M () F () Outro. Especifique: _____

() Prefiro não me classificar () Prefiro não responder

Trabalha: () Sim () Não

Se sim, qual é o seu trabalho?

Cursou o Ensino Fundamental em:

() Escola particular () Escola pública Outra: _____

Cursou o Ensino Médio em:

() Escola particular () Escola Estadual Outra: _____

Você tem acesso à internet em casa?

() sim, rede Wi-fi.

() sim, plano de operadora.

- () sim, compartilho com o vizinho.
() não tenho internet em casa.

2 – SOBRE SEXUALIDADE

Com quantos anos você veio entender o que era sexo? _____

Sua família conversava sobre sexo ou você tomou conhecimento fora de casa?

Para você, o que é sexo e sexualidade?

[illegible]

Como você ver a questão da heterossexualidade na atualidade?

Como você enxerga a relação entre duas pessoas do mesmo sexo?

Você já testemunhou algum tipo de violência/crime por conta da sexualidade de alguém? Caso a sua resposta para a questão tenha sido afirmativa, descreva o episódio.

Nos meios de comunicação (Facebook, WhatsApp, Instagram, Twitter etc.), utilizados por você, é comum que comentários acerca de sexualidades apareçam? Se sim, discorra sobre um desses comentários.

Como você ver a questão das sexualidades no Brasil atual?
